

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



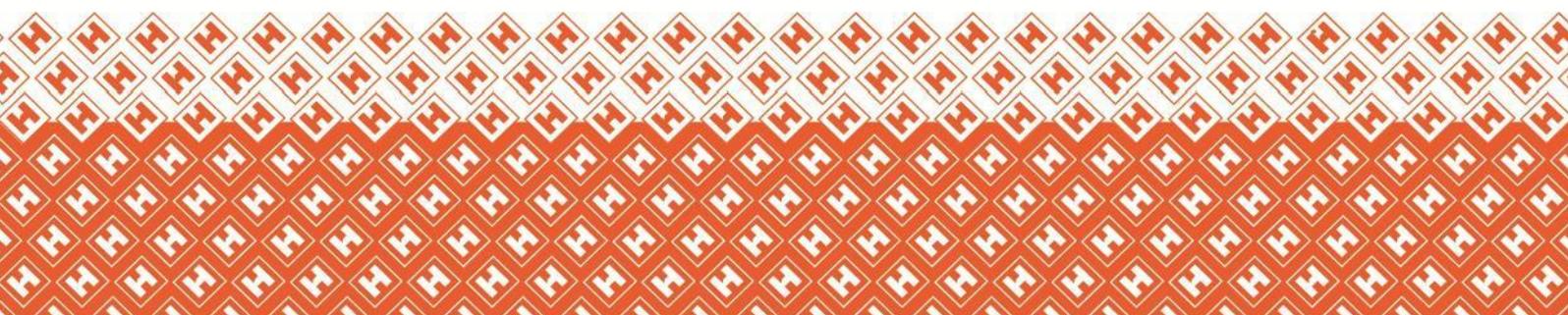
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

MILLENA LYRA VALENÇA

"FOLHAS DE NARRATIVA SEQUESTRADA": uma proposta transfeminista para
o ensino de história através da HQ Xica Manicongo

RECIFE
2022



MILLENA LYRA VALENÇA

"FOLHAS DE NARRATIVA SEQUESTRADA": uma proposta transfeminista para o ensino de história através da HQ Xica Manicongo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientadora: Prof^a Dr^a Eleta de Carvalho Freire

RECIFE
2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

V152f Valença, Millena Lyra.
“Folhas de narrativa sequestrada” : uma proposta transfeminista para o ensino de História através da HQ Xica Manicongo / Millena Lyra Valença. – 2022.

182 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eleta de Carvalho Freire.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa do Mestrado Profissional em Ensino de História, Recife, 2022.
Inclui referências.

1. História – Estudo e ensino. 2. Identidade de gênero. 3. Memória. 4. Quadrinhos. 5. Transfeminismo. I. Freire, Eleta de Carvalho (Orientadora). II. Título.

907 CDD (22. ed.)

(BCFCH2022-039)

MILLENA LYRA VALENÇA

"FOLHAS DE NARRATIVA SEQUESTRADA": uma proposta transfeminista para o ensino de história através da HQ Xica Manicongo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Aprovada em: 28/01/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dra. Eleta de Carvalho Freire (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dra. Lúcia Falcão Barbosa
(Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus
(Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Nomear e reverenciar todas, todes e todos que de alguma forma estiveram envolvidos nessa caminhada é um exercício indissociável de resgate de memórias afetivas que marcaram um biênio excepcionalmente impactado pela instabilidade física, emocional e política que vivemos nos últimos anos no Brasil.

Antes de mais, agradeço à minha família, pela compreensão nas ausências, pelo suporte validando e alicerçando meus propósitos de onde partem os ímpetus por justiça social: a seu Rosa (*in memorian*), Alessandra, Vanessa e Fernanda.

Às divas inspiradoras, guardiãs da minha saúde mental, mitigando a síndrome da impostora que insiste em fazer mulheres duvidarem da legitimidade de suas produções: para a vida, e além do ProfHistória, Íris Barbosa, Adinaly Pereira. Rompendo os muros da Secretaria de Educação de Pernambuco, Dayanna Louise, Aline Malta, Joana Xeba, Patrícia Fortes, Lúcia Bahia e Ariane Freitas, obrigada por sempre.

Aos amigos José Walmilson e Leonardo Diniz que dialogaram com carinho e atenção inúmeras vezes durante a produção dessa pesquisa, em uma parceria preciosa cheia de amor pela docência.

A cada mulher trans e travesti que de alguma forma cruzou o meu caminho. Isis Marina, inspiração primeira para a materialização deste trabalho, por bradar contra um sistema educacional cisheteronormativo e violento, quando não haviam garantias legais sequer para o uso do nome social. A Robeyoncé Lima e Maria Clara Araújo, por abraçarem nos idos de 2016 uma iniciativa engatinhante de enfrentamento à transfobia na rede pública estadual de Pernambuco. À Gi Machado e ao Mães pela Diversidade pelo trabalho lindo, aguerrido e acolhedor; a Sophia William, igualmente versada em generosidade, paciência, e talento.

A Dayanna Louise, pela sensibilidade e sagacidade de feiticeira que tanto me inspira, pelo amparo incondicional à prática docente combativa na rede pública estadual de Pernambuco, pela potência teórica e, sobretudo, pela confiança em partilhar da minha trajetória profissional e pessoal aprendendo diariamente com você.

Pelo olhar atento, sensível, e criativo, à Jocososa Aguiar (The Joco) que tantas vezes me emocionou com seu traço e poética, pelo cuidado e pelos diálogos tão

profundos de pré-produção. Trabalhar com você foi um alinhamento dos planetas e eu agradeço pela luz que reverbera desde então.

Ainda, agradeço a Kaio Lemos pela partilha e olhar cirúrgico, que enriqueceram sobremaneira esta pesquisa, me direcionando a uma produção cada vez mais responsável e sensível.

Faz-se indispensável agradecer a todas, todes e todos ex alunes, a cada integrante do Grupo Floresça por esses anos de aprendizado na luta por uma cultura escolar menos homotransfóbica. A prof ama.

A Manuela Santiago e Albaneide Campos, pela amizade, parceria e confiança em minha prática pedagógica de enfrentamento à violência de gênero no espaço escolar, contribuindo para que eu entendesse a necessidade de chegar até aqui.

À CAPES que através da concessão de bolsa tornou possível a materialização de uma proposta didática de outra forma impossível de ser realizada sem a devida remuneração das artistas e profissionais envolvidas no roteiro, ilustração, diagramação e revisão, quais sejam Jocosa Aguiar, Jennyfhen Mendonça, Joyce Duarte e Roseane Souza.

A todas e todos companheiros da turma 3 do ProfHistória pela partilha de experiências docentes e pelas farras gastronômicas, musicais e étlicas. Vocês tornaram a caminhada mais leve e mais feliz.

A todas e todos as/os professoras/es do programa ProfHistória UFPE por nos conduzirem na busca por respostas (legando novas e potentes perguntas) que tanto nos inquietaram. Menção especial à professora Thereza Didier, que me apresentou o sentido da palavra potência, resultando em um uso recorrente - talvez indiscriminado e vicioso - mas cheio de afeto. À professora Juliana Andrade, pelos ensinamentos teóricos, políticos e afetivos, e por me incentivar a ingressar no Prof. E ao professor Edson Silva, que me alertou para profusão dos novos cabelos brancos, o que constatei ao fim do trajeto.

Imperioso agradecer à professora Jaqueline Gomes de Jesus por me apresentar o transfeminismo, por aceitar o convite para compor a banca de defesa enquanto pesquisadora-militante, pelas contribuições tão significativas e carinhosas à pesquisa desde o processo de qualificação, nos agraciando com o rigor teórico e a sensibilidade que a temática merece.

À professora Lúcia Falcão, pelo compromisso poético e político com o ensino de história, pelos direcionamentos criteriosos e afetuosos, fundamentais ao

desenvolvimento e adensamento da pesquisa e, sobretudo pelo engajamento inspirador na defesa de uma educação pública, gratuita e afetivamente democrática.

Por fim, agradeço à professora Eleta Freire, que além de uma orientadora atenta e sagaz, acolheu com amor - matéria da qual suspeito que ela seja feita - minhas fragilidades e angústias de diversas naturezas durante o processo, potencializadas pelo contexto pandêmico. Agradeço à segurança, autonomia e confiança que depositou em mim me fazendo ter a certeza da legitimidade do meu trabalho.

quem mi dirá o q é possível fazer com
esse ódio
si o tédio e depressão não devorarem as eras
e ramos
a época insiste em desmanchar, nos ossos,
o crânio
mira de cabeças-palavra empestiando
o cânone
quem saberá das pedras encontros de
parada pouca
nos cruzamentos da cidade transe e contos de
letra fiada
fé q disfarça, dá bíblia, folhas de narrativa
sequestrada
reforma avessa aos ritos da convivência mal e
mal democrática
quem ditará o nome ungido pelo direito
burocrático divino
a restar bolor e lápide oposto ao trato
diário manuscrito
sem nexos de corpo decifrado a fundo, ranhuras do
genital batismo
dúvidas que sangram, lutas contornadas
contra-instinto

Ave Terrena (ALVES, 2018, p.72)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas no ensino de História. Diante do silenciamento dessas atrizes e atores sociais na narrativa histórica escolar, a pesquisa objetivou investigar sob que bases epistemológicas estão ancoradas as questões de gênero e sexualidades acerca dessas subjetividades insurgentes. Propõe-se recuperar teoricamente o caminho histórico-crítico da categoria gênero tendo como fio condutor a desestabilização do sujeito do feminismo e os tensionamentos implicados na construção teórico-política transfeminista; identificar e analisar as disputas de narrativas referentes às questões de gênero e orientações do desejo na trajetória sócio histórica das histórias em quadrinhos (HQs) além de elaborar uma proposta didática transfeminista em formato de HQ, acompanhada de orientações para prática docente. Desenvolveu-se uma pesquisa de natureza qualitativa e bibliográfica tencionada a responder como o ensino de História pode contribuir para o processo de construção e autoafirmação identitária de estudantes com identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas através do referencial teórico transfeminista ancorado nos trabalhos de Jesus (2014), Nascimento (2020) e Oliveira (2018). Como principais resultados, evidenciam-se lacunas entre os avanços nos estudos de gênero no espaço acadêmico e mesmo na historiografia, em contraste com os aparatos reguladores de estado e a prática docente que mantém a narrativa histórica escolar cisheterocentrada, colonialista e excludente. Como parte propositiva, elaborou-se uma proposta didática transfeminista em HQ, protagonizada por Xica Manicongo, considerada a primeira travesti brasileira. A partir de subsídios teóricos, políticos e estéticos, a proposta objetiva contribuir com educadoras, educadores e estudantes, através da mobilização de uma narrativa em quadrinhos com roteiro adaptado e ilustrações de mulheres trans e travestis, acompanhada de suplemento didático no qual foram problematizadas categorias de análise relativas aos estudos transfeministas e de gênero, além do método de investigação histórica.

Palavras-chave: Ensino de História; Gênero; Narrativas Históricas, Memória e Identidade; Histórias em quadrinhos; Transfeminismo.

ABSTRACT

This research has as its object of study the gender identities and non-hegemonic orientations of desire in the teaching of History. Faced with the silencing of these social actresses and actors in the school's historical narrative, the research aimed to investigate on which epistemological bases are anchored the issues of gender and sexualities about these insurgent subjectivities. It was proposed to theoretically recover the historical-critical path of the gender category, having as a guideline the destabilization of the subject of feminism and the tensions implied in the transfeminist theoretical-political construction; identify and analyze the disputes of narratives related to gender issues and desire orientations in the socio-historical trajectory of comic books (comics), in addition to preparing a transfeminist didactic proposal in a comic book format marked with guidelines for teaching practice. A qualitative bibliographical research was developed, intended to answer how the teaching of History can contribute to the process of construction of the identity's self-assertion of students with gender identities and non-hegemonic desire orientations through the transfeminist theoretical framework anchored in the works of Jesus (2014), Nascimento (2020) and Oliveira (2018). As main results, gaps between advances in gender studies in the academic space and even in historiography were highlighted, in contrast to the regulatory apparatus of the state and the teaching practice that maintains the cisheterocentered, colonialist and excluding school historical narrative. As a propositional part, a transfeminist didactic proposal was elaborated in HQ, starring Xica Manicongo, considered the first Brazilian transvestite. Based on theoretical, political and aesthetic subsidies, the proposal aims to contribute to educators and students, through the mobilization of a comic book narrative, with an adapted script and illustrations of trans and transvestite women and a didactic supplement, in which categories of analysis relating to transfeminist and gender studies were problematized, in addition to the historical investigation method.

Keywords: History Teaching; Gender; Historical Narratives, Memory and Identity; Comics; Transfeminism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O inimigo das mulheres	87
Figura 2 - Uma nova Margarida.....	98
Figura 3 - A primeira aparição da Mônica.....	100
Figura 4 - Coelhada.....	101
Figura 5 - Sexo Frágil.....	102
Figura 6 - Sem torneirinha.....	106
Figura 7 - O Piche	111
Figura 8 - Capa Pasquim.....	111
Figura 9 - Cabra macho.....	112
Figura 10 - Los 3 amigos.....	114
Figura 11 - Hugo Baracchini.....	114
Figura 12 - Hugo: disfarce contra a máfia	115
Figura 13 - Gilda.....	116
Figura 14 - Overture	117
Figura 15 - Proibido embarcar assim	118
Figura 16 - Bichona	119
Figura 17 - Restaurante familiar	119
Figura 18 - Clube do tranco.....	120
Figura 19 - Freud.....	120
Figura 20 - Manual de psicologia	120
Figura 21 - Nada Pessoal.....	123
Figura 22 - Criada para oprimir	125
Figura 23 - Coisas artificiais	126
Figura 24 - Oroboros	126
Figura 25- Una de cal una de arena.....	129
Figura 26 - Firma.....	129
Figura 27 - Equipe Milkshake Marvel	133
Figura 28 - Super milkshake.....	136
Figura 29 - Logomarca Quadrinhistas antifascistas e quadrinhos sem política.....	139
Figura 30 - O Doutrinador.....	141
Figura 31 - Destro	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações defendidas no Profhistoria entre 2016 - 2018	32
---	----

LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BDSM	Bondage, Dominação, Sadismo e Masoquismo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DOU	Diário Oficial da União
HQ	Histórias em Quadrinhos
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
LGBTQIA+	Lésbicas Gays Bissexuais Transexuais Queers Intersexuais Assexuais
MESP	Movimento Escola sem Partido
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	"ENCONTROS DE PARADA POUCA": nas teias da abjeção, “bando de viado, bando de merda”	15
1.2	IDENTIDADES DE GÊNERO E ORIENTAÇÕES DO DESEJO NÃO HEGEMÔNICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: desafios à formação continuada no âmbito do Profhistória	32
2	OS ESTUDOS DE GÊNERO E O ENSINO DE HISTÓRIA	40
2.1	"EMPESTIANDO O CÂNONE": a emergência do feminismo e a trajetória teórica política do sujeito mulher na historiografia.....	40
2.2	"TRANSES E CONTOS DE LETRA FIADA": tensionamentos dos movimentos lésbico e gay nos estudos de gênero	54
2.3	"SEM NEXO DE CORPO DECIFRADO": estudos de gênero e os impactos pós estruturalistas, <i>queers</i> e transfeministas.....	60
2.4	"RANHURAS DO GENITAL BATISMO": gênero e ensino de história por uma abordagem transfeminista	73
3	RELAÇÕES DE GÊNERO, DISPUTAS DE NARRATIVAS E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQS)	82
3.1	"DIREITO BUROCRÁTICO DIVINO": a dominação masculina na nona arte	82
3.2	"MIRA DE CABEÇAS-PALAVRA": a polifonia identitária no alvo da cisheteronormatividade.....	92
3.3	"TRATO DIÁRIO MANUSCRITO": dizibilidades trans e travestis e o transfeminismo nos quadrinhos latinoamericanos.....	112
3.4	"RITOS DE CONVIVÊNCIA MAL E MAL DEMOCRÁTICA": o pacto narcísico da masculinidade hegemônica nas HQS.....	129
3.5	"LUTAS CONTORNADAS, CONTRA INSTINTO": o ensino de história e as narrativas de memória em HQs como recurso didático na formação da	

	consciência histórica.....	146
3.6	"FOLHAS DE NARRATIVA SEQUESTRADA": construindo uma proposta didática transfeminista através da HQ Xica	155
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
	REFERÊNCIAS.....	164

1 INTRODUÇÃO

"ó merda com teu mar de urina
 com teu céu de fedentina
 tu és meu continente
 terra fecunda onde germina
 minha independência minha indisciplina
 és avessa
 foste cagada da vagina
 da américa latina."

(MATTOSO, 2004)

1.1 "ENCONTROS DE PARADA POUCA"¹: nas teias da abjeção, "bando de viado, bando de merda"²

Um banheiro escolar é o cenário onde nasce esse trabalho que se debruça sobre identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas no ensino de História. É produto do incômodo que comporta, corta e empodera subjetividades inconformes carimbadas com o selo da abjeção (KRISTEVA, 1980) na produção colapsada de corpos "em série".

Aqui situaremos lugares de enunciação enquanto pesquisadora, associados às justificativas que mobilizaram a investigação dessa pesquisa, além de apresentarmos, para uma efetiva compreensão acerca das identidades sobre as quais nos debruçamos, alguns conceitos fundamentais, dentre eles: identidades de gênero e orientação sexual (JESUS, 2012), abjeção (KRISTEVA, 1980; BUTLER, 2019) e gênero enquanto categoria de análise (SCOTT, 1995; LOURO, 1997).

Na definição usual dos dicionários em língua portuguesa, abjeto corresponde à "que ou o que não tem dignidade; desprezível, vil" (ABJETO, 2020). Refletida sobre corporalidades e subjetividades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas, a abjeção toma contornos que a condicionam às lentes da exclusão, na relação eu-

¹ Alguns títulos de capítulos e seções que se seguem fazem referência a trechos extraídos da poesia reproduzida na epígrafe dessa dissertação e de autoria da poetisa trans Ave Terrena Alves (ALVES, 2018, p.72).

² É comum nos relatos de violências sofridas por pessoas com identidades LGBTQIA+ surgirem relatos de ofensas que as relacionam a dejetos. Vide: <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/video-uber-expulsa-mulheres-trans-do-carro>/<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/passageiro-homofobico-e-expulso-de-voo-da-latam-apos-xingar-comissario-de-viadinho>

outro em espaços de sociabilidade como a escola, promotora do constante (des)encontro com a diferença (SILVA, 2000).

Tomando por empréstimo a acepção de Kristeva (1980, p. 2), o abjeto "é radicalmente um excluído e me lança lá onde o sentido desmorona. Um certo 'eu' [*moi*] que se fundiu com seu mestre, um super-eu, lhe enxotou abertamente". A abjeção desse modo, não só atesta a diferença como institui sua vedação à socialização. Abjeto é todo aquele que existe como reação adversa à "normalidade" (FOUCAULT, 2008). É o sujeito inominável, intraduzível, inassimilável.

Nas teias da abjeção, do não-lugar³ reservado aos corpos inconformes, construo um diálogo possível e me increvo, entre a pesquisadora que escreve e os sujeitos aos quais essa pesquisa dedica-se: travestis, transgêneros, transsexuais, queers, pessoas não binárias, gays, lésbicas, bissexuais, assexuais, interssexuais, aqui nomeados como dissidências de gênero e orientações do desejo, ou por vezes em uma relação sinonímia, gêneros inconformes, identidades não hegemônicas, sem a intenção de referenciá-las de forma exclusiva por essas definições, tampouco silenciar suas autodefinições. Por vezes essas subjetividades são referenciadas pela sigla LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis e transgêneros, queers, interssexuais, assexuais, respectivamente) garantindo com o sinal '+' as possíveis incompletudes e expansões da sigla.

Em linhas gerais, identidade de gênero refere-se à auto identificação do indivíduo em relação à classificação cultural generificada entendida como masculina e feminina, por vezes não dicotomizadas, podendo o sujeito identificar-se com um dos dois pólos, os dois simultaneamente ou nenhum dos dois. Quanto à sexualidade, a orientação do desejo refere-se ao tipo de atração afetiva e/ou sexual que o indivíduo

³O conceito de não-lugar proposto por Augé (2017) no âmbito da Antropologia, dá conta de recortes socioespaciais nos quais a conexão identitária não é favorecida, são lugares que habitam uma espécie de limbo nos quais os indivíduos estão sempre em trânsito, não se conectando com aquela ambiência. Contrapondo os "lugares antropológicos" aos "não lugares", Augé afirma que enquanto os primeiros criam "um social orgânico" os segundos criam "tensão solitária" em função do utilitarismo ao qual remetem, e da individualização da sociedade que ele denomina supramoderna (AUGÉ, 2017, p.72). Embora aqui o autor refira-se a aeroportos, hotéis, acampamentos de refugiados dentre outros, onde a transitoriedade é apresentada como obstáculo à construção identitária em relação ao espaço físico, no campo das relações de gênero, o conceito de não lugar tem sido mobilizado como forma de desnudar a exclusão social imposta a sujeitas e sujeitos que de algum modo experimentam certa condição de outridade refletida na interdição ao rol da humanidade. Os não lugares, nessa perspectiva, desnudam a incessante inadequação imposta aos corpos abjetos através de fronteiras materiais e simbólicas que demarcam os espaços acessíveis a uns e os não-lugares compulsoria e invariavelmente designados a outros.

manifesta por outros indivíduos, definidas por Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p.12) como dimensões distintas, logo, "uma dimensão não depende da outra, não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem e mulher é 'naturalmente' heterossexual".

Desse modo, a orientação do desejo pode ser entendida como homossexual, bissexual, heterossexual, além de diversas outras práticas e experiências possíveis, enquanto as identidades de gênero podem ser transgêneras ou travestis, cisgêneras, não binárias, entre outras configurações identitárias não esgotáveis nessas definições.⁴

Salientemos que a língua portuguesa formal ainda não incorporou as demandas sociais por pronomes neutros e designações alternativas que visem representar pessoas não binárias através da linguagem inclusiva de gênero. Nos usos informais, considerando-se que a língua é viva e renasce da comunicação entre as pessoas, usamos diversas definições, dentre as mais frequentes, a substituição do A e O pelo E no fim das palavras, ou seja, pessoas não binárias são com frequência referidas como "não bináriEs". Na impossibilidade de adotarmos tais construções nessa dissertação, seguiremos a linguagem acadêmica formal, esforçando-nos por buscar alternativas não marcadas em respeito à representação dessas identidades.

As identidades de gênero podem ser classificadas então como cisgêneras, transgêneras, gênero fluido, não binárias dentre outras. Aqui nos detivemos a conceituar, identidades cis e trans que seguem a seguinte diferenciação:

Chamamos de cisgênero, ou de "cis", as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento [...]. Denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não são se identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans. (JESUS, 2012, p.10).

As identidades cis e trans referem-se dessa forma, ao processo de auto afirmação ao gênero arbitrariamente designado no nascimento. Partindo dessas premissas, não há caminhos viáveis e pontes de comunicação possíveis se não me encontrar desperta diante da rede de privilégios sobre os quais repouso enquanto pesquisadora cisheterossexual. A abjeção que de alguma forma incide sobre minha

⁴É importante ressaltar que sujeitos queers não podem nem pretendem ser considerados identitários. Para o movimento, as definições de gênero por conterem erros de partida, sejam elas hegemônicas ou dissidentes, derivam da mesma matriz compulsória que dá vida e arbitrariedade às sentenças masculino-feminino, homem-mulher, hetero-homossexual. (BUTLER, 2019).

corporalidade, marcando toda minha vivência escolar, talvez dê conta da sensibilização para experiências de estudantes trans e travestis que cruzaram meu caminho enquanto professora da rede pública estadual de Pernambuco. Assim, meu corpo no espaço escolar, também conheceu outros abismos da abjeção.

Para a filósofa Judith Butler, abjeção "não se restringe [...] a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como não importante". (BUTLER, 2002, p.161). Meu corpo, um corpo, desde sempre, gordo, lido como anormal, inadequado, inaceitável, inassimilável. Nos encontramos como corpos politizados nos labirintos dos não lugares, nos corredores da desumanização, no discurso médico que, apropriado pelo senso comum, legitima e inaugura a interdição sobre nossas existências.

Deparar-me, na infância, com um mundo físico e simbólico construído para demarcar as fronteiras da minha inadequação em espaços de sociabilidade como a escola, foi determinante para que eu suspeitasse como funcionam a normatização dos corpos e a (des)legitimação de existências, às quais eu jamais poderia corresponder; além de direitos aos espaços os quais eu jamais poderia acessar.

Aqui, corporalidades inconformes, dissidentes, insubmissas, acenamos umas às outras entre degraus que nos unem, mas hierarquizam. Morremos de forma simbólica, embora corporalidades trans e travestis, "afeminadas", lésbicas, morram de maneira mais cruel e precoce. Interditos incidem sobre corpos sem correspondência com uma violenta inteligibilidade hegemônica, com letalidade e negação de direitos maiores sobre identidades de gênero e orientações do desejo inconformes. Encontrar-me com essas subjetividades é, antes de tudo, descobrir um fio condutor que nos une como vivências corporificadas, abjetas:

¿qué pasa si experimentamos a partir de la corporalidad, cuestionando esas verdades que se han inscrito sobre nuestros cuerpos? Si mediante ejercicios performativos podemos evidenciar que el género y el sexo se construyen y vivencian a través de un conjunto de técnicas y tecnologías y de la repetición de estas, de igual manera podemos evidenciar que el 'cuerpo normal' se construye a través de estas y otras técnicas, dando lugar a un artificio que es el cuerpo bello, deseable, funcional. El cuerpo es ficción política. (MASSON, 2014, p.228).

Como questiona Masson (2014), se nossas vivências se aproximam à medida que, na condição de corporalidades abjetas, desnudamos a artificialidade da

(a)normalidade dos corpos, é imprescindível que encaremos por compromisso e consequência o abismo de privilégios, mesmo em terras de abjeção, que nos separa.

Corporalidades empurradas para o cárcere e o silêncio, escapam e se encontram no espaço escolar. São rizomas (DELEUZE; GUATARI, 1995) que ramificam-se como ervas daninhas sobre uma monocultura homogênea, fabricada e continuamente reajustada. O rizoma deleuziano representa o fenômeno, por vezes tomando as vestes de acontecimento, que atordoa o planejado, o previsível, o calculável, o prescrito; desnaturaliza e confere à diferença não mais um status residual, pelo contrário, materializa sua constante incipiência; fértil, atenta e forte em vias de (re)existir à revelia da disciplina que a nega (DELEUZE; GUATARI, 1995). Rasga o solo, adubado por dejetos tantos, e emerge apesar e em função de tanta poda. Floresce, frondosa, da "terra fecunda onde germina minha independência, minha indisciplina". (MATTOSO, 2004).

O ano era 2016 e na dinâmica coercitiva própria do espaço escolar, eclode o rizoma deleuziano que me insere no tiroteio discursivo de onde não escapamos ilesas: Joana⁵, uma estudante trans, que se nega ao assujeitamento (ANDRADE, 2012) biologizante, reivindica o uso do banheiro feminino na unidade escolar em que atuo como professora de História⁶. Caos. Diga-se, falha no ordenamento do caos, onde o gênero ocupa o centro do debate e traz, a reboque, o aparato disciplinar que pesa nas mochilas de todo indivíduo que digere e excreta, na escola e fora dela, já que, como aponta Paul Preciado, banheiros são espaços privilegiados onde se "faz o gênero":

Na porta de cada banheiro, como único signo, uma interpelação de gênero: masculino ou feminino, damas ou cavalheiros, guarda-chuva ou chapéu, bigode ou florzinha, [...] Não nos perguntam se vamos cagar ou mijar, se temos ou não diarreia, ninguém se interessa nem pela cor nem pelo tamanho da merda. A única coisa que importa é o gênero. (PRECIADO, 2019, p.1).

A correspondência binária, exigida pela inteligibilidade social (damas ou cavalheiros?), é requisito indispensável para acessar direitos, em tese, extensíveis e garantidos a toda humanidade. Se para a historiadora Scott (1995) o gênero é a primeira forma de hierarquização social que incide sobre todas e todos nós, subvertê-

⁵Nome fictício usado para preservar a identidade da estudante.

⁶O caso foi notícia em jornal de grande circulação no estado de Pernambuco. Vide reportagem do Diário de Pernambuco disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2016/11/adolescente-trans-e-impedida-de-usar-banheiro-feminino-de-escola-em-ca.html>

lo de algum modo parece implicar na sua exclusão, enquanto ser, da convivência social, ou mesmo do rol das humanidades (BENTO, 2017), desembocando na automática desvinculação de acesso a direitos fundamentais.

As discussões concernentes ao conceito gênero habitam o espaço acadêmico desde meados do século XX, com a ascensão do movimento feminista e surgem no entorno da necessidade de problematizar as desigualdades sociais entre homens e mulheres e superar silenciamentos das mulheres (FREIRE, 2019), digam-se cis e em sua maioria heterossexuais que encabeçavam os espaços de enunciação do movimento feminista à época. É no sentido da ampliação do que se designa como definições de gênero que somos conduzidos pelos estudos pós-estruturalistas a percepções mais plurais acerca da temática, sob a ótica social e cultural (BUTLER, 2019; LOURO, 1997; NICHOLSON, 2000). Passa-se assim da categorização da natureza específica e limitante do feminino e masculino para a contestação das definições culturais do binarismo amparado no discurso biologizante, ou seja, o sexo, antes entendido como verdade ontológica é apresentado como construção discursiva. (BUTLER, 2019; LAQUEUR, 2001).

Gênero passa a figurar como "ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política" (LOURO, 1997, p.21) e é nesse sentido que o termo será reapropriado, devassado, reconstruído e reestruturado dentro do movimento feminista e em sua vertente protagonizada por mulheres trans, o transfeminismo (JESUS, 2014b), afim de ampliar suas bases de fundamentação e garantir a perenidade de seu caráter polissêmico.

A estreita relação entre gênero e sexualidade operante nos mecanismos de inteligibilidade social definidos pelo *sistema* sexo-gênero (VERGUEIRO, 2015) impõem uma correspondência compulsória entre identidade de gênero, caracteres físicos generificados e orientação do desejo, produzindo um embaraço na percepção da subjetividade dos indivíduos e, desde cedo, colocando crianças e adolescentes sob o jugo de violências diversas também no espaço escolar.

O que aqui destacamos como *sistema* sexo-gênero, é produto das reflexões epistemológicas da pesquisadora trans/travesti Viviane Vergueiro, debruçando-se sobre o termo cunhado pela feminista Gayle Rubin na década de 1970, no qual Rubin (2017) problematiza o ordenamento de sociedades patriarcais baseadas na pretensa e automática correspondência entre sexo, definido como biológico e gênero, socialmente construído. (RUBIN, 2017). Sob as lentes do sistema sexo-gênero

identificado por Rubin, alguém que nascesse com um aparato sexual lido como feminino (vagina, útero, ovários) estaria condicionado à identidade de gênero feminina/mulher e à inclinação heterossexual, por exemplo.

Vergueiro (2015) à luz de vivências e dizibilidades autoetnográficas trans/travestis, inaugura uma nova fresta epistemológica sobre o conceito de Rubin agregando ao debate os condicionantes da cisgeneridade, ou seja, ao passo que são pressupostas correspondências corporais com a heterossexualidade, a cisgeneridade também se encontra presumida. Assim a autora acrescenta ao conceito de Rubin (2017) o neologismo *cistema* em referência à cisgeneridade associada aos condicionantes disciplinares que a circundam.

A emergência de atrizes e atores inasujeitáveis no espaço escolar transborda a simbologia das fronteiras do *cistema* sexo-gênero, quando o próprio espaço materializa a exclusão da abjeção que há em nós. Não logra aniquilar-lhes, apenas os relega ao indizível.

Em uma reprodução amplificada do corpo físico, relacionam-se no corpo social (escola), diversas substâncias (subjetividades) que são partes pré-existentes de um todo desmembrado pelo discurso, digerido, reconstruído (identidades hegemônicas) e que necessita de constante reafirmação e reparo. (BUTLER, 2019). Materializa-se assim a metáfora abjeta entre o constitutivo humano e seu oposto eliminável, seus dejetos. Não surpreende nos depararmos, como resgatamos no título dessa seção ("Bando de viado, bando de merda"), com o registro de um conjunto incontável de violências verbais proferidas contra identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas associando-lhes a dejetos.

E mesmo na tentativa de dar vazão às necessidades fisiológicas mais básicas, naquilo que indubitavelmente é comum a quaisquer indivíduos, o gênero e seu binarismo míope incide e hierarquiza "como se tivéssemos que entrar no banheiro para refazer o gênero mais do que se desfazer da urina e da merda". (PRECIADO, 2019, p.1).

Sacudindo as fronteiras da inteligibilidade, identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas encontram-se todos os dias em conflito com a normatização no espaço escolar quando os protótipos falham em condicionar existências para o perfeito ajustamento dos corpos aos dispositivos coercitivos. A agência/insurgência (co)existe à revelia da representação pelo 'eu' legitimado e normatizado pela sociedade. O outro é exposto ao escárnio daqueles que necessitam,

no exercício disciplinar binário, marcar a diferença de si e negatizar aquilo que não se é, em função do texto impresso e sem rasuras no papel que deveríamos representar da estréia até o fim da vida. Um paradoxo: a abjeção precisa existir para que se possa negá-la, onde não se deve ir, de quem não se recomenda aproximar mas a quem deve-se constante mirada (outro) para lograr responder e reafirmar quem se é (eu) por exclusão ao que não se deve/pode ser (outro). (BUTLER, 2000).

As sequelas da condição abejta que recai sobre certas corporalidades no espaço escolar gritam. Em pesquisa promovida pela UNESCO, realizada em 2004, através de entrevistas com discentes, docentes e pais, mães e responsáveis pelos estudantes em algumas capitais do país, constatou-se que na cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, 30% dos estudantes entrevistados afirmaram que não gostariam de ter homossexuais como colegas de classe, assim como 46% dos pais, mães e responsáveis afirmaram que não gostariam que homossexuais fossem colegas de classe dos seus filhos. (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004). Note-se que nos contornos da homossexualidade, por uma limitação conceitual, pressupõe-se que a exclusão estenda-se também às identidades trans e travestis.

Em 2016, dados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, coordenada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em parceria com a Universidade Federal do Paraná dão conta de que, no Brasil, 73% dos estudantes LGBTQIA+ relataram ter sofrido agressões verbais em função de sua identidade de gênero ou orientação sexual no espaço escolar, enquanto 27% relataram agressão física e 60% não se sentem seguros na escola (ABGLT, 2016). É impactante nos depararmos com dados escolares que sinalizam para um significativo índice de evasão, ou como define Bento (2017), expulsão desses estudantes das unidades de ensino brasileiras:

Os/as estudantes tinham duas vezes mais probabilidade de ter faltado à escola no último mês se sofreram níveis mais elevados de agressão relacionada à sua orientação sexual (58,9% comparados com 23,7% entre os/as que sofreram menos agressão) ou expressão de gênero (51,9% comparados com 25,5%). (ABGLT, 2016, p.19).

Como podemos perceber, a negação de garantias básicas à saúde física e psicológica desses indivíduos, faz do espaço escolar um ambiente hostil e violento. Conquistas recentes, como o direito ao uso do nome social no ambiente escolar na educação básica através da Portaria nº 33 (BRASIL, 2018), figuram como marcos no

processo de socialização a partir da autoidentificação de gênero nas escolas. No entanto, portarias como essa estão longe de se constituírem como garantias de segurança a esses estudantes, seja pela negação à aplicabilidade da lei, seja pelas consequências sociais dessas interações no ambiente escolar, ou ainda, por suscitar novos debates quanto à autonomia e direito à privacidade na auto identificação de gênero frente à família. Em muitos estados da federação o uso do nome social por menores de idade está condicionado à autorização dos seus responsáveis legais o que não raras vezes obstaculiza a aplicabilidade da lei.

Para além disso, as violações no âmbito da oralidade quanto ao uso do nome social por pessoas trans e travestis perpetradas por docentes, gestoras e gestores, além da transfobia institucional e simbólica, são realidades que impedem a plena aplicabilidade da lei por sua difícil identificação (ou silenciamento?) enquanto violência no espaço escolar.

Entretanto, como no rizoma deleuziano, dispositivos que autorizam e interditam são traídos pela própria miopia quando baseados na lógica normativa, algorítmica, que não entende de (re)existência. Dito isso, considerar que espaços como banheiros com divisões binárias masculino/feminino, por exemplo, garantiriam por suposição a efetiva proibição aos contatos sexuais entre estudantes é partir da equivocada concepção de que quaisquer indivíduos possuidores de vagina/pênis teriam orientações heterossexuais e identidades cisgêneras ou binárias.

A subversão e ressignificação dos espaços é parte do cotidiano dissidente, como nos mostra Luma de Andrade de forma pioneira. Para a autora,

homens e mulheres dentro dos banheiros da escola violam as normas promovendo ações contraditórias ao espaço escolar em que estão inseridos. [...]. Isso lhes permite vivenciar outras possibilidades negadas fora ou dentro da escola, como se relacionar com pessoas de diversas identidades sexuais [...].(ANDRADE, 2012, p.169).

Criam-se, como demonstra Andrade (2012), possibilidades de hackear (HARAWAY, 2009) o *cistema*, subvertendo de forma criativa a negação à socialização. Ou, outras tantas vezes, embarracar-se e exigir a derrubada de interditos sobre espaços e direitos que também lhes pertencem, exigir que lhes nomeiem de forma correta e lhes reconheçam enquanto sujeitos políticos também no espaço escolar, é estratégico. O que Silva e Souza (2017, p. 108) conceituam como "epistemologia do barraco" apresenta-se como um tipo de insurgência que nasce da

estratégia travesti de positivação do "barraco", apropriado pelo senso comum de maneira pejorativa, Assim, o barraco é mais um instrumento de luta possível quando, "todo o mais falta, um barraco que faça que a 'justiça' seja feita.". Ou quando, pela poética de Dayanna Louise Santos, muitas irão pelos caminhos da insurgência construir atalhos a cruzar urgências, quando "[...] embebecidos de Virgínia Guitzel renegam a rendição, provam o gosto de desafiar os senhores e exigem a liberdade de seus sonhos, como ter um banheiro para chamar de seu". (SANTOS, 2018, p.12).

Nos abismos e não lugares, identidades insubmissas não fazem morada fixa, subvertem monolitos normativos, rachados pela melodia de perturbadores cantos que os instabilizam. Criam linguagens pajubeyras (LIMA, C., 2017), e pelo cruzamento interseccional de opressões constroem suas redes de parentalidade/ancestralidade. Historiografam, sob epistemologias desobedientes, memórias que lhes foram negadas, suas "narrativas sequestradas" (ALVES 2018), com protagonismo e tintas de luta e festa.

Em meio a um contexto social no qual vivenciamos retrocessos relacionados aos tímidos avanços nas questões de gênero e orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais, percebemos que desde o veto presidencial ao material 'Escola sem Homofobia' até o despontar de movimentos contra a 'Ideologia de gênero' e 'Movimento Escola sem Partido' sentimos seus significativos impactos para a educação brasileira nos textos finais dos Planos Nacionais e Estaduais de Educação e na Base Nacional Comum Curricular- BNCC. (SEFFNER, 2016).

Termos como gênero e orientação sexual suprimidos nesses documentos em detrimento da sua anterior figuração nominada nos PCNs, como parte dos temas transversais, sinalizam para um momento de inflexão e pânico moral em torno dessas discussões no espaço escolar. O discurso institucionalizado nacional que orienta a construção dos currículos quanto aos moldes de educação e cidadania que se pretendem construir é sintomático sobre o lugar social reservado pelo estado às temáticas de gênero e sexualidade.

Nesses embates, ao ensino de História tem cabido, por excelência, a atuação na resignificação e superação de homogeneizações e silenciamentos em narrativas historicamente situadas, por vezes permeadas por valores religiosos como sequelas da falência da escola laica e republicana no Brasil. Além disso, a incumbência de agir na formação de identidades múltiplas que reverberem em uma convivência democrática pelo apropriar-se de si e do outro enquanto alteridade (OLIVEIRA;

FREITAS, 2012) tem permeado os questionamentos acerca da funcionalidade do ensino de História.

Ao transpormos essas perspectivas para os estudos de gênero sobre identidades não hegemônicas, emerge o questionamento produtor do nosso objeto de pesquisa: como o ensino e História pode contribuir no processo de construção e autoafirmação identitária de estudantes com identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas?

Os questionamentos se avolumaram e nortearam nosso trabalho à medida que o ensino de História tem despertado para a problematização de uma identidade nacional homogeneizante e, tem sido provocado pelas identidades multiculturais de segmentos como mulheres, negros e indígenas; contudo, parece manter uma posição de silenciamento sobre identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas. Naturalizando identidades compulsórias (cisheterossexuais) sem complexificar as disputas de poder intrínsecas às relações de gênero e suas interseccionalidades, percebemos esses tensionamentos pouco questionados apesar de perpassarem e mesmo constituírem a narrativa histórica escolar.

Assim, problematizamos as relações que vêm sendo construídas entre o ensino de História e a formação dessas identidades não hegemônicas, interrogando-nos: como as questões de gênero e sexualidades em suas identidades não hegemônicas vêm povoando os debates entre estudiosos da área? Como são ou podem ser trabalhadas historicamente essas temáticas socialmente emergentes no ensino de História? E como este se relaciona com o protagonismo dessas atrizes e atores sociais nas escritas de si mesmas?

Diante desses questionamentos e da impossibilidade de esgotá-los no espaço dessa pesquisa, nos ativermos ao objetivo norteador: investigar, sob que bases epistemológicas estão ancoradas as questões de gênero e sexualidades acerca dessas representações identitárias não hegemônicas na narrativa histórica escolar com vistas à elaboração de uma proposição didática transfeminista que possa contribuir com a vivência da temática nas aulas de História mirando a positivação identitária, através do recurso à narrativa de memória protagonizada por Xica Manicongo, a primeira travesti do Brasil.

Tal objetivo desdobra-se em outros específicos que, além de conduzirem a investigação, também perpassam a prática pedagógica e o uso do currículo narrativo (GOODSON, 2019) como alicerce para a construção da consciência histórica entre

discentes. Assim, objetivamos especificamente: a) recuperar o caminho histórico-crítico da categoria gênero tendo como fio condutor a desestabilização do sujeito do feminismo e os tensionamentos diretamente implicados na construção teórico-política transfeminista; b) identificar e analisar as disputas de narrativas referentes às questões de gênero e orientações do desejo na trajetória sócio histórica das histórias em quadrinhos; c) elaborar uma proposta didática transfeminista em formato de História em Quadrinhos, acompanhada de orientações para professores e professoras de História.

Para tanto, elegemos a narrativa verbo visual em quadrinhos pela sua especificidade enquanto recurso didático-pedagógico capaz de dialogar com a representatividade através da iconografia bem como por mobilizar a multidimensionalidade requerida na leitura do mundo e na apreensão do conhecimento histórico.

Aqui não nos propusemos a debruçarmo-nos sobre os livros didáticos, embora os tomemos como de fundamental importância nas análises acerca dos processos de ensino e aprendizagem, além de figurarem como dos mais significativos aparatos reguladores do estado. Entretanto, diante do sonoro silêncio posicionado (silenciamento) dos mesmos quanto às temáticas apresentadas sob o olhar não hegemônico, entendemos que para além de uma escolha política que elege quais subjetividades serão normatizadas, o mercado editorial responde a demandas mercadológicas, e mesmo quando demarcadas nos editais do PNLD percebe-se a resistência ou ineficiência na abordagem do tema. Assim, não vemos voluntarismo editorial quando nos deparamos com uma Base Nacional Curricular Comum que suprimiu essas questões de seus textos finais.

No tocante ao ensino de História percebemos que embora os estudos de gênero e sexualidades já respondam na academia brasileira há pelo menos 40 anos de intensos debates, seu reflexo sobre a narrativa histórica escolar são significativamente limitados a começar pela sua materialização em uma relação sinonímia e quase exclusiva com a história das mulheres em materiais didáticos, formações continuadas de professores, currículo, como atestam Oliveira e Freitas (2012) em seus levantamentos entre os anos de 2007 e 2012 acerca dos currículos estaduais do ensino fundamental em 18 estados da federação.

Resultando na constatação de que, das 18 propostas levantadas, a emergência de novos sujeitos foi contemplada na seguinte proporção:

Africanos/afrodescendentes/África/cultura africana/cultura afro-brasileira e indígenas/cultura indígena são referenciados, respectivamente, por 11 e 10 propostas (entre 18). Essa proporção cai à metade quando o tema são as mulheres (5 propostas), e rareia em relação às crianças (2), jovens (2) e idosos (1). (OLIVEIRA; FREITAS, 2012, p.289).

Percebamos que nos estudos de gênero, apenas as mulheres figuram como novos sujeitos generificados. Não negamos tratar-se de um importante avanço na visibilização dos estudos feministas, de uma efetiva história das mulheres, entretanto, podemos inferir que lidamos com uma história das mulheres cisgêneras e, em sua maioria, heterossexuais. Além disso, atrizes e atores sociais LGBTQIA+ continuam no ensino de História, sub-representados, sub categorizados ou simplesmente silenciados.

As simbologias da representatividade dessas subjetividades e sua estreita relação com a construção da consciência histórica (CERRI,2001), em geral, não tem alcançado estudantes com identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas, uma vez que estes não se vêem na narrativa histórica escolar e por fim, não são contempladas e contemplados enquanto sujeitos históricos. Não há como negar que essas identidades dissidentes não só povoam o espaço escolar como demandam representação.

Quantos de nós, professoras e professores, nunca se deparou com o questionamento clássico à abordagem do período referente à dominação holandesa no Pernambuco colonial: "*– Professora, é verdade que Maurício de Nassau era gay?*" ou por vezes, quem ousou trazer à tona vivências amorosas e sexuais entre mulheres em diferentes períodos históricos, foi confrontado com o questionamento: "*– e existia, professora?*" Apresentar a política higienista do governo ditatorial brasileiro contra as travestis nos anos 1970 ou a figura de Xica Manicongo no período colonial, suscita um conjunto de outras interjeições que culminam em um misto de surpresa e curiosidade para quem aprendeu na Igreja, na família ou na mídia que a travestilidade nasceu após as primeiras performances drag queens da saudosa Vera Verão, nos anos 90 ou da cantora Pablo Vittar mais recentemente, frutos da degenerescência da pós-modernidade. A ironia das acepções acima é fruto de uma pouca intimidade com a temática uma vez que o/a cantor/a Pablo Vittar não está associado à identidade travesti/trans (e sim de uma performance artística realizada por um homem gay, no caso). Além disso, situar dissidências de gênero enquanto fenômenos do século XXI

demonstra os caminhos que a História escolar ainda precisa trilhar para historicizar essas vivências.

Em sala de aula, essas subjetividades raramente são apresentadas pelos educadores enquanto potência em referência aos dizeres do rapper Emicida, que assim descreve a visibilização da cultura negra; quando de fato emergem é exclusivamente enquanto chacota, seja de estudantes ou professores, claramente negatizando-as.

Diante desse quadro, o ensino de História deveria ser o *locus* privilegiado em que os indivíduos pudessem apropriar-se de seus legados culturais, uma vez que na escola muitos se socializam de forma intensa com a diferença hostil, mas também e pela primeira vez, com seus iguais passando a entender-se enquanto coletividade. Na prática, ao contrário, a escola transforma-se em um lugar de expulsão pela normatização violenta, a construir barreiras físicas e simbólicas a essas identidades, assim como, o ensino de História o faz ao seguir silenciando-os na narrativa histórica escolar. Na escola, se não o ensino de História por excelência, a quem caberia auxiliar na construção das pontes possíveis entre a positivação dessas identidades e seus legados culturais ao longo do tempo?

Ao nos aproximarmos do pensamento de Selva Guimarães para quem "a escola e as aulas de História são lugares de memória, da história recente, imediata e distante" (FONSECA, 2006, p.132), percebemos que a negação do direito à memória parece cristalizar-se através dos silenciamentos dessas subjetividades que, no ensino de história, são perpetuados nos materiais didáticos, currículos e práticas docentes. Dar a conhecer de si enquanto ancestralidade (a partir da construção de laços de parentalidade para além da consanguinidade) é garantir-lhes o direito à memória e à História, como asseveram Nilton Pereira e Fernando Seffner,

o direito à memória tem a ver tanto com a possibilidade do estudo da documentação sobre os acontecimentos que marcaram a nossa história quanto com a manutenção de lembranças que nos informam sobre as violações à vida e aos direitos que não se quer mais que voltem a ocorrer (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p.14).

Desse modo, visibilizar essas memórias é agir sobre a desnaturalização da cisheteronormatividade no espaço escolar ao debruçarmos-nos de forma crítica sobre a narrativa histórica e perpetuarmos a função por excelência do ensino de história: ressignificar narrativas historicamente situadas, descortinando intencionalidades,

universalismos e disputas de poder fortalecendo assim uma educação crítica e atuante na construção da convivência democrática (PEREIRA; SEFFNER, 2018; LOURO, 1995).

É mirando no resgate das narrativas de memória de subjetividades trans e travestis que elegemos as histórias em quadrinhos, sobretudo por seu histórico engajamento na sedimentação/contestação dos estereótipos de gênero e sexualidades, como recurso didático, pedagógico, estético e político para dar materialidade a essas narrativas.

Assim como no âmbito educacional, as histórias em quadrinhos como artefatos da cultura de massas têm sofrido severos ataques à visibilização de pautas progressistas diante da resistência de movimentos como o Comics Gate e o Quadrinhos sem política. O ano de 2021 foi icônico nesse sentido uma vez que a saída do armário de alguns personagens clássicos da super aventura, provocou reações de boicote e discursos de ódio que descortinaram, tentativas de frear mudanças sociais irreversíveis no tocante às questões de gênero e sexualidades pulverizadas sob um discurso de manutenção do *status quo*.

Como espaço de resistência e enfrentamento à interditos diversos, as histórias em quadrinhos fazem parte da "dieta literária" (McCLOUD, 1995) de inúmeras crianças e adolescentes que com elas estabelecem relações de memória afetiva. Da mesma forma, as representações ofertadas por essa narrativas povoam e interagem até a idade adulta como nossos inconscientes quanto à sedimentação de padrões de gênero e sexualidades. Ao passo que no início do século XX o Superhomem inaugurou no imaginário ocidental um modelo de masculinidade hegemônica atrelada àquele contexto histórico, a Mulher Maravilha, sua contemporânea, emerge contestando padrões de subalternização feminina vigentes à época. Sem mencionarmos a profusão de personagens lésbicas, gays, queers que entre fins do século XX e início do século XXI vem anarquizando padrões de gênero replicados nos quadrinhos desde suas narrativas inaugurais.

A emergência do outro protagonizando essas histórias, saindo dos lugares da vilania e marginalidade (corporalidades gordas, com deficiência ou com quaisquer outros marcadores da diferença são representados com frequência entre os vilões), convida-nos através do recurso aos quadrinhos, a subverter esses scripts, levando-nos à reflexão quanto ao papel da diferença aqui em diálogo com o ensino de História.

O apagamento dessas representações, mostra não apenas as disputas de

poder envolvidas nesse processo dentro da historiografia mas, sobretudo, a contenção de outro espectro epistemológico no tocante ao currículo. Legitimar as diversas identidades – vistas ainda como a diferença – transicionando-as a figurarem enquanto parte formativa e não derivada ou marginalizada do todo social (PARAÍSO, 2010) constitui-se como expectativa que recai sobre o ensino de história.

Para tanto, nos parece fundamental mobilizarmos como recurso teórico o referencial que se assenta na interculturalidade enquanto perspectiva metodológica que abraça a permeabilidade, a dialogicidade entre identidades múltiplas, quais sejam, cis e trans, homo e heterossexuais, além de abarcar as experiências não binárias e queers+.

Na perspectiva intercultural entende-se a fluidez de diversas categorizações enfatizadas a partir do prefixo *inter* o qual designaria

o sentido de interação, troca, reciprocidade e solidariedade entre culturas. Permite também considerar que, ao interagir com outras culturas, uma dada cultura pode se desestabilizar, ser relativizada ou contestada em seus princípios básicos, expondo-se à crítica, o que favorece a eliminação dos seus elementos negativos. (MOREIRA, 2001, p.74).

Compartilhamos das ideias de Moreira ao falarmos especificamente sobre identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas, entendendo-as como eterno devir (BUTLER, 2019). Alguns teóricos como Hall (2006) identificam a globalização como um dos pilares geradores do tensionamento entre as identidades nacionais em detrimento de outras identificações cada vez mais plurais, por vezes construídas na interseccionalidade. Ressalte-se assim que ao tratarmos de identidades de gênero e orientações do desejo, sua fluidez e por vezes sua transitoriedade são latentes diante da percepção das identidades de gênero enquanto performance construída socialmente e referendada pela repetição sucessiva, como defende Judith Butler em sua teoria da performatividade. (BUTLER, 2019).

Ao descortinarmos os diversos interditos que conduzem à prática da performatividade de gênero, somos confrontados com a artificialidade de um aparato simbólico que nos constitui enquanto sujeitos generificados. Ao passo que se desnaturaliza o referencial cisheteronormativo, o processo de (des/re)construção identitária pode tornar-se mais (auto)crítico e fluido. Sobretudo se pensarmos que lidamos, enquanto educadores, com estudantes em geral crianças e adolescentes, os quais de alguma forma ainda estão em fase aguda de construção identitária. Logo, as

contenções incidem com mais violência a partir de processos que obstaculizam a autonomia desses sujeitos.

Além disso, se as identidades são construídas historicamente também é inegável seu caráter diverso na pós-modernidade (HALL, 2006). Em se tratando das identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas, as fissuras produzidas nas supostas determinações biológicas trouxeram à tona instabilidades e contradições inegáveis. Quando a definição de caracteres biológicos e presumidamente naturais é confrontada pelas construções culturais, sobretudo no tocante a papéis sociais impostos historicamente ao feminino e masculino, as velhas tentativas de estabilizar essas identidades perdem força e cedem lugar à expansão nas perspectivas de classificação das identidades de gênero e orientações do desejo.

Pensar o ensino de História a partir da problematização das hierarquias de gênero e sexualidade, além da positivação das identidades em sua polissemia, não faz da diferença uma nova normatização, ao contrário, nos leva a entendermos a diferença como matéria prima original da qual se seleciona, normatiza, generaliza um fragmento específico que se impõe a partir de disputas de saber-poder como recorte hegemônico (PARÁISO, 2010). Desnaturalizar essas definições e historicizá-las apresenta-se como tarefa do ensino de História que tem secundarizado esse debate no tocante às identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas na narrativa histórica escolar.

Buscando contemplar os objetivos citados, como escolha metodológica, elegemos a investigação qualitativa pautada na análise de conteúdo documental e revisão bibliográfica (MINAYO, 2002) após diversos ajustes no tocante aos caminhos possíveis diante das especificidades conjunturais pandêmicas do biênio 2020-2021. Ativemo-nos às análises bibliográficas partindo de um paradigma teórico assentado no estudos culturais, sob um aporte que priorizasse um diálogo entre autoras e autores mobilizados nos estudos de gênero, sexualidade, educação e ensino de História, associando-os às contribuições epistemológicas de escrituras (EVARISTO, 2009) de pesquisadoras e pesquisadores com identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas, levantando outros questionamentos e visibilizando, dessa forma, suas contribuições teóricas para os debates de gênero e sexualidade em educação.

Além disso, essa escolha responde a um compromisso político em dar voz às contribuições teóricas dessas dizibilidades além da importância dos referenciais de

representatividade já citados que nos são caros. Ainda, expressam a vontade de tentar evitar a incorrência no erro de mobilizar atrizes e atores sociais dissidentes exclusivamente como "abjetos de estudo para agradar a folha mantendo a vida sem cor". (GUITZEL, 2018).

1.2 IDENTIDADES DE GÊNERO E ORIENTAÇÕES DO DESEJO NÃO HEGEMÔNICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: desafios à formação continuada no âmbito do Profhistória

Apesar de uma apropriação massiva do conceito de gênero na academia abranger uma perspectiva polissêmica quanto aos sujeitos passíveis de análise, quando nos debruçamos sobre essa abordagem para o ensino de História o cenário se mostra diverso.

Aqui buscamos debater sobre como os pesquisadoras e pesquisadores em ensino de História e professoras e professores, a partir da produção de suas propostas educacionais no âmbito das dissertações do Profhistória, têm respondido a essas provocações teórico políticas acerca do gênero e sexualidades atrelados à emergência de estudantes com identidades dissidentes no espaço escolar.

Recortes metodológicos se fazem necessários e suas eleições esclarecidas. As dissertações analisadas foram elencadas dentre as disponíveis no repositório do EDUCAPES associadas ao Programa de Pós Graduação em Ensino de História (POFHISTÓRIA), entre os anos de 2016 e 2018, totalizando 239 dissertações. As buscas estiveram circunscritas às palavras-chave: gênero, sexualidade, LGBT, LGBTQIA+, transgeneridade, transsexualidade, travestilidade, travestis, não binaridade, não binários e *queer*. A partir dos resultados de pesquisa, construímos o quadro a seguir:

Quadro 1 - Dissertações defendidas no Profhistoria entre 2016-2018

Ensino de história das mulheres: experiência na educação de jovens e adultos– EJA em Imperatriz-MA (2017)	Jucileide da Silva Rodrigues	2018	UFT	A representação da mulher nos livros didáticos de História a partir de uma análise imagética em diálogo com as experiências discursivas dos estudantes da EJA (sujeitos) acerca das relações de gênero.
---	------------------------------	------	-----	---

Análise dos conceitos de História na narrativa do canal virtual LGBT “põe na roda”	Ester Cândida Corrêa	2018	UFMT	Construção da identidade e formação da consciência histórica relacionadas à noção de gênero, através da análise da recepção e interação discursiva da/os aluna/os do Ensino Médio com as narrativas das experiências de vida contidas nos vídeos do canal virtual LGBT “Põe na roda”, que apresentam uma perspectiva crítica sobre a ideia de gênero” (Corrêa, 2018)
Ensinar mulheres na História: abordagens biográficas	Viviane da Silva Moreira	2018	UFSC	Ouso de narrativas e biografias de mulheres do período colonial brasileiro como instrumento pedagógico para o ensino de História.
As mulheres na História dos livros didáticos de História de ensino fundamental II das escolas municipais de Cruz das Almas/BA	Felizardo, Sara Menezes	2018	UNEB	Representação da participação feminina em diferentes processos históricos presentes nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental II.
A mulher negra na EJA: reflexões sobre ensino de História e consciência histórica	Santos, Eline de Oliveira	2018	UNEB	A formação de consciência histórica de gênero e raça por mulheres negras estudantes da EJA a partir das desnaturalização hierárquica desses marcadores nas aulas de História
“Aprender a desaprender para reaprender”: a perspectiva da descolonização do gênero no ensino de História	Giseli Origuela Umbelino	2018	UFMT	Diálogos entre adecolonialidade e a categoria gênero como possibilidade metodológica para o ensino de História a partir da formação continuada de professores
Flashes de famílias: relações de gênero no Brasil através de fotografias (séculos XX e XXI)	Breno Bersot da Silva	2016	UFF	Configurações familiares e suas transformações ao longo do século XX e XXI através de fotografias de família como fontes para o ensino de história acerca das relações de gênero.
Ideias históricas de jovens do ensino médio sobre representação das mulheres no ensino de História do Brasil: estudo de caso	Elaine Prochnow Pires	2016	UDESC	Representações das mulheres e relações de gênero nos livros didáticos que têm por recorte temático a História do Brasil.
“Escola sem partido”: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de História	Fernanda Pereira de Moura	2016	UFRJ	Movimento “escola sem partido” e seus impactos no ensino de História
É para falar de gênero sim! Uma experiência de formação continuada para professoras/es de História.	Paula Tatiane Azevedo	2016	UFRGS	A formação continuada de professores quanto as relações de gênero e história das mulheres

* Elaborado pela autora.

Observamos que das dez dissertações encontradas temos dez resultados para o termo gênero e nenhum resultado para os demais termos pesquisados. O termo

LGBT, por exemplo, aparece no título e no texto de Ester Cândida Corrêa, assim como nos corpos dos textos de Breno Bersot da Silva e Fernanda Pereira de Moura, mas não se faz presente entre as palavras-chave mobilizadas pelas/os autoras/es. Identificamos ainda que dentre as dez dissertações encontradas, sete entrecruzam as palavras-chave gênero e mulher, anunciando uma clara eleição pelas categorias mulher/mulheres em detrimento do horizonte mais amplo de sujeitos suscetível pelo gênero.

Ao espelharos esses marcadores para os trabalhos sobre os quais nos debruçamos, percebemos que a ausência das mulheres na narrativa histórica escolar aparece como inquietação frequente entre pesquisadoras e pesquisadores. Entretanto, é interessante observarmos que o recorte mulher ou mulheres segue em geral cisheteronormativo, invisibilizando tensionamentos inerentes às diversas configurações de mulheridades e, portanto, compartilhados por pessoas com diversas corporalidades e orientações do desejo.

A sensibilização para a temática das orientações do desejo não hegemônicas (homossexualidade em sua maioria) é mais frequente, mas passa às margens das pesquisas e das propostas pedagógicas não sendo objeto central de apenas uma das dissertações analisadas, identificando-se ainda, em pelo menos duas das obras, a presença no corpo do texto da expressão opção sexual (referindo-se à orientação do desejo), designação há tempos rejeitada pelos movimentos sociais e mesmo pelo normatizante discurso médico por legitimar a associação violenta e punitiva a desvios de condutas morais e religiosos e reforçar a falsa concepção de que as identidades não hegemônicas são voluntariamente eleitas pelos indivíduos.

Percebemos com frequência que a problematização de pesquisadoras e pesquisadores manteve-se focada na desconstrução de papéis de gênero, usando-se o sujeito mulher como categoria referente. Notamos um esforço significativo de muitas pesquisadoras em fazer figurar dentre as personagens eleitas para suas propostas didáticas uma variedade de mulheres, deixando antever uma suposta apreensão plural do sujeito mulher, reflexo dos tensionamentos já apresentados na trajetória dos estudos feministas. No entanto, nas propostas didáticas que lançaram mão de biografias como recurso, não há nenhuma que represente ou inclua, dentre outras várias, as mulheres trans ou travestis.

Em duas das propostas didáticas, encontramos personagens que seriam lidas na atualidade como lésbicas; a primeira, foi resgatada de documentação inquisitorial,

enquanto para a segunda, não há referência alguma à sua orientação do desejo, mesmo tratando-se de uma proposta biográfica. Apesar de sua orientação nunca ter sido verbalizada por ela mesma, a personagem em questão relacionava-se com uma mulher embora já tivesse tido relacionamentos heterossexuais anteriores. Afirmar que se tratava de uma mulher lésbica pode não ser fidedigno pela ausência de autodeclaração, porém suas vivências sinalizam socialmente para uma aproximação às identidades LGBTQIA+ senão pela lesbianidade, por uma possível bissexualidade. A importância da visibilização dessas identidades dá-se em função de sua trajetória pública, enquanto vereadora do Rio de Janeiro e brutalmente assassinada em 2018. Sim, falamos de Marielle Franco.

Mulher que rompeu com o paradigma heterossexual imposto, atuante politicamente tanto na defesa dos direitos humanos quanto contra a LGBTfobia⁷, Marielle figura entre várias outras personagens, na proposta didática em análise, algumas delas suas contemporâneas, como Dilma Rouseff. Na curta e sucinta biografia presente no jogo proposto, não há qualquer referência à sua sexualidade não hegemônica, tampouco à sua atuação na esfera política e social no combate à LGBTfobia, embora figurassem no texto caracterizações identitárias outras nitidamente positivadas como negra e favelada, por exemplo.

A orientação do desejo não hegemônica de Marielle teve como subproduto um conjunto de violências de gênero que incidiram sobre ela enquanto figura pública e construíram discursos que legitimaram violências sofridas antes e após sua morte. Conceber a polifonia que inscreve Marielle em um conjunto de inconformidades para a matriz patriarcal, branca, e cisheteronormativa, exige um arcabouço conceitual e poético potente e sensível que abarque a interseccionalidade das várias identidades e subjetividades que constituem o sujeito. Nas palavras de Carneiro (2018):

É preciso perceber as fronteiras de significação que oscilam e nos enganam, quando insistem em borrar as zonas de visibilidade e significação dos objetos-sujeitos. É preciso assumir riscos e Marielle expõe o paroxismo da potência da corporificação feminista expondo as esperanças de parcialidade, de objetividade e conhecimentos localizados que estimulam conversas, códigos, conquistas nos campos de corpos e significados possíveis. (CARNEIRO, 2018, p.117).

⁷Marielle foi autora de alguns projetos de lei de combate à LGBTfobia no legislativo do Rio de Janeiro. Vide: <https://www.geledes.org.br/bancada-religiosa-resiste-em-votar-projeto-de-marielle-contra-homofobia/>

Se, tal como pressupôs a história das mulheres, não bastam apenas novas fontes, mas, sobretudo um novo olhar sobre elas, nos parece urgente a sensibilização para a cristalização da narrativa cisheteronormativa, mesmo quando outros marcadores aparecem desnudos. Raça e classe parecem identificáveis ou mais frequentemente, considerados imprescindíveis pelas pesquisadoras e pesquisadores em seus recortes e lugares de enunciação em consonância, consciente ou não, com a reafirmação da ordem cisheteronormativa.

O que nos move na eleição das diferenças inteligíveis à representação de sujeitos em detrimento de outras diferenças silenciáveis? No ensino de História, algumas são hierarquicamente iluminadas enquanto outras invisibilizadas. Ao que parece-nos, como corrobora Carneiro, que "se as diferenças importam, algumas importam mais do que outras". (CARNEIRO, 2018, p.118).

Algumas dissertações trabalharam interseccionalmente gênero e decolonialidade com destaque para a figuração da noção de corpo-território. Descolonizar, nos intercruzamentos de gênero, poderia suscitar a problematização das relações de poder que recaem sobre homens e mulheres em contexto de dominação colonial alicerçada na também imposta, moral cristã ocidental nos trópicos. No entanto, o referencial decolonial nas dissertações é na maioria das vezes mobilizado para fundamentar a perspectiva de visibilização à pluralidade de mulheres subalternas. Novamente, cabe o questionamento acerca da invisibilidade de mulheres trans e travestis dentre elas.

Metade das dissertações problematizaram os movimentos de contestação à figuração dos termos gênero e orientação sexual nos Planos Nacionais e estaduais de Educação. As menções à ideologia de gênero estiveram presentes em muitas obras. Combater a ideologia de gênero, centro dos debates à época, significava naquele contexto, enfrentar no campo educacional quaisquer concepções contrárias aos fundamentos religiosos baseados em princípios biologizantes sobre o sexo e gênero atribuídos ao nascer do indivíduo (BARZOTTO; SEFFNER, 2020). Além disso, as principais acusações de seus correligionários baseavam-se na firme convicção de que havia uma articulada intenção de fazer ruir a família tradicional brasileira, além de incentivar a sexualização infantil e a homossexualidade incluindo por extensão a transsexualidade. Problematizar o gênero e sua exclusão nos documentos reguladores do estado passa de forma inevitável pela promoção de intercruzamentos analíticos entre simbologias normativas sobre corporalidades generificadas e

sexualizadas, embora essa avaliação não tenha se constituído objeto de discussão na maioria das dissertações.

Três das dez dissertações apresentadas discorrem sobre as questões de gênero e sexualidade sob uma perspectiva mais plural, abarcando os sujeitos LGBTQIA+ passíveis de inscrição no conceito. Uma delas problematiza as configurações familiares apresentando fotografias como fontes, trazendo para o século XXI exemplos de novas configurações familiares, nas quais o autor mobilizou famílias homoafetivas e uma família composta por uma mulher cis e um homem trans. Durante todo o corpo da dissertação notamos um esforço em contextualizar, historicizar e problematizar silenciamentos acerca das questões de gênero e sexualidade no tocante a sujeitos dissidentes. No entanto, pela natureza das fontes apresentadas, a abordagem sobre essas identidades inconformes localiza-se apenas nos séculos XX e XXI.

Das dissertações analisadas há uma em que se analisa o Movimento Escola sem Partido e apresenta discussões de gênero e sexualidades não hegemônicas ao longo de todo o texto em conjunção com a ideia de que o combate à ideologia de gênero foi dirigido em sua maioria às pautas LGBTs, fato negrito pela autora ao analisar as faixas e cartazes empunhados pelos partidários do Movimento Escola sem Partido (MESP) nas votações de pautas educacionais em casas legislativas brasileiras entre os anos de 2014 a 2016. Dentre elas, a autora destaca uma das mais emblemáticas na qual se podia ler: "menina já nasce menina e menino já nasce menino: educação com ideologia de gênero é opressão". (MOURA, 2016, p.51).

Sem furtar-se ao pertinente debate na esfera política, profundamente influenciada pela atuação religiosa de católicos e evangélicos, a autora apresenta o panorama conservador que envolveu a inserção das ideias propagadas pelo MESP no legislativo brasileiro. Entretanto, não tivemos acesso à sua proposta didática.

Apenas uma das dez dissertações propôs-se a problematizar a cisheteronormatividade (mesmo que não nomeada dessa maneira, é possível a apreensão do conceito) e a categoria gênero. Além de visibilizar personagens trans, cis, e pessoas não binárias, a autora parte de uma narrativa de amplo e fácil acesso nas redes sociais para construir um canal de inteligibilidade com os estudantes aprofundando temas como identidade de gênero e orientação do desejo. A autora propôs-se a analisar a desnaturalização do sexo e gênero ancorada nas obras de Judith Butler e Michel Foucault, aprofundando assim os debates acerca das

identidades dissidentes.

A partir das dissertações analisadas percebemos que ainda vigora no ensino de História uma abordagem de gênero majoritariamente associada à história das mulheres sem ampliar a representação de mulheres lésbicas e trans/travestis nessa designação. Paralelamente, percebemos que se comparados a marcadores de raça e classe, as identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas raramente são interseccionadas mesmo quando as pesquisas propõem-se a trabalhar com interseccionalidade e decolonialidade.

Na representação biográfica de personagens femininas não encontramos nenhuma mulher trans/travesti e a supressão de identidades lésbicas e/ou bissexuais acabaram negando essas identidades obstaculizando assim que meninas lésbicas ou bissexuais se reconheçam na narrativa histórica escolar enquanto atrizes sociais.

As pesquisas que mais se aproximaram de uma abordagem crítica do gênero mantiveram-se em torno das temporalidades contemporâneas, deixando ainda lacunas a serem preenchidas por trabalhos posteriores na direção de poder naturalizar as dissidências de gênero e orientações do desejo ao longo da História, desconstruindo a falsa impressão vigente no senso comum de que são produtos da "degenerescência" da pós-modernidade.

Apesar de muitos educadores queixarem-se da falta de materiais didáticos, de censuras acerca da temática nos espaços escolares ou mesmo de formações continuadas ineficientes ou inexistentes que possibilitem um efetivo trabalho com o tema em sala de aula, percebemos que no âmbito do Profhistória poucos educadores se debruçaram ou construíram propostas didáticas sobre a temática.

Entre silenciamentos, regulamentações e violências, corporalidades inconformes seguem adentrando, se autoafirmando, reivindicando e permanecendo como nunca nos espaços escolares. Trazendo para o centro do debate político-educacional as fissuras em todas as esferas educativas, seja nos aparatos reguladores do estado (currículos, livros didáticos, formação inicial e continuada de professores), seja nas práticas pedagógicas de educadores, por vezes apartadas da pluralidade de atrizes e atores sociais que povoam a escola. Ao passo que esses sujeitos emergem, os aparatos e práticas permanecem em sua maioria cisheterocentros.

Os debates em torno dos quais organizamos nossas investigações nesta dissertação foram dispostos ao longo de 3 capítulos. O primeiro deles, corresponde à

introdução e dá a conhecer os elementos estruturantes da pesquisa, os conceitos e referenciais teóricos nos quais a investigação está ancorada além do estado do conhecimento sobre gênero e sexualidades, produzido no âmbito do Profhistória.

No segundo capítulo, traçamos uma trajetória teórico política crítica dos estudos de gênero que desembocaram na emergência de novas atrizes e atores sociais culminando na perspectiva teórica transfeminista em diálogo com o ensino de História frente a esses tensionamentos.

Por fim, no terceiro capítulo, analisamos as representações de gênero e orientações dos desejos nas histórias em quadrinhos e as disputas de narrativas que circundam a nona arte. Ainda nesse capítulo, apresentamos através da narrativa em HQ Xica Manicongo, a primeira travesti do Brasil, algumas discussões teóricas que fundamentam nossa proposição didática, quais sejam o uso das HQs no ensino de História como recurso didático além das aproximações e diferenciações entre memória e História, conceitos que norteiam nosso trabalho, pensado como uma proposta pedagógica transfeminista através do resgate de narrativas de memória travesti.

Agô

2 OS ESTUDOS DE GÊNERO E O ENSINO DE HISTÓRIA

Ao escrever a palavra gênero, em sua apreensão no cenário político-educacional brasileiro da última década, desembocamos, à revelia de quaisquer intenções, em uma evocação ameaçadora contra estruturas tradicionais de família e sexualidade que se pretendem sedimentadas. Para muitos, os estudos de gênero simbolizam uma subversão à cartografia divina, uma antinatural biologia dos corpos, prazeres e experiências.

O objetivo deste capítulo é trilhar um caminho histórico-crítico da categoria gênero (SCOTT, 1995; LOURO, 1997) tendo como fio condutor a desestabilização interna e externa do sujeito do feminismo, tensionamentos diretamente implicados na construção teórico-política transfeminista (JESUS, 2014a). Ainda, reverberando essas reflexões para o ensino de História, objetivamos analisar a didática da história em sua configuração cisheterocentrada. (LOURO, 2008; PEREIRA; SEFFNER, 2018).

2.1 "EMPESTIANDO O CÂNONE"⁸: a emergência do feminismo e a trajetória teórico política do sujeito mulher na historiografia

O combate à menção do gênero em contextos educativos brasileiros tem sido marcado por uma contra ofensiva de setores reacionários às incipientes conquistas políticas de grupos com identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas, aglutinados - mas não exclusivamente - sob a sigla LGBTQIA+. O impacto político da visibilização dessas atrizes e atores sociais é sem dúvidas irreversível e tensiona uma ordem que historicamente lhes nega acesso a direitos, dentre eles o direito à memória e história.

A historiadora Scott (1995), célebre por estabelecer um marco teórico para os usos do termo nos estudos feministas em fins dos anos 80, admite um pluralismo referencial ao qual a palavra gênero remete no século XXI. Refletindo sobre manifestações ocorridas na França nos idos de 2012 contra a presença do gênero em manuais escolares do país, a autora analisa os argumentos dos conservadores franceses no combate à proposta, levando-a a concluir que gênero, pode referir-se, a depender de quem o mobilize, a uma variedade de significantes, desde "poder social

⁸ (ALVES, 2018)

(dominação masculina), orientação sexual (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, transexualidade), e na incontestabilidade da diferença anatômica". (SCOTT, 2012, p.331).

Enquanto categoria de análise, os usos do termo são marcados por diversas disputas em contextos históricos particulares, subprodutos de questionamentos trazidos por uma profusão de sujeitos com vivências, lugares de enunciação e epistemologias próprias. Para tanto, costuraremos como recurso teórico e político um diálogo possível entre as reflexões propostas por Scott (1995), Louro (1997) Rubin (2017), Vergueiro (2015), Butler (2019) e Jesus (2014a, 2014b). Ao aglutiná-las em pares denotamos a complementaridade de suas ideias entendendo seus limites e potencialidades analíticos sem pretendermos remeter a hierarquizações binárias e identitárias.

Construir um panorama dos estudos de gênero que remonte às feministas do patriarcado, marxistas, negras, lésbicas, do cone sul, com influências pós-estruturalistas, *queers* e transfeministas, não representa sobremaneira apresentar uma trajetória evolutiva, progressista, tampouco linear e idílica. Partamos do pressuposto de que a estruturação teórica aqui apresentada é antes de tudo, plural e crítica, rememorando caminhos trilhados tanto pelas feministas quanto por grupos identitários e não identitários dissidentes, os quais sob diferentes motivações requereram os usos do termo, desconstruindo-o, ampliando suas fronteiras ou por vezes negando-o, caso da vertente não identitária queer.

Não há por aqui uma rígida cronologia, uma vez que sob múltiplas apropriações do gênero não incidem obsolescências no debate acadêmico, ao contrário, perpetuam-se coexistências e escolhas teórico-metodológicas. (PEDRO, 2011). É nesse exercício de interlocução com uma bibliografia que nos permita compreender o papel do movimento feminista e transfeminista nos estudos de gênero que buscamos resgatar as ambiências históricas capazes de proporcionar às mulheres lésbicas, cisgênero, transgênero, transsexuais e travestis a digestão desses aparatos teóricos, cortando a própria carne com a navalha das contradições internas fazendo nascer com criatividade outras epistemologias possíveis. É indispensável não perdermos de vista os diversos feminismos existentes e seus desdobramentos pra além do círculo feminista.

Se nos últimos anos gênero tem soado ameaçador, historicamente seu uso foi reivindicado como construto teórico que pudesse garantir legitimidade e cientificidade

às pesquisas feministas inseridas no espaço acadêmico.

Nascido em meados do século XX, o termo *gênero* emerge como discurso médico/farmacológico com a clara intenção de demarcar os limites entre o "biológico/natural" (aspeado propositalmente para marcar sua suspeição) e as transmutações artificialmente impressas em corporalidades e subjetividades inconformes. Médicos como John Money em 1955, analisavam o sucesso clínico de intervenções cirúrgicas e hormonais possíveis na inauguração a posteriori do gênero em indivíduos nos quais a morfologia dos corpos (interssexuais) ou mais tarde sua autoidentificação (transsexuais e transgêneros) aturdiam a pré-definição arbitrária do gênero no nascimento. (PRECIADO, 2018). Stoller, por sua vez, em 1966 com enfoque psicanalítico e patologizante acerca da subjetividade de indivíduos transsexuais, assim denominados à época, utilizou gênero associando-o às noções de identidade, diferenciando sexo, (aspecto anatômico associado aos órgãos reprodutivos e genitálias) do gênero (identidade social e psíquica desses indivíduos). (MOREIRA; MARCOS, 2019).

Percebamos o caráter corretivo das intervenções às quais Money e Stoller se referiram considerando-as como parte da instrumentalização de que dispunham para normalizar esses corpos. Como assevera Preciado (2011, p.13), em uma perspectiva genealógica, a ambiência médico-farmacológica do termo gênero, remete a muitas prerrogativas identitárias feministas que circundaram o termo ao longo dos anos: "isso nos traz um lembrete oportuno de que o conceito de 'gênero' é, antes de tudo, uma noção sexopolítica, mesmo antes de se tornar uma ferramenta teórica do feminismo americano".

Nos primeiros usos dados pelas teóricas feministas, o termo foi mobilizado de diversas maneiras para evidenciar o aspecto cultural das hierarquias forjadas entre homens e mulheres. As críticas não tardaram e já nos anos 70 do século XX, seu uso fora acusado de cristalizar uma epistemologia binária heterossexual pautada no que Rubin fez nascer como sistema sexo-gênero (RUBIN, 2017). Ou *cistema* sexo-gênero? (VERGUEIRO, 2015). Se não, vejamos.

Os estudos de gênero são herdeiros das mobilizações gestadas pelos movimentos feministas recém-inseridos no espaço acadêmico, forçando as portas de uma historiografia masculina, canônica e questionando modelos teóricos que delimitavam sua produção. Na escrita da História, reivindicações por uma história das mulheres afloraram incipientes no bojo da chamada Escola dos Annales na qual

a narrativa dos vencidos, a história do cotidiano, vista de baixo (BURKE, 1992) marca um compromisso de historiadoras e historiadores em desatrelar os estudos históricos das grandes narrativas político institucionais, construtoras de figuras heróicas que já soavam ferrugentas e parciais além de negligenciarem a importância da história cultural. (PEDRO, 2011).

A estreia de outros sujeitos e recortes temáticos passa a dar o tom no debate historiográfico. Entretanto, a publicação de livros como História das Mulheres no Ocidente, apesar de inserirem figuras femininas no já cristalizado método historiográfico não logrou apreender efetivamente as demandas feministas em profundidade.

Além de soar militante demais para os moldes da historiografia androcêntrica, uma jovem história das mulheres não lograra abalar de forma significativa as perspectivas universalizantes da escrita da História à época. Além de recorrer à mulher enquanto categoria essencializada, as narrativas históricas seguiam privilegiando uma historiografia que valorizasse figuras públicas - grandes mulheres - , invertendo assim, apenas a polaridade do masculino para o feminino, à medida que ambicionavam fazer nascer uma história das mulheres que na prática nascera permeada pelas mesmas premissas epistemológicas androcêntricas. (PEDRO, 2005). O que Scott (1995) chamou de "apêndices da história" configurava-se como uma condição que paradoxalmente garantiria certa visibilidade, atrelada, entretanto, a interdições de silenciamento. Materializada por uma história da vida privada, e por consequência, menos enobrecida, a história das mulheres correria às margens dos trilhos da história total, essencialmente, política, europeia, masculina, branca e por que não dizer cisheterossexual.

Se pensarmos nos primeiros arcabouços teóricos feministas datados de meados do século XX, as chamadas feministas do patriarcado ou feminismo igualitário e as correntes marxistas ou radicais (SCOTT, 1995; DESCARRIES, 2000) figuraram como vertentes inaugurais do movimento em espaços europeus e estadunidenses de enunciação. Suas divergências podem ser sintetizadas nas palavras de Descarries, para quem "[...] as Igualitárias criticavam os papéis em vez das estruturas, as Radicais reivindicavam a abolição das instituições patriarcais para acabar com o determinismo biológico e concretizar seus objetivos libertadores". (DESCARRIES, 2000, p.17). Atentemos para o fato de que quando a autora se refere a determinismos biológicos pretende remeter à legitimação das desigualdades sociais

entre homens e mulheres mobilizando as diferenças de suas composições corporais e pretensamente psicológicas, como no clássico mulheres são sensíveis e fisicamente frágeis por isso adaptam-se a condições de cuidado, enquanto homens são enérgicos e fortes e lhes cabe a vida pública. Em suma, a crítica da autora acaba por assentar-se apenas nos papéis sociais, problematizando muito superficialmente a dimensão da diferença biológica como discurso.

Na esfera acadêmica, esses embates transfiguram-se na escrita da História seguindo a lógica da complementaridade (SCOTT, 1995), passando-se a inserir um novo sujeito (mulher) com frequência descrito sob as lentes da binaridade verticalizada homem/mulher - oprimido/opressor. (PEDRO, 2011; LOURO, 1997). Salientemos que essa dicotomia toma parte nos debates feministas sem necessariamente abarcar a pluralidade de subjetividades contidas sob o signo mulher/mulheres. Fraturas provocadas pelos essencialismos bem como pela diversidade de novos paradigmas produzidos pelas ciências humanas não tardaram a surgir com a insurgência das vozes de mulheres em sua multiplicidade (negras, lésbicas, do sul global, entre outras) não contempladas pela narrativa feminista produzindo em todo o decurso do movimento uma autofagia em suas bases. Seu regime de inteligibilidade dava sinais de ruína ao menos para uma parcela significativa de mulheres que não correspondia ao arquétipo proposto e arrastado pelas feministas: brancas, classe média, do norte global, heterossexuais e cisgêneras.

Feministas negras e lésbicas associadas, ou assinaladas pela interseccionalidade dos dois marcadores identitários, já no início dos anos 70, denunciaram condições de invisibilização reproduzidas nas teorizações do movimento, que não respondia suficientemente aos tensionamentos típicos de um regime misógino, mas igualmente racista e lesbofóbico que as estigmatizava. Posteriormente no contexto brasileiro, autoras feministas lésbicas como Tânia Navarro-Swain denunciaram que mesmo entre as bases teóricas do feminismo, o discurso heteronormativo era evidente como em Simone de Beauvoir com suas concepções problemáticas sobre vivências lésbicas contidas em *O Segundo sexo*. Para Navarro-Swain (2004, p. 53), a verdadeira-mulher de Beauvoir, é construída e reivindicada como oposta tanto à masculinidade/homem quanto à sexualidade infantil, incompleta lésbica, marcando concepções em certa medida incoerentes acerca do exercício da homossexualidade feminina lésbica.

A condição de outridade⁹ de mulheres negras e lésbicas foi rapidamente experienciada e negritada por elas:

Talvez para algumas de vocês hoje, aqui, eu represento um de seus medos. Porque sou mulher, porque sou Negra, porque sou lésbica, porque sou eu mesma – uma poeta guerreira Negra fazendo seu trabalho. Pergunto : vocês, estão fazendo o seu? (LORDE, 2009, p.21).

Com essas palavras, Lorde (2009), poetisa norte americana, negra e lésbica discursando no painel sobre Lesbianismo e Literatura, da Associação de Língua Moderna, em Chicago, Illinois, em 1977, confronta um *locus* feminista que não atentava para especificidades de raça e sexualidade. Mais tarde, na conferência Black Women Rising Together [Mulheres negras ascendem juntas], em Nova York, em 1985, Lorde problematiza a condição de anormalidade associada às mulheres lésbicas:

Já ouvi pessoas dizendo – geralmente pelas minhas costas – que lésbicas negras não são normais. Mas o que é normal nesta sociedade enlouquecida em que estamos aprisionadas? Eu me lembro, como muitas de vocês, de quando ser negra não era considerado normal, quando se falava de nós aos sussurros, quando tentavam nos pintar, nos linchar, nos alvejar, quando fingiam que não existíamos. Chamávamos isso de racismo (LORDE, 2020, p.15).

Além de questionar as noções de normalidade (FOUCAULT, 1988) historicizando-as e comparando-as ao racismo, Lorde convida à reflexão sobre aquilo que seria definido por Crenshaw (2002) como interseccionalidade, importante perspectiva para se pensar o feminismo a partir do cruzamento de opressões. Atentemos para o fato de Lorde já nos anos 70 atordoar os passeios feministas pelas trilhas da heteronormatividade, a embaçar as lentes de análise intercruzada às questões de gênero. Embora nascido nominadamente em 1991, o conceito de interseccionalidade já havia enquanto incipiência sido construído nos intensos debates dos anos 70 e 80, gestado coletivamente em sua fundamentação.

Um desses marcos foi o manifesto de 1977 do Combahee River Collective¹⁰,

⁹As reflexões de Beauvoir acerca da subalternização feminina problematizaram a forma como a cultura binária ocidental fez nascer a oposição que hierarquiza indivíduos generificados de modo que o masculino ocupe o lugar de "eu" enquanto ao feminino cabe, necessariamente, a condição de outro. Retomando esses questionamentos, agora sob dizibilidades negras e do sul global, Grada Kilomba atenta para o fato de que, em se tratando de mulheres negras, a condição de outro especifica-se à medida que elas experienciam uma dupla exclusão enquanto outro do outro. É pensando, e partindo desse lugar de outridade que muitas mulheres (negras, lésbicas, do sul global, trans, indígenas dentre outras) confrontaram a hegemonia de um feminismo inicialmente branco, do norte global, cisheterossexual e de classe média. (RIBEIRO, 2016).

coletivo estadunidense que pelas vozes de mulheres negras e lésbicas preconizava o combate simultâneo a opressões de raça, sexualidade e classe responsáveis por conjuntamente perpetuarem um regime de desigualdade e subalternização femininas. (HENNING, 2015). Essas mulheres destacavam, dessa forma, para além do racismo, outro mecanismo opressivo a ser evidenciado: a heterossexualidade compulsória (RICHIE, 2010), termo mais tarde inaugurado por Adriene Richie, feminista lésbica estadunidense.

A heterossexualidade compulsória é definida como característica de um sistema opressivo que impunha aos indivíduos, a orientação invariável heterossexual, subordinando suas vivências a padronizações de gênero e orientações do desejo inescapáveis. A questão, no entanto, para Richie era: se a heterossexualidade é em essência única e inevitável na experiência humana, como explicar tantas estratégias de controle das dissidências? Antevemos que a noção de que a heterossexualidade é construída pelos interditos, desde "a brutalidade física até o controle da consciência, o que sugere que uma enorme contra força potencial vem sendo restringida". (RICHIE, 2010, p.25). Assim, a autora questiona o caráter compulsório e artificialmente produzido da heterossexualidade como caminho invariável da sexualidade humana.

O desafio torna-se questionar não apenas as desigualdades binárias homens-mulheres mas o próprio exercício de poder do binarismo heterossexual-homossexual entre mulheres e, sobretudo nos espaços feministas. Richie chama a atenção para as vivências lésbicas secundarizadas até então pelo feminismo euro-americano alertando para outras vivências, para além das definições de sexualidades hegemônicas.

As relações conjugais/sexuais exclusivamente heterossexuais e, por consequência, a maternidade, foram tomadas por algumas teóricas do patriarcado e parte da corrente marxista euro-americana como matéria prima constitutiva e indispensável para pensar, igualmente sob os moldes da universalidade do sujeito, o processo de subordinação imposto às mulheres.

A condição de esposa em um sistema pautado na família nuclear fundou as bases do pensamento feminista euro-americano de onde partiram diversas conceituações que se mostraram insuficientes para abarcar a polissemia de vivências de mulheres em todo o mundo. Oyèrónké Oyěwùmí, socióloga feminista nigeriana, define a família nuclear do escopo feminista como:

[...]uma casa unifamiliar, centrada em uma mulher subordinada, um

marido patriarcal, e as filhas e filhos. A estrutura da família, concebida como tendo uma unidade conjugal no centro, presta-se à promoção do gênero como categoria natural e inevitável, porque dentro desta família não existem categorias transversais desprovidas dela. (OYĒWÙMÍ, 2004, p.3-4).

Assim, a autora problematiza o transplante dessa premissa epistemológica para contextos socio-históricos africanos sem considerarmos as falhas analíticas por se tratarem de erros de partida em que o gênero ou mesmo a condição de esposa e a reboque, a maternidade não eram sequer questionadas ou relativizadas pelo aparato feminista conceitual baseado na família nuclear. Para as feministas do patriarcado euro-americanas, por vezes, a maternidade inserida em um contexto cisheteronormativo, era retratada como trunfo que iluminava a diferença entre mulheres e homens. Frutos de seu tempo, essas mulheres estiveram sujeitas a todo um aparato ideológico (religioso e médico) que associava a felicidade feminina à maternidade fazendo com que essa naturalização não fosse sequer problematizada no início. (VÁSQUEZ, 2014).

Em oposição às do patriarcado, algumas teóricas marxistas viram nas relações conjugais (exclusivamente heterossexuais) e na maternidade a matriz da subalternização feminina, seja pela alienação do trabalho doméstico das mulheres pelos homens seja pelo aparato disciplinador atrelado à combinação maternidade-cuidado. Ser esposa/mãe era parte significativa da questão, dando substância à própria experiência de subordinação do existir feminino. (DESCARRIES, 2000). Buscava-se, com essas reflexões a mescla coesiva que unificasse minimamente as vivências comuns de mulheres.

Mulheres negras lésbicas em sua atuação teórico-política nos debates feministas foram de fato as primeiras a perturbarem o protótipo criado em torno do ser mulher, envolto pelo recorte da heterossexualidade compulsória presumida nessa sentença. Inseridas em relações conjugais e sexuais que perturbaram as configurações heteronormativas, lésbicas subverterão a prerrogativa materna-heterossexual invariável, desequilibrando a balança identitária feminista. A suposta coerência, na qual as identidades e orientação sexual dos indivíduos convergem para uma correspondência entre genitálias e aparato heteronormativo, é drasticamente rompida inicialmente por lésbicas e gays que, segundo Navarro-Swain (2004), negam essa correspondência arbitrária e externa à suas subjetividades; lésbicas em suas vivências representavam a si mesmas como a verdadeira revolução contra os

sistemas de opressão uma vez que estas não compactuavam com a organicidade social masculina a subjugar corpos, trabalho doméstico e sexualidade feminina. (NAVARRO-SWAIN, 2004).

As respostas que se pretendiam replicáveis e universais se mostravam falhas quando, mesmo fora de relações heterossexuais, sem necessariamente corresponderem ao ideal maternal suposto no sistema sexo-gênero, tampouco estarem inseridas em famílias nucleares, mulheres lésbicas reivindicavam seus espaços no movimento feminista partindo de suas especificidades.

O incômodo-testemunho proferido em 1978 em Nova York na Convenção da Associação de Linguagem Moderna por Monique Wittig, feminista lésbica francesa, esgarça o caráter insustentável de uma teoria que pensasse as vivências femininas como únicas a partir da referência heterossexual:

¿Qué es la mujer? Pánico, zafarrancho general de la defensa activa. Francamente es un problema que no tienen las lesbianas, por un cambio de perspectiva, y sería impropio decir que las lesbianas viven, se asocian, hacen el amor con mujeres porque «la-mujer» no tiene sentido más que en los sistemas heterossexuales de pensamiento y en los sistemas económicos heterossexuales. Las lesbianas no son mujeres. (WITTIG, 2006, p.57).

Wittig alertava para a artificialidade constitutiva do sujeito mulher. Semelhante ao proposto por Richie, ambas feministas marxistas/radicais, Wittig (2006) provocava-as a desprenderem-se do monopólio de enunciação e exercício de poder (FOUCAULT, 1979) efetivados pelo silenciamento de identidades múltiplas dentro do movimento. A autora reforçava nos anos 80 a onipresença de um pensamento hétero nas teorizações feministas, também problematizado por Richie (2010) nos anos 70.

As vivências interseccionais de mulheres que refletiram sobre a heteronormatividade, disputaram espaços de enunciação durante todo percurso feminista e adentraram os anos 80, ao mesmo tempo em que a influência do pensamento decolonial trouxe à tona a problematização do corpo como território (CRUZ HERNADEZ, 2016) interseccionado às questões de gênero, raça e classe.

Associando vivências lésbicas às vivências de cor, chicanas, terceiro mundistas, mulheres como Glória Anzaldúa interseccionam novas perspectivas às arenas feministas. Compartilhando do referencial pós-colonial pensado sob uma perspectiva subalterna, mas ainda androcêntrica, essas autoras trarão para a arena do gênero suas construções epistemológicas acerca do tema, tensionando a narrativa

euro-americana e marcando um momento de "cosmopolitização da agenda feminista[que] envolve certa síntese entre o pós-colonialismo e o cosmopolitismo, o local e o global, o particular e o universal". (BALLESTRIN, 2017, p. 1036). Impulsionadas pelo mesmo incômodo que moveu escritoras como Spivak com o seu *Pode o subalterno falar?* publicado em 1985, uma profusão de mulheres do sul global demarcaram a reprodução de uma colonialidade epistêmica também dentro do movimento feminista, apresentando seus prismas e construções políticas e teóricas ao sul, colocando-se como sujeitos nas disputas por espaços de enunciação, invocando seus "lugares geo-históricos de fala". (PELÚCIO, 2012, p.78). Trazendo essas tensões para as arenas feministas, Anzaldúa também faz severas críticas à heteronormatividade:

A mulher de cor iniciante é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja gradualmente mudando. A *lésbica* de cor não é somente invisível, ela não existe. Nosso discurso também não é ouvido. Nós falamos em línguas, como os proscritos e os loucos. Porque os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a nossa cultura, o nosso espírito. (ANZALDÚA, 2000, p.229).

Exausta da invisibilização bem como pela constante figuração de seus corpos e vivências de forma exclusiva, enquanto objeto descrito e potencialmente distorcido pelo olhar colonialista, branco, do norte global, heterossexual, Anzaldúa (2000) e outras tantas mulheres lésbicas que a sucederão (Ochy Curiel, Maria Lugones dentre outras) conclamam à enunciação as mulheres de cor, chicanas, terceiro mundistas e lésbicas a partir da constatação da colonialidade do poder heterossexista reproduzido também dentro do feminismo euro-americano.

Evitando a cronologia recorrente na narrativa feminista centrada nas chamadas ondas feministas, optamos por tentar burlar um enquadramento temporal que engessa em decênios específicos do século XX (70, 80, 90) determinadas divergências políticas e correntes teóricas as quais, conforme temos demonstrado ao longo dessa seção, estiveram na verdade dispersas e presentes por todos os períodos a abalar certezas ontológicas dentro do movimento feminista. (HEMMINGS, 2009; PEDRO, 2011).

Hemmings (2009), alerta para as armadilhas dessas narrativas, a sugerir uma tendência em concedermos centralidade ao pós-estruturalismo (tomado numa perspectiva evolutiva) como externo ao feminismo, negando toda uma trajetória

teórica e política construída por diversas feministas, com filiações distintas que identificaram essas fragilidades a partir de vivências próprias da militância já nos anos 70. Judith Butler deve sem dúvida ser lida à luz da herança foucaultiana sem contudo negar-se as claras influências de feministas como Wittig em sua obra. Debruçarmos sobre a trajetória feminista exige atenção a esses discursos que igualmente denotam relações de poder inscritas na escrita da história e nas relações de gênero. (FOUCAULT, 1979).

Demonstramos que tensionamentos trazidos, sobretudo por mulheres lésbicas e negras e do sul global levaram a um racha significativo já durante os anos 70, adentrando nos anos 80 do século XX no monolito construído sob as bases do heterossexismo binário homem-mulher corporificado do pensamento feminista. Uma suposta coesão feminina já se mostrava fragilizada e passava a ser examinada sob as lentes do racismo e heterossexismo que opunham interesses e lutas circunscritas às suas especificidades, debatidas desde os anos 70.

Ao passo que a heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade eram contestadas, os aparatos definidos por Preciado (2018) como farmacopornográficos¹⁰, massificados a partir dos anos 50 anarquizaram conjuntamente a lógica reprodutiva, desnorteando pilares daquilo que se pretendia constituir como base da identidade feminina. No contexto da chamada revolução sexual, o uso de contraceptivos, as disputas pelo direito ao corpo, negação à gravidez compulsória e a luta pela garantia do direito ao aborto marcaram um momento de contravenção às definições de papéis reprodutivos femininos. O aparato farmacológico permitiu às mulheres cisgêneras dissociar o prazer sexual da maternidade, contexto no qual muitas que não se viam alinhadas às expectativas dessa sociedade rejeitarão tanto a negação ao prazer feminino quanto a reprodução inescapável. (PRECIADO, 2018).

Além disso, a proliferação de tecnologias que puderam deslocar a referência masculino/feminino do sexo biológico embassaram as lentes de percepção da

¹⁰O regime farmacopornográfico é definido por Paul B. Preciado como o conjunto de tecnologias de gênero ora localizados na esfera médica (hormonal e cirúrgica), ora nos acessos/oferta/controlado da economia política pornográfica que transformam o gênero no século XX em um construto ficcional manipulável e a serviço também do sistema capitalista vigente. Nas palavras do autor, "é o resultado da herança inesperada entre a metafísica naturalista do século XIX do dimorfismo sexual com foco na reprodução heterossexual e a ascensão da indústria médica e biotécnica hiperconstrutivista, em que os papéis e as identidades de gênero podem ser artificialmente concebidos." (PRECIADO, 2018, p. 113).

realidade generificada. Afora a mutilação genital arbitrária e violenta realizada através de cirurgias em interssexuais logo após o nascimento ou na primeira infância, a administração hormonal, impactara igualmente nas referências binárias de gênero.

Ao passo que mulheres com caracteres lidos como masculinos, as chamadas falhas de feminilidade (LAQUEUR, 2001), eram submetidas a tratamentos hormonais para readequação a um suposto gênero de partida, transsexuais e transgêneros faziam usos de hormônios e cirurgias de transgenitalização (PRECIADO, 2018) atribuindo-lhes caracteres então lidos socialmente como incompatíveis com um determinado sexo biológico. A patologização de corpos trans, mesmo quando inseridos em contextos cirúrgicos de transgenitalização precisa ser ampliada à luz do pensamento psicanalítico que inaugurava os transtornos de identidade de gênero anormalizando essas vivências. (BENTO, 2015).

Daí nascem equívocos que o senso comum costuma repetir e mediatizar a partir de expressões que recaem sobre pessoas trans, como: nasceu no corpo errado ou alma de mulher/homem, o que só reforça estereótipos que cristalizam a falsa concepção de que todas as pessoas trans e/ou travestis tem sentimentos de rejeição com seus corpos, partes deles ou genitálias, o que nem sempre ocorre além de reforçar a patologização à medida que levam a pressupor, a partir das sentenças anunciadas, que as identidades trans e travestis são condições psicológicas desviantes. É nessa perspectiva que o antropólogo trans Kaio Lemos problematiza o conceito de passabilidade o qual na percepção do autor reforça tais equívocos acerca dessas vivências. Em sua definição, passabilidade é,

Um termo usado para se referir a um homem ou uma mulher trans que, mediante processos tecnológicos, 'passam' pela leitura social como homens e mulheres cisgêneros[...]. 'Passar-se' por cis não é a intenção e nem objetivo da transição como algumas pessoas acreditam ser. (LEMOS, 2020, p. 75).

Como vemos à luz das reflexões de Lemos, a falsa concepção de que as subjetividades trans e travestis desejam uma aproximação e legitimação atribuída por um aparato simbólico cisgenerificado é um equívoco assentado na construção de corpos normalizados e anormalizados associada diretamente às ciências psi (psiquiatria e psicologia) em fins do século XIX e princípios do século XX.

À proporção que tais transformações abalaram a percepção dos marcadores de gênero, as definições físicas e culturais universais do ser mulher só pareciam se sustentar como autoevidentes se partíssemos do pressuposto ontológico de que o

sexo inaugurava o gênero (RUBIN, 2017).

O que aqui destacamos como sistema sexo-gênero, sintagma cunhado por Rubin (2017) em seu *Tráfico de Mulheres*, publicado pela primeira vez em 1975, lança luz sobre o debate através da definição de "um sistema de sexo/gênero, numa definição preliminar, [como] 'uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas'". (RUBIN, 2017. p.3). As ideias de Rubin (2017) se constroem no decorrer dos anos 70 e identificam todo um sistema que pressupõe que o gênero e a reboque o desejo sexual são culturalmente construídos em função do sexo, matéria original e imutável que pretensamente os inauguraria. O sexo então entendido como biológico, condicionava todo o aparato cultural que incidiria sobre o indivíduo generificado, abarcando desde suas inclinações sexuais e identitárias aos papéis de gênero impostos a eles, não havendo espaço para eventuais escapes. Sob as lentes do sistema sexo-gênero, alguém que nascesse com órgãos sexuais identificados como exclusivamente femininos (vagina, útero, ovários) estaria condicionado à identidade de gênero feminina e à inclinação heterossexual, por exemplo. (RUBIN, 2017).

O sistema sexo-gênero foi problematizado por diversas teóricas transfeministas e analisado à luz de novas dizibilidades, as quais nos permitiram uma ampliação desse aporte teórico pela perspectiva trans e travesti. É nesse sentido que Vergueiro (2015) conceitua-o como *cistema* sexo-gênero. Ou seja, ao sistema sexo-gênero proposto por Rubin transmutemos e agreguemos os marcadores da cisgeneridade, uma vez que sobre identidades de gênero diversas incidem diversos dispositivos de controle para que correspondam a um suposto gênero de partida atribuído no nascimento.

Os dispositivos da heterossexualidade e da cisgeneridade atuam de forma simultânea e interseccional mobilizando reflexões que não dizem respeito apenas à heterossexualidade senão incitam "uma potencial problematização do termo 'hetero' para se pensarem tanto as normatividades de desejos e práticas sexuais quanto para se pensarem as regulações do *cistema* sexo-gênero: cisheteronormatividades, talvez?" (VERGUEIRO, 2015, p.57). Assim, Vergueiro atenta para um conjunto de interditos que aos moldes e atrelada à heterossexualidade compulsória condicionam corpos e subjetividades à cisgeneridade.

Se retomarmos as incisões praticadas por Money e Stoller em corpos trans,

torna-se evidente seu caráter de controle, adequação e normatização de identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas. Com frequência, a menção à transexualidade verdadeira diagnosticada à época pelas ciências psi (psiquiatria, psicologia) e endócrina, patologizavam e materializavam interditos de gestão sobre o própria corporalidade (GROSSI; ÁVILLA, 2011; BENTO, 2017). Aos considerados verdadeiros autorizavam-se cirurgias corretivas pela matriz cisheteronormativa, enquanto que aos considerados falsos, restava-lhes a exposição a tratamentos diversos, inclusive experimentais, tais como os usos de anticoncepcionais para feminilização de transmasculinidades (PRECIADO, 2011), sem mencionarmos as internações compulsórias em unidades manicomiais e tratamentos psíquicos violentos. Pensarmos que os dispositivos da cis e heteronormatividade atuam em conjunto e são interseccionados nos permite, além disso, problematizarmos subcategorias que incidem com frequência na narrativa histórica sobre essas atrizes e atores sociais quando suas subjetividades são indiscriminadas e erroneamente classificadas no campo das homossexualidades.

A crítica ao *cistema* sexo-gênero feito por Vergueiro (2015), nos faz perceber que apesar da força motriz feminista ter sido no princípio a contestação a um determinismo biológico que atribuiria características inatas aos indivíduos, a ênfase no caráter cultural da diferença não alterou o enfoque na binaridade ancorada no sexo biológico que permaneceu sem fissuras significativas em espaços hegemônicos de enunciação feministas até fins do século XX. As feministas que dispunham e dispõem ainda de privilégios de enunciação - encabeçadas por brancas, cisheterossexuais, de classe média, do norte global - pareciam demasiadamente concentradas no combate à opressão imposta às mulheres ora pelo patriarcado, ora pela estrutura econômica fazendo com que as questões interseccionais e identitárias dissidentes fossem secundarizadas.

As diferenças de gênero não detectáveis no sentido da inteligibilidade social, o acesso às técnicas, drogas e incisões cirúrgicas nos corpos inauguram maneiras dinâmicas de "hackear", como define Haraway (2009), os dispositivos do *cistema* sexo-gênero. De forma semelhante, o desenvolvimento técnico farmacológico possibilitou a materialização de corpos transbordantes nas fronteiras do binômio sexo-gênero, além de sua franca autoafirmação e subversão ao controle social. Frente a tantas mudanças e disputas, o sujeito do feminismo dava sinais claros de crise, pressionado internamente pela pluralidade de vivências emergentes a disputar

espaços de enunciação.

Externamente, as definições de gênero e sexualidade eram embassadas não só pela clínica, como politicamente quando cada vez mais agrupamentos de travestis, transgêneros, transsexuais, lésbicas, intessexuais, gays dentre outras se articulavam angariando adeptos, criando seus espaços e tensionando as fronteiras de gênero, de dentro para fora e de fora para dentro, do movimento feminista.

A sopa de letrinhas é servida. E é um prato que se come quente.

2.2 "TRANSES E CONTOS DE LETRA FIADA"¹¹: tensionamentos dos movimentos lésbico e gay nos estudos de gênero.

A efeméride do que hoje conhecemos como movimento LGBTQIA+ remonta à icônica revolta de Stonewall, ocorrida nos EUA em 1969 sem, no entanto negarmos a existência de mobilizações de menores proporções anteriores, que remontam a 1850 na Europa e 1933 na Alemanha, especificamente (MOLINA, 2011), ou mesmo nos Estados Unidos a partir de 1950 com a criação dos coletivos Mattachine Society e Daughters of Bilitis. (GREEN, 2003).

Como reação às sucessivas e violentas batidas policiais ao bar Stonewall Inn, suas frequentadoras e frequentadores (majoritariamente a população travesti, transgênera, gays, lésbicas, não binários, queers, interssexuais +), rebelam-se na noite do dia 28 de junho de 1969 enfrentando com tudo que pudesse transmutar-se em arma, a opressão higienista do estado norte-americano. O clima de revolta arrastou-se por cinco dias catalisando uma maior articulação política dos segmentos, seja engrossando as fileiras dos coletivos já existentes, seja na inauguração de novas associações fundadas após a revolta.(GREEN, 2003).

A violência de gênero que incidia então sobre grupos com identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas camuflava-se como prática de manutenção da ordem - no caso norte americano pelo combate à venda ilegal de bebidas alcoólicas - quando de fato, caracterizava-se por uma prática de aprofundamento no processo de marginalização desses sujeitos migrando ao longo dos séculos XIX e XX da esfera criminal para a patológica. (FOUCAULT, 1988).

A emergência da perspectiva teórica pós-estruturalista no campo das

¹¹(ALVES, 2018)

sexualidades presente na publicação de *História da Sexualidade I*, de Michel Foucault em 1976 trará a tona, a partir de uma análise genealógica, a natureza dos dispositivos de sexualidade, que inaugurarão o homossexual na esfera médica (FOUCAULT, 1988), bem como os transformarão em corpos abjetos (BUTLER, 2019) ao longo do século XX.

Foucault (1988), em *História da sexualidade I*, iria além das disputas infundadas entre biologia ou cultura como definidoras da homossexualidade, partindo para outra esfera de aprofundamento nesses embates: o homossexual como construto histórico do discurso médico, inserido em relações de saber-poder (FOUCAULT, 1988). Acompanhadas pela chamada virada linguística, as ideias de Foucault são particularmente perturbadoras por descortinarem o processo discursivo produtor da binaridade heterossexualidade-homossexualidade e clarificarem o papel genealógico da linguagem na inauguração de sujeitos/objetos do discurso, além de evidenciar o caráter artificial desses marcadores, desnaturalizando-os.

Ao deslocar o foco das questões de sexualidade do âmbito da individualidade, da subjetividade, para o âmbito da biopolítica (FOUCAULT, 2008) sob uma perspectiva histórica, o autor evidenciava a ação dos dispositivos de controle estatal sobre os corpos. Ao contrário de correntes teóricas que acreditavam à época haver um silenciamento das temáticas relativas ao sexo e aos desejos (hipótese repressiva), Foucault defendia a ocorrência do completo oposto: uma profusão de esferas debruçadas sobre a sexualidade produzindo discursos de normatização, inaugurando identidades marginalizadas, patologizadas seja na esfera médica psicanalítica, jurídica ou pedagógica. Assim em sua obra citada o autor dispôs-se a

desvincular a análise dos privilégios que se atribuem normalmente à economia de escassez e aos princípios de rarefação, para ao contrário, buscar as instâncias de produção discursiva (que evidentemente, também organizam silêncios), de produção de poder (que, algumas vezes têm a função de interditar), das produções de saber (as quais frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos). (FOUCAULT, 1988, p.17).

Desconstruindo essa premissa discursiva, Foucault traz à tona os caminhos do controle sobre o corpo sexuado no século XX através da patologização de dissidências de gênero e orientações do desejo não hegemônicas. Ao inaugurar-se uma subespécie definida em si através dos desejos sexuais por seus iguais, migrava-se de uma condição ocasional à qual quaisquer indivíduos estariam suscetíveis a

incorrerem no pecado da sodomia (LOURO, 2001) para a condição patológica-abjeta-aberrante de subumanidade atribuída aos homossexuais pelo discurso médico a partir do século XIX. A exemplo do padre, o psicanalista ocupava, nesse contexto, função sinonímia à medida que ambos geriam o inconfessável e ocupavam igualmente um lugar de autoridade investidos pelo poder de um discurso moralizante/normatizante. (SPARGO, 2019).

As ideias de Foucault provocaram os estudos de gênero à medida que advertiram para as fendas abissais às quais deveríamos nos aventurar em mergulhos teóricos profundos. Para além dos papéis de gênero e questões identitárias nos interessa, sobretudo a construção do discurso patologizante, sua disseminação e constante reiteração por dispositivos de controle social como a escola, por exemplo.

A escola funciona como engrenagem principal no sistema de controle de corporalidades e desejos inconformes. Se não se nascia mulher, tornava-se (BEAUVOIR, 1980), esse processo de construção passaria invariavelmente pelos discursos que inauguram a homossexualidade e seu par binário e, acrescentemos, a cisgêneridade e a transgêneridade que, por consequência, resvalam em concepções limitadas de masculinidade e feminilidade resultando nos dispositivos da cisheteronormatividade destacados por Vergueiro (2015) a condicionar vivências e memórias autorizadas à existência social.

Foi em torno da despatologização da homossexualidade que muitos coletivos de gays e lésbicas se articularam politicamente entre os anos 70 e 80 inclusive rejeitando o termo homossexual, em um processo identitário de positivação; os orgulhos gay e lésbico materializados nas paradas que se realizaram um ano após os eventos de Stonewall. (SILVA; SOUZA, 2017).

Na América latina, que à época enfrentava as duras ditaduras militares, encontramos alguns coletivos organizados ainda em 1969, é o caso do El Grupo Nuestro que surge na Argentina no combate à homofobia. (GREEN, 2003). Segundo Green (2003), não há evidências claras de uma relação de consequência entre os movimentos de Stonewall e a criação do El Nuestro, o que sugere uma possível gênese transnacional(?), simultânea(?) dos movimentos gays e lésbicos, com organizações políticas em diversas partes do globo. (GREEN, 2003). Em 1970 registram-se igualmente movimentos no México e Porto Rico, estes claramente influenciados pelas repercussões do coletivo norte americano. (GREEN, 2003).

No Brasil por seu turno, viviam-se os chamados anos de chumbo, período de

maior recrudescimento do regime ditatorial em que os abusos de toda sorte promovidos pelo estado obstaculizavam a articulação política, as quais surgirão mais tarde como a organização do grupo Somos em 1978 e das publicações do jornal O Lampião da esquina, em um contexto de tensionamentos que desembocaram no processo de redemocratização do país. (FACCHINI; FRANÇA, 2009).

Apesar da emergência dos movimentos conhecidos hoje como LGBTs em meados dos anos 60 e 70 aglutinarem diversas identidades de gênero e orientações do desejo, as hierarquizações entre elas eram evidentes. Paralelo a isso, em fins dos anos 70 e meados dos anos 80 a epidemia de AIDS recrudesciu as políticas de austeridade e instaurou o pânico moral sobre a população gay, lésbica e trans e travesti à época. Maculadas pelo peso da marginalização reafirmada pelo discurso apocalíptico moralizante cristão, a população LGBT é martirizada pelo vírus, pelos ditames da biopolítica (FOUCAULT, 2008) e sujeita à punição exemplar como contradiscurso e resposta à liberdade sexual reivindicada pelos jovens nos anos 70. (MISKOLCI, 2012).

É necessário que façamos aqui alguns questionamentos ao analisarmos a trajetória política dos movimentos LGBTQIA+ tal qual os que levantamos sobre o movimento feminista. O primeiro deles diz respeito à subcategorização, o segundo, derivado e atrelado ao primeiro, refere-se à marginalização de algumas atrizes e atores sociais inseridos nesse todo pluri identitário.

A narrativa corrente difundida sobre os movimentos LGBTQIA+ dá conta de uma multidão de indivíduos com diversas identidades subcategorizadas na definição do segmento gay que conquistou com o tempo, sobretudo nos espaços midiáticos, um protagonismo político e social frente aos demais grupos representados pela sigla (SILVA; SOUZA, 2017). Figuras como Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera, mulheres trans/travestis que estiveram à frente nos combates de Stonewall, e fundaram posteriormente associações de lutas pelas pautas desses segmentos foram inicialmente subcategorizadas quando generalizadas no rol das homossexualidades e progressivamente silenciadas. (SILVA; SOUZA, 2017).

Entretanto, percebemos que o silenciamento incidente sobre pessoas trans e travestis só pode ser explicado no contexto de alargamento das fronteiras da abjeção ao longo do século XX, responsável por empurrar-lhes para a marginalização em oposição aos gays e lésbicas que, em certa medida, lograram construir uma fresta mínima de assimilação (SPARGO, 2019). Leilane Fernandes e Emily Assunção de

seus lugares de enunciação associam e ampliam a questão. Para elas:

Parece-nos que mais uma vez temos a epistemologia do barraco agindo, só que [...] de maneira negativa, estereotipante. O cada vez mais higienizado, classe média e embranquecido movimento LGBTI não estava e parece ainda não estar preparado para o tipo de atitude queer que o movimento trans assume em seu cotidiano. Parece também, que as reivindicações do movimento trans são mais viscerais, trata-se do direito mesmo de existir, enquanto que para as demais “letras”, parece tratar-se mais de direito a participação política. (SILVA; SOUZA, 2017, p.115).

A epistemologia do barraco evidencia, dessa forma, uma assertividade de travestis, transexuais e transgêneras que, ao contrário dos segmentos lésbico e gay, preocupavam-se menos em serem palatáveis e assimiláveis para uma inteligibilidade cisheterossexista do que com a garantia de seus direitos de (re)existir. As Autoras corroboram o que observamos ao longo dos anos 70 e fins dos 80 do século XX: uma significativa mudança estratégica de ação política dos segmentos gays e lésbicos.

Para Green (2003), a aproximação inicial desses movimentos aos moldes marxistas, ou seja, uma militância pautada da supressão do sistema opressivo através da revolução das classes subalternizadas, mostrara-se falida e pouco eficaz para essas atrizes e atores sociais, evidenciado o caráter homofóbico presente nas militâncias de esquerda. (GREEN, 2003). Para além do desejo utópico de uma sociedade sem classes em longo prazo e que, na prática, não garantiria efetivas mudanças sociais para esses grupos, a política da diferença tornara-se então uma bandeira viável de atuação política.

Promovendo tanto uma forte afirmação identitária quanto, e de forma contraditória, uma apropriação dos discursos normatizantes heterossexuais, as lutas passaram a centrar-se na inserção desses sujeitos no rol da normalidade (SPARGO, 2019). Logo, os movimentos gays, sobretudo, e lésbicas a reboque esforçavam-se em desvanecer estereótipos marginalizantes a partir de assemelhamentos com o universo simbólico heterossexual começando pela despatologização da homossexualidade.

Desse modo, a política assimilacionista vivenciada pelos movimentos gay e lésbico descortinou tal qual ocorrera no movimento feminista, uma série de condicionamentos e silenciamentos às dissidências dentro da dissidência (BENTO, 2017): população travesti, transgênera e transsexual, bissexuais, interssexuais, não binários + que não se encaixavam no regime de inteligibilidade criado/reproduzido

pelos movimentos gays e lésbico a partir da matriz identitária heteronormativa. (SPARGO, 2019).

No tocante à historiografia, a emergência de estudos da homossexualidade ou mesmo quando as questões das masculinidades adentraram os estudos de gênero, a representatividade de gays e lésbicas no espaço acadêmico, embora muitas e muitos já o habitassem, do ponto de vista temático parece se dar de forma mais tardia no Brasil (PEDRO, 2005). Na ausência de historiadores, muitos pesquisadores das humanidades empreenderam pesquisas que se tornarão referência nos estudos de gênero no tocante às masculinidades não hegemônicas, dentre os quais os estudos do antropólogo Luiz Mott atrelado diretamente a seu lugar de enunciação e sua intensa atuação nos movimentos sociais, notadamente a criação do Grupo Gay da Bahia fundado em 1980.

Uma historiografia androcêntrica ainda resistente à emergência de sujeitos dissidentes seguia e segue um processo feroz de silenciamento dessas dizibilidades. No contexto brasileiro, podemos apontar como precursores nos estudos das homossexualidades James Green com a publicação de *Além do carnaval* e João Silvério Trevisan com *Devassos no paraíso*. Além disso, Trevisan foi um dos fundadores do jornal *O Lampião da esquina*, importante espaço de aglutinação intelectual dessas dissidências, além de hoje constituir-se um importante acervo de fontes primárias para os estudos do tema no século XX no Brasil.

Nesse contexto, fins dos anos 80, as bases do sistema sexo-gênero serão postas a prova pela visibilidade de identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas tanto no movimento feminista quanto nos movimentos gays e lésbicos. Entretanto, a profusão de novas atrizes e atores sociais nos espaços políticos não gerou um impacto imediato nos estudos de gênero, cabendo em sua maioria às feministas lésbicas o tensionamento potencializado pelo trânsito que tinham entre os dois segmentos - feminista e LGBT. (FACCHINI; FRANÇA, 2009).

2.3 "SEM NEXO DE CORPO DECIFRADO"¹²: estudos de gênero e os impactos pós estruturalistas, *queers* e transfeministas.

No campo teórico, além de reflexões sobre a heterossexualidade compulsória

¹²(ALVES, 2018)

trazidas por inúmeras feministas lésbicas, a abordagem genealógica que inaugura a figura dos anormais no discurso médico é amplificada e analisada a partir de uma perspectiva histórica ancorada no pós-estruturalismo foucaultiano. O deslocamento do foco no poder político, institucional, para a natureza tentacular dos micropoderes (FOUCAULT, 1979) terá impacto nos estudos feministas e podem ser percebidos no paradigma mobilizado por autoras como Joan Scott.

Scott (1995) em seu célebre artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* de 1989, analisa as relações de gênero como exercício de saber-poder entre indivíduos, nas instituições, nos espaços públicos e privados, em suma, em todas as esferas da experiência humana. Correndo o potencial risco de não fazê-lo com igual lucidez, transcrevemos a amplamente replicada definição na qual a autora traz o gênero partindo de dois aspectos principais: "(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder." (SCOTT, 1995, p.86). Logo, gênero, deixava de referir-se apenas aos sujeitos (mulher/mulheres) lançando luz sobre o caráter recíproco e hierárquico das relações sociais generificadas.

Nessa perspectiva, lograva-se alçar vôos mais altos nos estudos feministas abalando estruturas epistêmicas ao trazer para a arena teórica todo um aparato simbólico generificado agregando-se as concepções foucaultianas. Assim, estudos de gênero deveriam implicar no entendimento das complexas relações de poder e dispositivos disciplinares incidentes sobre todo o corpo social na construção de identidades masculinas e femininas. No intercâmbio com os questionamentos trazidos pelo pós-estruturalismo (além de Foucault, o paradigma desconstrutivista de Derrida), Scott evidencia uma perspectiva relacional, recíproca, dando voz a sujeitos generificados diversos. A autora não se referia apenas ao sujeito mulher/mulheres, alertava para a necessidade de problematizarmos as relações de gênero no âmbito do discurso, do simbólico, da criação de hierarquias sociais que incidem sobre os sujeitos mesmo antes de seus nascimentos. (SCOTT, 1995).

Com sua publicação, a autora aponta caminhos teóricos que conduziram a uma reflexão orientada para os usos do gênero pela narrativa histórica, uma vez que a essa altura, o termo fora apropriado sob diversas perspectivas que vão desde uma simples relação sinonímia/substitutiva do sexo até uma mera permutação com a categoria mulher/mulheres. Suas ideias apontam uma insatisfação pessoal com os mecanismos de silenciamento no âmbito da historiografia, que de certo modo,

esvaziaram o sentido inaugural da construção do gênero enquanto categoria de análise: negritar as relações de poder e hierarquias decorrentes das definições de gênero (SCOTT, 1995). Gênero, dessa forma, deveria caracterizar-se pelo compromisso em desnudar as cadeias de opressão que incidem inclusive na constituição dos sujeitos. Notemos, entretanto, que em sua própria definição, Scott refere-se ao gênero como "elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos". (SCOTT, 1995, p.86).

O sexo permanece aqui como uma característica referencial primordial, pré-discursiva, que dá inteligibilidade aos gêneros. Claramente, desloca-se a perspectiva analítica para o sistema de opressões generificadas, entretanto, o gênero permanece ancorado na corporalidade do sujeito, ontologizada pela noção de sexo. Como vimos, o discurso feminista mesmo em espaços hifenizados (OLIVEIRA, 2010) - feminismo negro, feminismos subalternos em geral - permaneceu organizando seu panorama analítico alicerçado na substância última que ainda mantinha uma definição pretensamente coesa do ser mulher: a posse de caracteres biológicos lidos como femininos.

Entretanto, a noção de sexo biologizado já não era suficiente para abarcar corporalidades e subjetividades tão diversas. As multidões *queer* de Preciado (2011), transviad@s de Bento (2017), as transvestigêneres de Indianara Siqueira e Érica Hilton¹³ alargaram as fronteiras do gênero, anarquizando percepções, subvertendo classificações dando a luz a identidades inconformes que não se sustentariam alicerçadas em uma verdade a-histórica, inaugurada no discurso médico, denominada sexo biológico. As noções do sistema sexo-gênero passarão a ser tensionadas por uma profusão de sujeitos não apenas mulheres lésbicas e homens gays, mas, sobretudo mulheres travestis, homens trans, pessoas não binárias, interssexuais e *queers+*.

Disputando espaços de enunciação e o direito de não ter que ser, criando epistemologias próprias reiteradamente à margem, emergem as multidões *queer* (PRECIADO, 2011), definidas não só pelo objeto de desejo (homo, hetero, bi, pan, entre outros), mas por diversas matrizes de referências quanto às corporalidades,

¹³Indianarae Siqueira e Érica Hilton duas mulheres transvestigêneres que cunharam o termo como forma de subverter as classificações patologizantes ou marginalizantes de termos como transgênero ou transsexual. O termo aglutina além das identidades citadas a identidade travesti. Vide https://www.secsp.org.br/online/artigo/compartilhar/13277_LGBTFOBIA+EM+DEBATE

"identidades, práticas sexuais desviantes e performances de gênero". (SPARGO, 2019, p.28).

No complexo panorama teórico político que nos situa em fins do século XX acompanhar o processo de instabilização das referências binárias de gênero nas conceituações dos estudos feministas leva-nos ao ano de 1990, emblemático para o aprofundamento dessas discussões a partir de duas publicações que irão aquecer ainda mais os já inflamáveis debates de gênero: *Inventando o sexo: corpo e gênero dos Gregos a Freud*, do historiador Thomas Laqueur, e *Problemas de Gênero*, da filósofa Judith Butler.

Laqueur (2001) historiador norte americano empenhou-se em sua obra citada na desconstrução de concepções consagradas acerca da corporeidade dos sujeitos com base nos estudos históricos das ciências biológicas. A partir de um extenso recorte, Laqueur apresenta uma conjunção de dados que desembocam na percepção da transitoriedade e modernidade do modelo dimórfico ao qual a medicina ocidental europeia passa a referenciar-se a partir do século XVIII.

Resgatando desde os gregos e romanos da antiguidade, Laqueur remete-se ao modelo aceito até fins do século XVIII, criado por Galeno e construído no século II, denominado pelo autor de modelo do sexo único (LAQUEUR, 2001). Galeno defendia a ideia de que corpos masculinos e femininos correspondiam a uma mesma matriz de perfeição à qual os seres aproximavam-se mais ou menos. Ou seja, o corpo masculino tomado como modelo mais próximo do perfeito, tinha no corpo feminino seu correspondente menos desenvolvido. Assim, as mulheres seriam "essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital - de perfeição - resultara na retenção interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa". (LAQUEUR, 2001, p. 16).

O modelo do sexo único permaneceu hegemônico até fins do século XVIII quando, com o advento da modernidade, as disputas de saber-poder (FOUCAULT, 1988) e as demandas socioculturais resultaram em uma significativa mudança de paradigma.

Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade gestados pelas revoluções burguesas, especialmente a revolução francesa, trarão a reboque diversos questionamentos quanto à socialização efetiva desses direitos. A organização das mulheres que irão pleitear igualdades política e jurídica desencadeia interditos que terão na ciência sua principal fundamentação, aproveitando-se da onda iluminista de

valorização dos saberes científicos. (LAQUEUR, 2001). Se a ciência inconteste pudesse justificar as desigualdades jurídico-políticas entre homens e mulheres, a sociedade androcêntrica garantiria, em tese, a fluência do seu curso de privilégios contra e apesar da presença dos primeiros embriões do movimento feminista europeu . Em suas palavras o autor nos mostra que,

A visão dominante desde o século XVIII , embora de forma alguma universal, era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis no gênero, são de certa forma baseados nesses fatos. A biologia - o corpo estável, não-histórico e sexuado - é compreendida como o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social.[...]. O mundo físico real nesses relatos, e em centenas de outros semelhantes, é anterior e logicamente independente das reivindicações feitas em seu nome. (LAQUEUR, 2001, p.18).

Quando essas concepções rebatem no conceito de gênero historicizado por Laqueur nos modelos de sexo único e dimórfico, desloca-se o locus referencial que define o gênero dos indivíduos de acordo com o período histórico ao qual Laqueur (2001) se refere alternadamente:

[...] nesses textos pré-iluminismo, e mesmo em alguns textos posteriores, o sexo, ou o corpo, deve ser compreendido como o epifenômeno enquanto que gênero que nós consideraríamos uma categoria cultural era primário, ou "real". [...]. Pelo menos, o que nós chamamos de sexo e gênero existiam em um "modelo de sexo único" explicitamente ligados em um círculo de significados; escapar daí para um suposto substrato biológico - a estratégia do iluminismo - era impossível. (LAQUEUR, 2001, p.19).

Em suma, o gênero, resgatado na lógica do sistema sexo-gênero já identificado por Rubin (2017), na perspectiva iluminista e posteriores, é definido pelo condicionamento ao sexo, enquanto no modelo do sexo único a fluidez das definições de gênero estão mais associadas a concepções metafísicas do que ao sexo biológico em si. (LAQUEUR, 2001).

Com as ideias de Laqueur a a-historicidade do sexo é posta em suspeição a partir da desconstrução da sua pré-discursividade presumida no modelo dimórfico como verdade ontológica, passando a situá-lo no contexto das disputas de saber-poder e dos discursos que legitimaram os ideais do homem moderno acerca das diferenças sexuais entre homens e mulheres (LAQUEUR, 2001). A influência do pensamento feminista é latente e nomeada na obra. Referenciando pesquisadoras

como Scott e Rubin, embora o autor não se proponha a negar as diferenças físicas entre o masculino e feminino, seu impacto refere-se à historicização da questão.

No mesmo ano de publicação da obra de Laqueur, Judith Butler, filósofa lésbica norte americana trará a tona o que do ponto de vista teórico será definido mais tarde como teoria *queer* que tem nessa autora uma de suas maiores expoentes.

Politicamente o movimento *queer* é de difícil delimitação quanto às suas origens como um movimento nada coeso, ao contrário, o *queer* nasce paralelo, imbricado e por vezes sub representado dentro dos contextos sociopolíticos que deram origem aos movimentos gays, lésbicos e trans. Assim, a título de organização didática, tomam-se alguns referentes históricos para situar o movimento nascido nos Estados Unidos.

É durante a epidemia de AIDS evidenciada em meados dos anos 1980 que aglutinam-se as dissidências *queers*. Os diferentes contextos de combate à doença (no caso norte americano caracterizado por significativa negligência estatal) foram responsáveis por negritar ainda mais a condição de abjeção que já incidia sobre essas corporalidades. (MISKOLCI, 2012). Atrelados à desinformação, o crescente pânico moral alimentado pela espetacularização do sofrimento promovido pelas mídias à época funcionou como catalisador para o acirramento de conflitos causados pelas posturas sociais punitivas (MISKOLCI, 2012) que expulsavam esses segmentos cada vez mais para fora dos círculos de convivência social cisheteronormatizados, do rol das humanidades. (BENTO, 2017).

Indo em direção contrária aos movimentos gays e lésbicos de então que pareciam caminhar rumo a uma via de assimilação mínima pelo capital simbólico cisheteronormativo, os movimentos *queers* rejeitavam quaisquer sinais de normatização. (SPARGO, 2019). O lugar da abjeção é ressignificado e a criação de redes de sociabilidade e possibilidade de reexistência paralelas à sociedade androcêntrica cisheteronormativa evidencia a negação a quaisquer tipos de legitimação social pelas subjetividades *queers*.

Traduzindo para o português, *queer* nas palavras de Louro (2001) "pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário" (LOURO, 2001, p.38). A reapropriação do termo, usado de forma pejorativa como ofensa a essas subjetividades, desemboca em uma perspectiva não identitária. Uma vez que vislumbram nas amarras identitárias (mesmo dentro das dissidências LGBTQ+) um subproduto do referente cisheteronormativo, os movimentos *queers* negam-nas e

abraçam as múltiplas formas de existência, a transitoriedade, em um desestabilizar constante de si mesmos.

Do ponto de vista teórico, várias publicações podem referenciar a incipiência de uma teoria *queer*, dentre elas, Miskolci destaca as publicações, em 1970 da obra *Lé desir homossexuel* de Guy Hocquenghem pensador francês, *Thinking sex* da feminista Rubin de 1984 além de, no contexto latino americano, a obra de Néstor Perlongher, pesquisador argentino-brasileiro, *O que é AIDS* publicado em 1987. (MISKOLCI, 2012).

Além desses autores, Saxe (2015) defende a ideia de que a escritora chicana Anzaldúa, em sua obra *La Prieta* de 1981, figura entre as autoras que primeiro utilizaram o termo *queer* no contexto acadêmico para descrever a pluralidade de identidades de gênero e orientações do desejo dificilmente definíveis, contestando-as em suas dimensões não apreensíveis pelas binaridades homem-mulher, hetero-homo, cis-trans. (SAXE, 2015).

A filósofa lésbica norte americana Butler (2019), com seu *Problemas de gênero* publicado em 1990 é quem irá efetivamente sistematizar as reflexões teóricas em torno da teoria *queer* tornando-se uma das mais referenciadas autoras sobre o tema. Remetendo-se a uma pesquisa que abarcou, em uma perspectiva crítica, a psiquiatria de Freud e Lacan, além de várias teóricas feministas, e mesmo sendo considerada uma das herdeiras da obra foucaultiana e pós-estruturalista, a autora o faz criticando as inconsistências da obra foucaultiana.

A problemática já trazida por Rubin (2017) através do sistema sexo-gênero é aprofundada por Butler que nos convida a romper com esse condicionamento deslocando, tal qual Laqueur (2001), a pré discursividade do sexo e seu conseqüente desmembramento do gênero também constitutível discursivamente.

Butler problematiza a matriz heterossexual que incide sobre os gêneros trazida por Wittig, valorando as contestações que essa autora fez à metafísica da substância bem como à inconformidade dos desejos às imposições fictícias de sexo. Ampliando e aprofundando essas ideias, Butler faz críticas às obras de Wittig e Foucault por se aterem à matriz analítica exclusivamente focada no desejo (heterossexualidade/homossexualidade) sem adentrarem na própria construção discursiva do sexo. (BUTLER, 2019). Além disso, critica o pensamento de Wittig que para Butler, propõe o tornar-se lésbica como capaz de impor às perspectivas de sexo e gênero um esvaziamento de sentido, operado pela contestação ao pensamento

hétero e suas hierarquias (BUTLER, 2019). Butler não corrobora com esse paradigma proposto por Wlittig e, por sua vez, vê na proposta identitária (mesmo as que se pretendem subversivas) mecanismos que continuam a reforçar binarismos, no caso de lésbicas ou gays por mobilizarem a heterossexualidade como referente por oposição. (BUTLER, 2019).

Assim, a autora inaugura sua teoria da performatividade, na qual tanto o sexo quanto gênero estão em constante construção discursiva. Em suas palavras:

o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade, e não deve ser concebido como substantivo, como coisa substantiva ou marcador cultural estático, mas antes como uma ação incessante e repetida de algum tipo. Se o gênero não está amarrado ao sexo, causal ou expressivamente, então ele é um tipo de ação que pode potencialmente proliferar-se além dos limites binários impostos pelo aspecto binário aparente do sexo. (BUTLER, 2019. p.163-164).

Butler apresenta aqui uma outra percepção possível do gênero. Dessa forma, como evidenciamos no pensamento de Preciado (2019), percebemos que fazemos o gênero em todas as esferas sociais, ininterruptamente, em consonância ou oposição aos dispositivos que condicionam nossas corporalidades (BUTLER, 2019; PRECIADO 2019).

Dessas premissas, a autora irá evidenciar o caráter performático e contínuo das identidades de gênero construídas discursivamente nos corpos, pelos corpos, através e para além dos corpos. Em suma, a performatividade é a repetição teatralizada de referentes e essencialismos não verificáveis pela materialidade do sexo nem a-históricos e sim reiterados culturalmente; em si, performances. Construir o gênero é performar, a partir da repetição de condutas e signos associados à existência generificada simbólica masculina e feminina. (BUTLER, 2019).

Confrontar, por sua vez, uma pretensa essência generificada é transbordar as fronteiras das corporalidades, do sexo, e localizar as identidades na esfera do devir, ou seja, a performatividade é caracterizada pela perenidade, pela reafirmação coletiva e discursiva do gênero em consonância ou oposição a quaisquer ditames normativos. (DEMETRI, 2018). Uma repetição fantasmática, de uma essência que não existe em si mesma senão pela sucessão de atos performativos que a retroalimentam infinitamente. (BUTLER, 2019). O fazer o gênero enquanto processo coletivo é reiterado ao nascer de cada novo indivíduo.

Ao debruçar-se sobre a materialidade do corpo, Butler atenta para o sexo como

capaz de inaugurar sujeitos, inclusive conferindo e negando-lhes inteligibilidade e existência social. (DEMETRI, 2018). Nessa perspectiva, ao contrário do que possa parecer, Butler não nega a importância do corpo; assim como Foucault (1988), a filósofa imerge nas relações de poder que os constituem, evidenciando hierarquizações e violências que incidem sobre eles através das concepções de sexo discursivo e das derivações atreladas a ele.

As dissidências de gênero e orientações do desejo corroborariam assim, a ideia de que as corporalidades e os sujeitos não são meros receptores passivos dos interditos de determinada cultura, admitindo não só a ideia de performatividade na construção das identidades de gênero como atrelando-a à agência dos indivíduos em consonância ou negação a certos dispositivos disciplinares. (DEMETRI, 2018).

As obras de Butler associadas a trabalhos como os de Laqueur irão impactar nos estudos de gênero, nos estudos *queers*, no movimento político feminista (apresentando-se a própria Butler como feminista), em razão de, ao lado de outras dizibilidades e corporalidades femininas, descortinarem a discursividade e estabilidade da amálgama última do sujeito do feminismo.

No panorama historiográfico brasileiro, especificamente no tocante à História da educação, Guacira Lopes Louro, da qual falaremos mais adiante, é a principal representante brasileira dos estudos *queer*. Mesmo antes de discuti-los propriamente, Louro (1997, 2001) já era uma das precursoras em espelhar os debates de gênero para a educação, sobretudo na perspectiva do alargamento da gama de sujeitos aos quais essa definição deveria abranger. (LOURO, 1997, 2001).

A política não identitária *queer* foi intensamente criticada, sobretudo nos espaços de militância política feminista e LGBTIA+. Teóricas como Butler ainda em Problemas de gênero deparam-se com a ambiguidade entre a necessidade de representação política e a proposta *queer* de superação desconstrução identitária do gênero (BUTLER, 2019). Entendendo como demandas complementares, a autora advoga pelo equilíbrio possível, uma vez que em um mundo edificado sobre referências simbólicas binárias, a aplicação mínima de justiça social não pode esperar a completa transformação da inteligibilidade coletiva rumo à supressão desses marcadores (gênero e orientações do desejo). Algumas teóricas transfeministas, como Jaqueline Gomes de Jesus (2014b) dialogam com essa perspectiva de valorização identitária, para a autora:

Particularmente, não considero que os gêneros serão abolidos apenas

discursivamente, por textos científicos, artigos ou manifestos. Por isso advogo, como uns e outros sabem, que as políticas identitárias podem abarcar a diversidade das expressões de gênero, sem hierarquizações. Nesse sentido, é provável que o modelo transfeminista do "meio-termo" seja mais viável hoje. Sabe-se lá como será no futuro, com outras práticas sociais. (JESUS, 2014b, p.7).

Assim, na perspectiva transfeminista, a política identitária é bem vinda à medida que abarcam-se quaisquer autodefinições, e interseccioná-las é premissa primeira do movimento. Ao passo que não se limitam a excluir perspectivas não identitárias, advogam para que ambas coexistam sem que haja verticalização, tampouco uma conexão progressista-evolutiva de uma perspectiva identitária rumo a outra não identitária. (JESUS, 2014b).

A perspectiva transfeminista citada tem suas origens na articulação teórico-política de mulheres trans e travestis e homens trans no contexto norte-americano adquirindo seus contornos e especificidades geohistóricos latinoamericanos e europeus. Novas dizibilidades, a sacudir os espaços teórico-políticos hegemônicos de enunciação. A pergunta o que é a mulher (?) dos anos 70 talvez possa ter sido transmutada em o que é o gênero (?), passando-se à inquirição: quais vidas importam? (BUTLER, 1999), ampliando suas fronteiras e matrizes analíticas.

A escolha teórica que fizemos pelo gênero enquanto categoria de análise é indissociável da sua apreensão na perspectiva desconstrutivista, uma vez que desconstruir as dicotomias natureza/cultura, dominante/dominado, igualdade/diferença não nos pareceram suficientemente capazes de contemplar subjetividades e dizibilidades outras que figuram no rol das identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas, e que subvertem uma natureza pré-discursiva do sexo. Ou seja, nos parece fundamental problematizar a dicotomia sexo/gênero que por muito tempo figurou sem grandes intercorrências na escrita da História.

Sem prescindir do caráter social da diferença, historicizar as intenções biopolíticas nas definições de sexo a partir do modelo dimórfico (LAQUEUR, 2001), bem como, do discurso médico que patologiza homossexualidades, transsexualidades e pessoas interssexuais, torna-se fundamental para refletirmos criticamente acerca de uma historiografia e didática da história que problematizem a própria historiografia, mesmo a feminista. Para Louro (1997), com quem partilhamos o pensamento,

[...] o conceito [gênero] só poderá manter sua utilidade teórica na medida em que incorporar esses questionamentos. Mulheres e homens, que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como 'verdadeiras/verdadeiros' mulheres e homens, fazem críticas a esta estrita e estreita concepção binária. (LOURO, 1997, p.34).

Como assevera a autora, considerando as múltiplas performances de gênero possíveis e assim as diversas atrizes e atores sociais passíveis de inscrição sob os estudos de gênero, pareceu-nos viável tomarmos gênero como categoria de análise, por negritar as relações de poder e hierarquias sociais que incidem sobre toda realidade generificada (SCOTT, 1995). Isso sem prescindir do enfoque crítico que desconstrói a auto evidência das hierarquias homem-mulher, oprimido-opressor, uma vez que existem diversas gradações que nos inscrevem em posições menos lineares do que possam parecer. Ainda, gênero é mobilizado por nós por antevermos uma conexão direta entre diversas das violências que incidem sobre esses sujeitos com um fio condutor (não absoluto) com frequência aparente: a violência misógina (BENTO, 2017), descortinada primeiramente pelos estudos feministas a partir de seus lugares de enunciação.

Os movimentos feministas nos conduziram a uma sensibilização para as diversas estratégias misóginas que incidem sobre as mulheres. Toda a pluralização de sujeitos abarcados pelo feminismo nos trouxe para diferentes formas e estratégias misóginas de controle e subalternização do feminino. A interseção entre as contribuições feministas, os movimentos e estudos gays e lésbicos e o transfeminismo, permitem notar como a misoginia incide sobre todos os sujeitos generificados. Se não, vejamos.

Cornejo (2012) no artigo A guerra declarada contra o menino afeminado destaca como a violência misógina e transfóbica recai sobre gays afeminados fora e dentro do próprio movimento gay. Em uma passagem do texto, descortina com lucidez a violência misógina que recaiu sobre si, enquanto criança afeminada, paralelamente à sofrida pela sua mãe, constantemente martirizada por não ser capaz de conter a personalidade desviante do filho. (CORNEJO, 2012).

Seja pela adoção de uma performance de gênero definida como feminina por indivíduos aos quais fora imposta ao nascerem uma condição masculina, seja pelo movimento oposto, quando falamos sobre identidades trans e travestis, também recai

sobre elas um discurso misógino. Como ressalta Bento (2017)

Se as mulheres não trans são identificadas como o gênero vulnerável, inferiorizado, quando os sujeitos negam o gênero de origem e passam a demandar o reconhecimento social como membro do gênero desqualificado, desvalorizado (o gênero feminino), teremos como resultado uma repulsa total às suas existências. Dessa forma, um homem que nega sua origem de gênero e identifica-se como mulher estará quebrando a coluna dorsal das normas de gênero. (BENTO, 2017, p.60).

A recíproca também procede, quando indivíduos compulsoriamente localizados como femininos ousam romper com a dinâmica de seus lugares sociais subalternizados almejando a adoção da performance masculina. (BENTO, 2017).

O que pretendemos com essas reflexões é demonstrar o quão expostas às violências de gênero estão todas e todos, incluindo-se as pessoas não binárias, sujeitos generificados que de alguma forma não performam identidades hegemônicas. Ou seja, em teoria, mulheres trans e travestis, homens trans e homens gays afeminados, conhecem e vivenciam também violências misóginas. Afirmar que há especificidades nas violências transfóbica, homofóbica e lesbofóbica, quando comparadas à misoginia, não é o mesmo que negar a natureza comum a todas elas.

Dessa forma, nos aproximamos da perspectiva teórico política transfeminista como norteadora do nosso trabalho, uma vez que em sua definição, para Jesus (2014a),

o transfeminismo pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que, em síntese, rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero hysterectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou *emasculados*; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas (JESUS, 2014a, p.243).

As premissas transfeministas, como vimos, discutem as desigualdades de gênero ancoradas não apenas em definições biológicas ou essencialistas, abarcando uma pluralidade de sujeitos generificados e alargando sobremaneira as fronteiras de gênero.

O transfeminismo emerge no Brasil enquanto movimento teórico político,

ocupando, sobretudo o ciberespaço e provocando intensos debates nos fóruns e grupos de discussão em redes sociais e blogs de temáticas trans e feministas, fazendo do movimento, produto do diálogo entre o protagonismo de teóricas trans e travestis e pessoas com diversas identidades de gênero e orientações do desejo. Jaqueline Gomes de Jesus, uma das principais teóricas brasileiras do movimento, demarca a publicação de Aline Freitas intitulada *Ensaio de Construção do Pensamento Transfeminista* e publicada em 2005 no blog *Transfeminismo*, como um de seus escopos inaugurais. (JESUS, 2014a).

No artigo, Freitas delimita o alcance do movimento em seu caráter extensível a diversas auto identificações de gênero e orientações do desejo, além de preceitos e demandas. A autora remete-se ainda ao acontecimento que merece recuperação por ter se tornado um marco no esgarçamento de práticas biologizantes dentro dos espaços feministas de deliberação no Brasil; destacamos o trecho no qual a autora enfatiza: "não precisamos de aprovações em assembleias para sermos feministas" (FREITAS, 2005, p.1). Podemos inferir que Freitas faz alusão ao 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe que ocorrera no Brasil no mesmo ano da publicação do seu artigo, 2005, o que nos faz pensar na relação entre eles.

No artigo *Políticas e teorias do sujeito no feminismo contemporâneo* Malluf (2007) constrói, em um misto de levantamento de memórias e análise teórica, um relato sobre o 10º encontro feminista e a partir dele nos aproximamos de como este evento se entrecruza com a trajetória política do transfeminismo. Em síntese, Malluf (2007) relata que dias antes do início do encontro, a troca de emails entre a organização do evento e as participantes tratava de comunicar acerca da solicitação/negação de participação no encontro por um grupo de mulheres trans. (MALLUF, 2007). Embora naquele encontro especificamente a sua participação tenha sido negada pela organização, na plenária final o tema entrou em pauta deliberativa a fim de construírem-se, em assembleia, precedentes decisórios sobre a temática para eventos posteriores.

No resgate de suas memórias, Malluf relata perceber um cisma entre posições contrárias e favoráveis à inserção nominada de mulheres trans nos encontros (MALLUF, 2007). Aqui nos interessa analisar a natureza dos argumentos mobilizados por mulheres das mais diversas origens geoespaciais, de classe, etnico-raciais, de orientação sexual, geracional entre outras.

Em sua tese de doutorado, Adrião (2008) resgata diários de campo de

participantes feministas no referido encontro. Nos relatos, percebemos a força da linguagem na demarcação das fronteiras de gênero negritadas para as mulheres trans nos espaços feministas. A simbologia nos usos dos artigos, segundo a autora, denotavam as diferentes concepções do sujeito mulher das feministas presentes: para as favoráveis à participação das solicitantes nos encontros, referir-se às mulheres trans implicava em nomear-lhes pelo artigo feminino (A transsexual), enquanto às contrárias, iniciavam a enunciação pelo artigo masculino (o transsexual) - essas últimas corrigidas em coro com: *A transsexual!* pelas feminista favoráveis à permissão, presentes na plenária. (ADRIÃO, 2008).

Para além dos mais diversos argumentos favoráveis e contrários, destacamos aqueles nos quais algumas feministas condicionavam a concessão à validação médica para a identificação de gênero das mulheres trans, enquanto outras defendiam a autoidentificação como suficiente para legitimar a participação de quaisquer mulheres nos encontros (ADRIÃO, 2008). Há ainda as que, contrárias, argumentavam contra a perda de protagonismo e reforço do poder masculino nos espaços feministas. (ADRIÃO, 2008).

Embora a decisão da plenária final tenha sido favorável à participação de mulheres trans, a temática permanecerá alvo de críticas nos próximos encontros feministas como no encontro realizado em 2011. (COACCI, 2014). Esses acontecimentos descortinam uma pluralidade de concepções do sujeito mulher, internas ao movimento feminista, algumas delas, marcadas por determinadas concepções biologizantes que ainda são referenciadas pré-discursivamente no conceito de sexo biológico.

Pensar que os debates em torno da presença de mulheres trans e travestis nos espaços feministas são apenas mais uma modalidade da dicotomia igualdade x diferença problematizado de forma sistemática pelos estudos feministas, é reduzir o caráter sísmico que esses questionamentos agregaram aos estudos de gênero. Ao contrário das feministas negras, lésbicas, chicanas, indígenas, do cone sul, das classes baixas entre outras, as mulheres trans não apresentavam aparatos coesivos autoevidentes que amalgamaram por muito tempo as vivências femininas: caracteres biológicos discursivamente construídos pelo saber-poder médico como exclusivamente femininos. Mesmo se comparadas às feministas lésbicas que ousaram contestar a heterossexualidade compulsória, a natureza da contestação trazida pelas mulheres trans e travestis exigia novas epistemologias para pensar o ser

mulher.

2.4 "RANHURAS DO GENITAL BATISMO"¹⁴: gênero e ensino de história por uma abordagem transfeminista.

A perspectiva transfeminista nasce da aproximação e crítica às contribuições dos movimentos feministas e estudos de gênero. A evidente associação com o feminismo negro no processo de desestabilização dos lugares privilegiados de enunciação no feminismo pode ser percebida pela mobilização de conceitos como a interseccionalidade. (CRENSHAW, 2002). Além disso, como vimos em seções anteriores, muitas mulheres que se autoidentificavam tanto como negras quanto como lésbicas, iniciaram um incipiente processo de atordoamento dos mecanismos do sistema sexo-gênero contestando a heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade.

É do cruzamento de opressões na perspectiva interseccional, aparato teórico fundamental para o transfeminismo, que surge o movimento fundamentado no protagonismo de mulheres trans. O transfeminismo não é um movimento que despreza o feminismo criando mais sectarizações e hifenizações, ao contrário, propõe o aprofundamento de reflexões trazidas pelas lentes e experiências de outras dizibilidades reivindicando seus lugares de enunciação e criando epistemologias próprias como corrobora a educadora travesti Thiffany Odara ,

O meu corpo, meu lugar social de fala, reivindica toda uma estética feminina através de signos e códigos por meio do discurso político de ser uma travesti. E isso tudo sem perder de vista a proporção do meu ser mulher ou, muito além disso, o que torna útil ultrapassar essa norma de gênero. (ODARA, 2020, p.75).

Assim, como demonstra a autora, apesar de o transfeminismo constituir-se pelo protagonismo teórico-político da população trans e travesti, o abarcar de diversas autoidentificações não obstaculiza a associação entre segmentos trans e cis, desde que afinados com a desconstrução das hierarquias de gênero e orientações do desejo (KOYAMA, 2003). Jesus (2014a), considerando não se tratar o transfeminismo de um movimento monolítico, elenca quatro premissas básicas às quais o movimento remete-se como espinha dorsal às leituras plurais da realidade generificada. São eles:

¹⁴(ALVES, 2018)

1. redefinição da equiparação entre gênero e biologia;
2. reiteração do caráter interacional das opressões;
3. reconhecimento da história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgênero de forma geral como elementos fundamentais para o entendimento do feminismo; e
4. validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgênero ou cisgênero, o que leva ao fato de que, por sua constituição, o transfeminismo pode ser útil para qualquer pessoa que não se enquadra no modelo sexista de sociedade que vivemos, não apenas as transgênero. (JESUS, 2014a, p.249).

A análise dessas premissas permite aproximarmo-nos da perspectiva transfeminista a partir do exercício de deslocamento de lugares privilegiados de enunciação, fundamental no processo de conscientização de eventuais privilégios dos quais desfrutemos, bem como na concepção de que uma escrita e ensino de História efetivamente feministas constituem-se pela prática autofágica, autocrítica, do movimento como subproduto dos tensionamentos das diferentes dizibilidades e concepções do ser mulher/mulheres/feminino, desconstruindo o gênero, a partir do empoderamento à autoreferenciação identitária ou não identitária, abarcando-a na intenção de descortinar e desconstruir relações hierárquicas de poder (JESUS, 2014a). Essa constante (des/re)construção, almeja garantir o contínuo e infindo alargamento das fronteiras de gênero e orientações do desejo, como atesta Koyama (2003),

O transfeminismo é, primariamente, um movimento de e para mulheres trans que vêem a sua libertação como intrinsecamente ligada à libertação de todas as mulheres (e além). Está também aberto a queers, pessoas intersexo, homens trans, mulheres não-trans, homens não-trans, e outros/as que se revêem na luta destas mulheres e que consideram uma aliança com estas como essencial para a sua própria libertação. (KOYAMA, 2003, p.1).

Com base nessa premissa, a eleição do referencial transfeminista para nortear nossa pesquisa passou pelo compromisso teórico e político em considerar que nenhuma história das mulheres se faz efetivamente democrática se todas as mulheres assim como as diversas vivências de feminilidades e performances de gênero não hegemônicas não figurarem na narrativa historiográfica e, sobretudo no ensino de história, cientes de não conseguirmos abordá-las todas no espaço dessa pesquisa pela profusão de inúmeras identidades subversivas possíveis.

Desse modo, propomo-nos a agregar a perspectiva epistemológica

transfeminista ao ensino de História buscando incorporar as propostas desconstrucionistas de teóricas trans e travestis (JESUS 2014a; ODARA 2019; VERGUEIRO, 2015) em franco diálogo com uma perspectiva historiográfica não hegemônica (LOURO, 1997, 2001; NAVARRO-SWAIN, 2004; NICHOLSON, 2000), atrelados a um ensino de história sensível às desigualdades de gênero e orientações do desejo que perpassam o espaço escolar e as aulas de História (LOURO, 1997, 2001; SEFFNER, 2016; PEREIRA; SEFFNER, 2018).

Remetendo-nos à conceituação de Veiga e Guzzo (2016), trans-historizar, dessa forma, é dar visibilidade à trajetória sócio-histórica de pessoas trans e travestis e por extensão dissidências não hegemônicas contribuindo, atentas ao não silenciamento de seus protagonismos, rumo a uma pluralidade referencial a partir da premissa interseccional e identitária que funciona como atalho para evitar caminhos universalizantes já problematizados pelos estudos feministas desde os anos 80. (VEIGA; GUZZO, 2016).

Ao observarmos a trajetória feminista e mesmo o movimento negro perceberemos o quanto a organização social de diversos segmentos foi responsável por pressionar o espaço acadêmico para que as temáticas raciais e feministas adentrassem nesses espaços mesmo que no início isso tenha ocorrido na condição de objetos (e não sujeitos) nos estudos históricos. Não tardaria para que tais atrizes e atores sociais reivindicassem espaços de enunciação e mesmo o direito de falarem de si mesmos, por si mesmos. Novas epistemologias dissidentes emergem e trazem um olhar outro sobre a História.

O mesmo se dá quando nos debruçamos sobre os movimentos LGBTQIA + e transfeministas lançando luzes sobre novas perspectivas interseccionadas e situadas enquanto pesquisadoras e pesquisadores em seus respectivos lugares de fala. (RIBEIRO, 2016). Luma de Andrade, Megg Rayara de Oliveira, Dayanna Louise, Sara Wagner York, Tiffany Odara, mulheres trans e travestis, e pesquisadoras em educação fazem emergir, na esfera acadêmica, debates inadiáveis sobre o tema: currículos, culturas escolares, violência, representação, docência, desobediência epistêmica, entre outros.

Partimos tanto de seus arcabouços teóricos quanto de suas vivências enquanto mulheres trans e travestis, com frequência lidas como gays afeminados no decorrer de sua vida escolar, estando esta última, marcada por um sistema de inteligibilidade social limitado e cisheteronormativo. As construções epistemológicas das autoras

citadas, trazem aos debates as vozes de toda "criança viada"¹⁵ que cruzou e cruzará nossos caminhos enquanto educadoras e educadores (alguns permanecerão com essa identidade, outros se auto identificarão de outras maneiras rejeitando o duplo batismo arbitrário).

E como o ensino de história tem respondido a essas provocações? Os relatos de Dayanna Louise Santos, Licenciada em História e pesquisadora em educação, em suas vivências enquanto estudante, sintetizam, com doses curativas de poesia, nos dão pistas do que tem significado a narrativa histórica escolar para estudantes com identidades trans e travestis:

Nas aulas de história, ouviu dizer que a conquista de direitos é decorrente de muito sangue derramado. O professor citou nomes, sobrenomes, datas e narrou com detalhes as façanhas destes sujeitos que transformaram adversidades em força: todos homens, ricos, brancos, heterossexuais e cisgêneros. Se afastar desses pontos qualificadores de humanidade é reduzir a capacidade de ingresso na esfera dos direitos e de reivindicá-los. (SANTOS, 2018, p.17-18).

A autora demonstra, sob uma perspectiva autoetnográfica, que o silêncio da História sobre identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas funciona como mais um dispositivo do saber-poder (FOUCAULT, 1988) que cristaliza uma condição abjeta no imaginário social e impacta na subjetividade do indivíduo, na promoção da convivência "mal e mal democrática". (ALVES, 2018. p. 72). Problematizar o passado que figura na narrativa histórica como recorte construído a partir do silenciamento de diversos sujeitos não alinhados com o projeto identitário ali proposto é evidenciar que a História não constitui um testemunho incontestado, imparcial do passado, nem é considerada impassível de revisões ou sujeita à crítica a dos sujeitos historicamente excluídos na construção dessas narrativas. Alinhamo-nos à perspectiva de Cubas (2017), para quem,

ao entendermos gênero como elemento conformador dos sujeitos históricos, é necessário demarcar que falamos sobre gênero por meio de conceitos que trazem consigo sentidos diversos e a partir de lugares generificados. Tratando-se do ensino de História, tais lugares são tanto a escola (através de seus currículos, práticas e espaços esquadrihados) quanto a própria História escolar que, através da

¹⁵ O termo é derivado da resignificação e posituação de fotografias de infância postadas por sujeitos internautas majoritariamente LGBTQIA+ no extinto tumblr "Criança Viada" (<http://criancaviada.tumblr.com>), criado em 2012 por Iran de Jesus Giusti com o intuito de, em tom divertido, expor a leitura míope, baseada na inteligibilidade social binária que as classificaria como crianças "afeminadas", e daí a aceção "criança viada". De certa maneira, as fotografias eram mobilizadas para resignificar uma vivência dissidente desde a infância. (GONZATI; MACHADO, 2018) Vide: https://medium.com/@Irangiusti_/como-o-crian%C3%A7a-viada-virou-milit%C3%A2ncia-motivo-de-histeria-reacion%C3%A1ria-e-um-crime-e97b50a12f8b

eleição de determinados conteúdos em detrimento de outros, oficializa o que é ou não socialmente importante a respeito do passado. (CUBAS, 2017, p. 84-85).

Cubas (2017) nos provoca a pensar que essas temáticas correm nos trilhos da transversalidade no ensino de História, quando na verdade, se gênero é o extrato primeiro que nos concede inteligibilidade social (SCOTT, 1995), é dele que devemos nos apropriar para toda e qualquer análise historicizando-o, sobretudo para desnaturalizá-lo, inscrevê-lo em relações e disputas de poder que marginalizam e patologizam alguns e normatizam outros. Delegar à biologia o privilégio e legitimidade última em tratar dos temas das identidades gênero e orientações do desejo não hegemônicas é negar as desigualdades sociais que regulam essas relações também na escola.

Ao abordarmos nas aulas de história o contexto de fins do século XIX e início do século XX, por exemplo, teremos acesso facilitado a registros e materiais didáticos que nos permitem problematizar teorias racistas criadas na esfera das ciências biológicas usadas para legitimar ações violentas do estado calcificando um racismo institucional, colonial. No entanto, nesse mesmo contexto, não há sinais de problematizações sobre as também preconceituosas teorias do mesmo período que patologizaram corporalidades, sexualidades e subjetividades não hegemônicas fazendo pairar no imaginário social que a interssexualidade, a homossexualidade e a transsexualidade são condições físicas ou psicológicas passíveis de cura. Não surpreende que propostas como a de "cura gay" permaneçam retornando às pautas políticas legislativas rotineiramente em pleno século XXI.

Os conceitos de normalidade e anormalidade que marcam (o outro) e naturalizam (o eu) no espaço escolar foram problematizados por Louro (1997). Para essa autora, tão importante quanto apresentar a diferença na educação, desconstruir os mecanismos que lhes conferiram historicamente significados é imprescindível. (LOURO, 1997). Para nós, desnaturalizar o processo classificatório e binário que demarca a cisheteronormatividade enquanto regra é quebrar o ciclo da repetição irrefletida, esgarçando os processos discursivos que a compõem e os mecanismos que a sedimentam através da narrativa histórica esclar.

Tomemos os PCNs, como, de fato, parâmetros de análise: no corpo do texto datado de 1997 considera-se a importância da História no processo identitário constitutivo dos sujeitos bem como no respeito à diferença e à pluralidade cultural

presente em todo e qualquer espaço de convivência social. Reflitamos: o que faz e tem feito do ensino de História um espaço em que a diversidade cultural raramente é entendida no âmbito das identidades de gênero e orientações do desejo? Os impactos de uma perspectiva limitada do gênero recaem sobre a educação escolar à medida que definições biológicas ainda reverberam sobre as noções de identidades de gênero como fatos pré discursivos, não passíveis de problematização ou mesmo de uma gênese cultural da diferença. (SILVA, 2000).

A memória de vivências coletivas, redes de apoio e parentalidade de travestis, transsexuais, transgêneros, gays, lésbicas dentre outras está impressa nos usos dos espaços públicos enquanto espaços de sociabilidades diversos, articulação política, nas intervenções estéticas e performáticas diversas LGBTQIA+, uma complexa e rica produção cultural no cinema, teatro, música etc. Com importantes pesquisas empreendidas desde os anos 80, no entanto, estas não se converteram em uma história escolar que garanta a esses sujeitos um acesso à memória enquanto posituação de suas identidades e exercício de cidadania (OLIVEIRA; FREITAS, 2012).

Debruçemos-nos sobre o seguinte questionamento feito por Oliveira e Freitas (2012): "As matrizes que fundamentam os instrumentos de avaliação nacional da aprendizagem em história, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio, são representativas do conjunto das propostas curriculares em vigor?" (OLIVEIRA; FREITAS, 2012, p.297). A pergunta nos leva direto para as questões levantadas também por Cubas(2017) em seu artigo Gênero e ensino de história: demandas de um tempo presente.

Destacamos o debate sobre a questão do ENEM 2015 que despertou intensa polêmica por abordar os estudos feministas e a emergência da militância LGBTQIA + através da clássica citação de Simone de Beauvoir "não se nasce mulher, torna-se". Cubas (2017), contrapondo a questão aos embates em torno dos PNEs que terminaram por suprimir gênero e sexualidade na redação dos seus textos finais, apresenta a demanda por discussões nos estudos de gênero para o ensino de história que rompam com o monolito ainda vigente qual seja, a identificação exclusiva com uma história das mulheres (CUBAS, 2017) cishetrocentrada, digamos. Rememoremos ainda outra questão que emerge no ENEM 2018 acerca do dialeto travesti, o pajubá, nas provas de linguagens, apresentando a interação em nada estática dessas subjetividades com o arcabouço simbólico linguístico vigente.

Ao cruzarmos o questionamento de Oliveira e Freitas (2012) com as reflexões de Cubas (2017) percebemos que a História escolar ainda está significativamente apartada dos debates acadêmicos, o que nos leva a corroborar com o pensamento de Pereira e Seffner (2018), para quem "o tempo da disciplina escolar aproxima-se mais do conjunto de representações do senso comum do que do tempo da pesquisa" (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p.118). Parece-nos que o ritmo da escola responde ainda a demandas diversas seja das famílias, das igrejas e/ou do estado. Percebemos em currículos e, como vimos, nas propostas no âmbito do Mestrado Profissional em História (Profhistória) uma tímida abordagem das questões de gênero na perspectiva de sujeitos LGBTQIA + embora esses tenham sido protagonistas nos embates em torno dos PNEs nos últimos anos.

Parece-nos claro que a ausência de propostas para sanar tais lacunas no ensino de história coadunam-se com um projeto de país mantido pelos aparatos reguladores de estado, materializados nos PNEs e na BNCC, ou seja, suprimir as definições de gênero e sexualidade quando estas passam a dar lugar a outros sujeitos dissidentes diante da estrutura cisheteronormativa da educação brasileira.

As pistas que explicam uma pouco efetiva associação entre uma renovação historiográfica e sua materialização no ensino de história em níveis de educação básica foram levantadas por Caimi (20015), para quem

[...]muitas das demandas não são subsidiadas na formação inicial nem acompanhadas da necessária formação em serviço dos professores[...]; permanece escassa a relação/interlocução entre os cursos de formação e as práticas escolares, o que resulta em acentuada dissociação teoria-prática. (CAIMI, 2015, p.111).

No ato de ensinar, alinhamo-nos com as ideias de Caimi (2015) que acredita ser o professor o mediador: "o que ensinamos cotidianamente nas escolas é uma adaptação transfigurada de forma pedagógica da cultura disponível na sociedade" (CAIMI, 2015, p.116). Essa adaptação transfigurada tem se dado na reiteração de parâmetros conservadores nos aparatos reguladores do estado. Com a emergência cada vez mais visível de identidades de gênero e orientações do desejo não hegemônicas no espaço escolar, pensamos que, em sentido oposto, o ensino de história deve ser compromissado politicamente com a construção de espaços de convivência democrática, pautada na positivação de identidades subalternizadas a partir da desnaturalização de hierarquias historicamente construídas.

Cabe então a reflexão: que culturas temos escolhido (hegemônicas ou

subalternizadas?) em detrimento de outras para dar vida nas aulas de história? E com que intenções quando nos debruçamos sobre os estudos de gênero e sexualidades no ensino de história? Se tantos sujeitos femininos já emergiram nas arenas políticas, porque insistirmos em uma ainda excludente história das mulheres cisheterossexuais nas relações de gênero? Porque gays e lésbicas permanecem invisíveis depois de inumeráveis estudos historiográficos que produziram um robusto acervo sobre essas atrizes e atores sociais?

A reflexão acerca da condição de outridade (RIBEIRO, 2016) atribuída a mulheres negras e lésbicas dentro dos movimentos feministas nos levaram a investigar as gradações hierárquicas dentro dos estudos de gênero, fazendo emergir novas epistemologias negras e do sul global; a emergência de mulheres lésbicas e igualmente de mulheres trans é um convite à ampliação do quadro de representatividade que necessita figurar no ensino de história. Corroboramos com as ideias de Odara (2020), para quem "a escola precisa assumir o seu real papel, que é transformar o que está imposto e exposto nesse contexto de desrespeito e desvalorização da diferença". (ODARA, 2020, p.82).

Quando investigamos o tema a microscópio percebemos que as ausências (de materiais didáticos, formação continuada, formação inicial) por vezes fundamentam as alegações de não abordagem temática pelas educadoras e educadores. No entanto, para Odara, (2020, p.86-87), "existe um olhar altamente excludente e marginalizado, principalmente no contexto escolar, que se manifesta através da práxis de alguns docentes e do próprio currículo". Como currículos e legislações não tem pressionado efetivamente para a abordagem das temáticas nas aulas de história, relega-se ao voluntarismo daqueles docentes que de alguma forma são sensibilizados e compromissados politicamente com a questão, mesmo que essas iniciativas tragam alguns equívocos típicos de quem ousa fazer, nas tentativas viscerais de sanar ausências.

Entretanto, nos interessa aqui identificarmo-nos criticamente na condição de professoras e professores e para isso é fundamental que reflitamos, nas palavras de Cubas (2017, p.80): "em que medida a existência de uma história oficial escolarizada e sexista afasta-nos da possibilidade de percebermos nossa própria historicidade?". Assim, como Pereira e Seffner (2018) advertem, tomemos os contextos nos quais tanto estudantes, quanto professores e comunidade escolar estão inscritos para balizar as análises da construção da narrativa histórica escolar e a reboque, sua

receptividade não estática pelos sujeitos que com ela interagem, por vezes negando-a ou resignificando-a à luz de suas referências múltiplas enquanto ser social. Assim, é fundamental que percebamos e iniciemos um processo inesgotável, autocrítico e auto vigilante de desconstrução que nos conduza à revisão de preceitos internalizados involuntariamente, uma vez que os contextos educativos aos quais fomos expostos nos localizam também sob a influência de um mundo simbólico misógino e homotransfóbico, cirurgicamente internalizado através de nossa própria formação escolar e acadêmica. (CUBAS, 2017).

Por fim, é importante ressaltarmos que conceitos como gênero (ultimamente agarrado a uma visão deturpada de ideologia), democracia, sexualidade, homossexualidade, transsexualidade (e os pavorosos homossexualismo e transsexualismo) adentram o espaço escolar por outras vias que não a acadêmica. É necessária uma prática incansável e perene como educadores para construirmos por vezes, o único contraponto a concepções deturpadas, conservadoras e fundamentalistas que agem no sentido da manutenção de privilégios de alguns grupos sobre outros.

Pensar que uma educação transfeminista parte da segregação e simples inversão acrítica de hierarquizações é minimizar a subversão à ordem normativa de gênero alicerçada em pressupostos horizontalizados proposta pelo transfeminismo que desloca, por princípio, o referente universal (homem cisheterossexual) com o qual seguimos trabalhando historicamente, estruturado por uma educação ocidental e colonial.

Não podemos negar as disputas de poder que se processam ainda no espaço escolar, algumas desnudadas pelos discursos produzidos contra práticas educativas libertadoras, alguns capazes de representar professoras e professores como inimigos sumários, manipuladores que desejam acabar com os fundamentos religiosos das famílias. É fundamental que nos inspiremos na insurgência de muitos estudantes que ousam romper com a ordem, alguns usando da epistemologia do barraco (SILVA; SOUZA, 2017), outros hackeiam os algoritmos e reivindicam espaços de convivência efetivamente democrática. Alimentemo-nos assim, da pedagogia da desobediência (ODARA, 2020) que "carrega em seu bojo elementos elaborados a partir da insubmissão a uma ordem cisgenerificada, que vem valorizando uma única maneira de ser e estar no mundo [...]". (ODARA, 2020. p.89).

3 RELAÇÕES DE GÊNERO, DISPUTAS DE NARRATIVAS E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQs)

O objetivo deste capítulo é identificar e analisar as disputas de narrativas referentes às questões de gênero e orientações do desejo na trajetória sócio histórica das histórias em quadrinhos, desde a instabilização do pacto narcísico da masculinidade na nona arte, à polifonia identitária no alvo da cisheteronormatividade. Lançando luz às dizibilidades trans e travestis com tintas e cores transfeministas em HQ, construímos pontes dialógicas que advogam pelo estreitamento das relações entre o uso HQs como recurso didático no ensino de História através das narrativas de si com base no currículo narrativo que mira na construção de consciência histórica.

3.1 "DIREITO BUROCRÁTICO DIVINO": a dominação masculina na nona arte.

O uso das HQs no ensino de História tem sido comumente mobilizado enquanto fonte - em uma narrativa que reflete o contexto no qual foi produzida - ou como meio de disseminação do conhecimento histórico, através de ambientações, roteiros, personagens e referências múltiplas à historiografia. (BONIFÁCIO, 2005). Na qualidade de recurso didático institucionalizado, sua presença é recente no Brasil e aqui buscamos problematizar as representações de gênero e sexualidades e os tensionamentos gerados por algumas dessas narrativas, além de discutirmos seu potencial pedagógico como um produto da cultura de massas, para o ensino de História.

O desafio de precisar o surgimento das histórias em quadrinhos, parte da diferenciação necessária a se fazer entre a forma como as conhecemos hoje e sua definição conceitual. Se partirmos da caracterização de Eisner (1989) para quem representam um tipo de "arte sequencial", uma "forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens ou palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia" (EISNER, 1989, p.5), essa concepção pode parecer muito abrangente, como o foi para McCloud (1995) que, após uma sucessão de recortes, definiu-as como "imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador" (McCLOUD, 1995, p.9).

Tendo em mente a proposta de McCloud, muitos registros nos levam a remotos

períodos da história, dos mais diversos povos (egípcios, astecas, japoneses, dentre outros) nos quais narrativas com essas características podem ser encontradas. Apesar de não precisarem um marco temporal de nascimento dos quadrinhos, é consenso entre os autores que o advento da imprensa foi fundamental para sua socialização ao longo do século XIX na Europa, abrindo caminhos para a sua subsequente transformação em artefatos de comunicação de massas, forma como se apresentam nos dias de hoje (McCLOUD, 1995; EISNER, 1989).

A publicação suíça *Histoires em Estampes*, de Rodolphe Topffer (1846), a alemã *Max und Moritz*, de Wilhelm Busch (1865) e, no Brasil, *As cobranças*, de Angelo Agostini (1867), são, para alguns autores, obras precursoras do que se tornariam as histórias em quadrinhos. A partir de 1897, essas narrativas contariam pela primeira vez com uma estrutura base que reconhecemos em algumas obras: "sequencialidade, personagem fixo, diálogos escritos em balões e onomatopéias" (CHINEN, 2014, p.40). Chamadas inicialmente de comics ou funnies, devido ao seu caráter humorístico, as HQs passaram a povoar as publicações de domingo em grandes jornais no começo do século XX.

Embora as histórias em quadrinhos tenham surgido na Europa a partir do aprimoramento das técnicas de tipografia, é provindo dos Estados Unidos, durante a primeira metade do século XX, que a nona arte alcança proporções multicontinentais. As primeiras histórias gestadas nesses territórios foram pensadas para atrair o filão de novos consumidores, semialfabetizados e imigrantes, com pouca familiaridade com o idioma nativo (GOIDA, 1990, p.9). A *Yellow Kid* estreou no cenário editorial em 1897 e tem sido apontada como a primeira delas, narrando as peripécias do menino amarelo e sua turma, trazendo ao mercado estadunidense as crônicas da vida ordinária de seus protagonistas como nos mostra Selma Bonifácio:

Nas lâminas dos jornais, Outcalt retratava cenas cotidianas de um cortiço nova-iorquino. Eram representadas crianças negras, brancas, imigrantes, trabalhadores e uma série de elementos que, apesar de atuarem como críticas sociais eram retratadas, normalmente, de forma leve e divertida. (BONIFÁCIO, 2005, p.74).

Nascem assim, as histórias em quadrinhos: a preços módicos, e por isso, acessíveis e preferencialmente consumidas pela população de baixa renda, retratando diferentes vivências sociais, étnicas e econômicas das periferias estadunidenses. Essas representações de sujeitos subalternizados naquele contexto, não passaram incólumes à crítica da intelectualidade conservadora que tratou de

considerá-las um conteúdo problemático, de mau gosto, não recomendável.

A questão sociocultural no desprezo das elites intelectuais pelos quadrinhos torna-se nítida quando um pouco mais tarde, em 1902, Oultcalt cria seu novo personagem, *Buster Brown*. O antagonismo era evidente: enquanto o menino amarelo, era "imigrante, órfão, garoto de rua e morador de um beco" (BONIFÁCIO, 2005, p.76), *Buster Brown* era um retrato da infância da alta burguesia norte-americana, e ao contrário do seu antecessor, foi muito bem recebido pela crítica.

Essas contradições demonstram como as HQs, a exemplo de outros produtos da indústria cultural, não estiveram alheias ao contexto sociopolítico que orbitava sua produção. Desde seu surgimento, essas publicações emergem de arenas editoriais nas quais objetivos diversos disputam espaço com interesses mercadológicos e determinam o tipo de narrativas veiculadas em consonância ou resistência aos projetos de nação que se tentava consolidar.

A mundialização das HQs ganhou fôlego já na primeira década do século XX, quando testemunha-se a criação dos syndicates e sua influência no processo de produção, difusão e distribuição dessas publicações. Além de arregimentarem artistas, disporem dos direitos autorais sobre determinados/as personagens e roteiros e assim promoverem uma produção em massa dentro e fora do país, os syndicates atuavam como uma espécie de organismo regulatório, uma vez que se responsabilizavam também por filtrar conteúdos textuais e iconográficos subversivos. Filtros obedientes a critérios morais e perfeitamente atrelados aos ideais conservadores da sociedade norte americana em princípios do século XX, como aponta Furlan (1985):

[...] as histórias não deve[riam]m ofender nenhum leitor; não deve[riam]m conter palavrões explícitos, que poderão ser substituídos por sinais convencionais; não deve[riam]m conter sugestões de **imoralidade**; deve[riam]m evitar controvérsias quanto à religião, raça ou política; deve[riam]m evitar cenas de violência com mulheres, crianças e animais; não deve[ria]m incentivar o crime, que será sempre punido (FURLAN, 1985, p.28, grifo nosso).

A censura dos syndicates implicava em um bloqueio na difusão de algumas HQs no mercado e, embora houvesse certa pluralidade temática, dentre as quais destacavam-se a fantasia, mitologia e ficção científica além das peripécias dos garotos travessos (CHINEN, 2014), na primeira década desse século, diversos temas foram relegados à implicitude pela patrulha da moral e dos bons costumes. O discurso supostamente bem intencionado nos conduz a um cenário idílico, e, portanto irreal,

onde não há espaço para as contradições típicas de uma sociedade capitalista, racista, xenofóbica, machista, cisheteronormativa e majoritariamente cristã.

Chama-nos atenção aqui pensarmos sobre tudo o que é passível de habitar a imoralidade, assentada nesses referenciais, nos quais quaisquer manifestações não normativas como a homossexualidade, a transexualidade, ou o livre exercício da sexualidade feminina, eram classificadas como abominosas, ao mesmo tempo em que assiste-se à patologização dessas subjetividades no âmbito das ciências naturais, como vimos no capítulo 2.

No Brasil, a primeira publicação no formato revista em quadrinhos foi a O Tico Tico, focada no público infantil com marcadores de gênero muito bem delimitados. Produzida pela editora O Malho, aos moldes do sucesso editorial norte americano, a publicação replicava personagens como Buster Brown - transformado aqui em Chiquinho - além de outras figuras criadas nacionalmente como Zé Macaco e Faustina, de Alfredo Storni; Réco-Réco, Bolão e Azeitona, de Luiz Sá que atuavam como coadjuvantes nessas narrativas importadas. (LACHTERMACHER; MIGUEL, 1985, p.41-42). As importações também caracterizavam seções pensadas para meninas, inspiradas e por vezes replicadas de publicações estrangeiras como a revista francesa *La Semaine de Suzette* destinada a meninas de 8 a 14 anos. (PATROCLO, 2020).

Criada em 1905, no contexto do recém-instaurado sistema republicano brasileiro, O Tico Tico exalava valores cívicos e disciplinares calcados nas premissas positivistas que legitimavam politicamente o novo regime. Pedagogizado através das histórias em quadrinhos, esse ideário recaía sobre os infantes, criando uma atmosfera nacionalista na qual os papéis de gênero deveriam ser legitimados e reconfigurados para garantir o seu pleno funcionamento atrelado ao modelo sociocultural que desejava se impor. Assim, a devoção feminina à família passava a ser apresentada não apenas como inata, como também necessária à manutenção do novo projeto de nação, de modo que o bello sexo e o sexo forte tinham diferentes deveres cívicos já desde a infância. (PATROCLO, 2020).

A dicotomia bello sexo versus o sexo forte sublinhada em alguns editoriais da revista, testemunha - como signos desse enquadramento generificado -, o condicionamento das meninas ao mundo do cuidado e à objetificação e dos meninos à imposição da vida pública e da masculinidade repressora. (PATROCLO, 2020). Analisando uma das histórias publicadas na revista, O inimigo das mulheres de 1909,

chamam-nos à reflexão, as formas com as quais são representados os gêneros e, sobretudo, o teor exemplar contido em seu desfecho.

Em *O inimigo das mulheres* (Figura 1), a narrativa flui a partir da interação entre dois irmãos (Lulu, e sua irmã que, se quer, chega a ser nomeada). Ao longo da história, o menino vangloria-se da condição masculina e deprecia sistematicamente as mulheres com falas ultrajantes como “Não gosto das mulheres [...] São umas vadias, não fazem coisa alguma, ao passo que nós homens não cessamos de trabalhar”. (PATROCLO, 2020. p.100). Por fim, o menino se machuca e é sua irmã quem parte em seu socorro, lhe fazendo curativos e amparando-o. Ao fim, encerra-se a história, com a veiculação, à guisa de moral, da seguinte sentença: “Sua irmã tratou-o pacientemente, mostrando-lhe que as mulheres são boas e servem para alguma coisa”. (PATROCLO, 2020, p.100).

As intenções são nítidas quanto aos papéis sociais a serem replicados por meninos e meninas: aos homens, o exercício de oprimir e subalternizar as mulheres, coadunando-se em perfeita ordem com a mulher que deve conformar-se aos papéis de cuidados e silenciamentos, únicos capazes de lhes garantir algum valor social.

Para além das narrativas com mensagens moralizantes, o recorte de gênero e seus abismos evidenciavam-se na *O Tico tico*, tanto nas seções destinadas nominalmente a meninas (seção para meninas, moda para nossas leitoras, figurinos para nossas leitoras) quanto nos concursos promovidos pela revista. No primeiro deles intitulado *O que é que o menino quer ser?* as regras de exclusão do gênero feminino eram claras e uma advertência feita pelos editores para que as meninas não “se zangassem ou fizessem pirraça” (PATROCLO, 2020), encerrava os questionamentos, com a promessa de que mais tarde, haveria outros concursos exclusivos para o gênero feminino.

Figura 1 - O inimigo das mulheres



Fonte: O Tico Tico. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1909 - p.1

Desse modo, eram demarcados os espaços passíveis de ocupação pelo público feminino e paralelamente, falseava-se uma automática e natural aptidão para a vida pública no mundo do trabalho pelo gênero masculino, sedimentando a ideia implícita de que às mulheres não caberiam aspirações profissionais.

Assim como na O Tico-Tico, a reprodução de personagens norte americanas vigorava em outras publicações do gênero no Brasil, a exemplo da revista Gazeta Infantil (ou Gazetinha), que estreou em 1929 e trouxe histórias do Gato Félix de Pat Sullivan, O Sonho de Carlinhos, uma adaptação de *Little Nemo in Slumberland*, de

Windsor Macay e As aventuras do Fantasma, criados por Lee Falk. O mesmo aconteceu com a revista Gibi e com o Suplemento Juvenil, lançados na década de 30, tendo esse último, trazido à vida, em território nacional, os clássicos personagens Flash Gordon, Jin das Selvas, Tarzan, Mandrake, dentre outros.

Considerados a idade de ouro dos quadrinhos, os anos 30 evidenciavam a franca expansão dos produtos culturais norte-americanos pelo mundo em contraste com a debilitação das produções européias, recém-saídas do caos provocado pela Primeira Guerra Mundial. Enquanto na Europa, a criação de Hergé, Tintin (1929), destacava-se pelas aventuras de seu protagonista viajante - difundindo, a reboque, uma visão racista e subalternizante sobre africanas/os e outros povos - a inserção dos estúdios Walt Disney, em fins da década, somava-se na difusão do estilo americano de viver, com princípios não só capitalistas, imperialistas, individualistas mas, necessariamente, masculinos, brancos, do norte global e cisheterossexuais, alastrando-se tanto no mercado interno estadunidense quanto em outras partes do mundo, como aponta Chinen:

Ainda que os autores fossem orientados pelos syndicates a abordar temas de interesse universal para que as tiras pudessem ser traduzidas e compreendidas em outros pontos do planeta, naturalmente, elas refletiam os valores e a ideologia americana, que acabaram tendo nos quadrinhos uma importante ferramenta de disseminação. (CHINEN, 2014. p. 42).

A exportação dessas histórias, como podemos notar, não esteve em nada isenta da propagação de um modelo específico de sociedade, muitas vezes, ignorando ambientações e divergências culturais difíceis de serem transpostas para outros contextos sociohistóricos. Como consequência, a construção de um imaginário coletivo pautado em simbologias transplantadas de contextos norte americanos implicaram na propagação desses referenciais através da ação tentacular dos syndicates.

Esses princípios, gestados no contexto estadunidense, não podem ser apartados da política externa imperialista que abrangia a conquista de mercados consumidores também através da disseminação de produtos culturais. Com o avanço dos conflitos que desembocariam na Segunda Guerra Mundial, em fins da década de 30 e durante os anos 40, assistimos à proliferação da propaganda ideológica de estado cada vez mais escancarada, nas recém chegadas narrativas de super heróis, quando personagens como Superhomem, em 1938, e Batman, em 1939, passaram a

estampar capas de revistas e ditar os rumos da Superaventura.

Em função de interesses ideológicos de estado disseminados nessas publicações, construir na ficção uma atmosfera de nacionalismo e polarização que povoasse o imaginário de adolescentes e jovens soldados, tornou-se parte das ações do governo Roosevelt, junto às editoras de quadrinhos promovendo uma avalanche de super heróis (cerca de 400), criando a cena da Superaventura no país. (FEIJÓ, 1997, p.41).

Nesse cenário, o Superhomem surge encarnando um ideal de masculinidade hegemônica, pautada na manutenção do *status quo*, combatendo os inimigos da ordem, personificando aquilo que Humberto Eco chamou de modelo de heterodireção. Um homem heterodirigido, em suas palavras, é

un hombre que vive en una comunidad de alto nivel tecnológico y dentro de una especial estructura social y económica (en este caso, basada en una economía de consumo), al cual se sugiere constantemente (a través de la publicidad, las transmisiones de televisión, y las campañas de persuasión que actúan en todos los aspectos de la vida cotidiana) aquello que debe desear y cómo obtenerlo, según determinados procedimientos prefabricados que le eximen de tener que proyectar arriesgada y responsablemente. En una sociedad de este tipo, la misma elección ideológica viene 'impuesta' a través de una circunspecta administración. (ECO, 1984, p.275).

Claro está que quando Eco usa o termo heterodireção não se refere necessariamente à heterossexualidade compulsória, entretanto, no modelo de sociedade no qual o mito do super homem é inserido, tanto a heterossexualidade quanto a cisgeneridade estão naturalizadas a ponto de figurarem como experiências únicas possíveis no rol da normalidade, de modo que o Superhomem é heterodirigido quanto ao que deve desejar, seja no âmbito do consumo e dos valores sociais, seja no âmbito dos afetos, da sexualidade, e mesmo da sua corporalidade.

O corpo hiperbólico do super herói maximiza ainda um padrão inalcançável que dispara a esteira na qual homens estariam sugestionados à corrida *ad infinitum* para alcançá-lo. Ao mesmo tempo, esse corpo está permeado por simbolismos que contém um discurso generificado. (SCOTT, 1995). A força, associada ao corpo musculoso opera, em uma relação sinonímia, com o exercício de poder que advém dela, e por isso, é pensada socialmente como locus privilegiado do homem cisgênero e heterossexual. Já os homens que não correspondem a esse padrão de corporalidade são relegados à coadjuvância ou aos abismos povoados pelos vilões (BEIRAS *et al.*,

2007).

Da mesma forma, corpos masculinos abjetos (onde habitam gordos, homens com deficiência, com cicatrizes, dentre outras características) cumprem com seu papel exemplar nas teias da abjeção (KRISTEVA, 1980), figurando como alertas personificados de fracasso social nessas narrativas (BEIRAS *et. al.*, 2007), como apontam Beiras, Lodetti, Cabral, Toneli e Raimundo:

Corpos que salvam o mundo (ou os EUA), corpos que tentam destruí-lo, corpos que são defendidos por um herói, corpos que apenas figuram na história, etc. Observamos, nessas narrativas, que diferentes funções são atribuídas a diferentes corpos, e que tais atribuições estariam, por sua vez, relacionadas a valores e normas histórica e culturalmente construídas em torno dos sujeitos masculinos (BEIRAS *et. al.*, 2007, p.65).

Paralelamente, o herói na fase pré-capa/pré-máscara (WESCHENFELDER; YUNES; FRADKIN, 2020), quando não está dotado de superpoderes, é repleto de inseguranças e vulnerabilidades que ao mesmo tempo, aproximam, por espelhamento, o leitor e reforçam a prescrição social para o gênero masculino, de modo que esses aspectos estejam cuidadosamente suprimidos no exercício da performatividade masculina (BEIRAS *et al.*, 2007; BUTLER, 2019; ALBUQUERQUE JR, 2020). Assim, Clark Kent, encarna o disfarce perfeito para um ser dotado de força descomunal, inteligência e senso do dever, que precisa camuflar-se no mundo dos humanos, fracos e vulneráveis.

Ao passo que o protótipo de masculinidade hegemônica representado pelo Superhomem atua como mais um recurso pedagógico nesse processo de conformação a um modelo de sociedade, com papéis de gênero sedimentados antes mesmo de seus nascimentos (ECO, 1984), o pré e o pós-capa parecem digladiarem-se na constituição das masculinidades possíveis na pós- modernidade.

A ascensão do feminismo e dos movimentos LGBTQIA + fizeram emergir outros parâmetros para o ser homem, que vão do acolhimento das vulnerabilidades ao rompimento com a cisheteronormatividade compulsória. O corpo lido como naturalmente masculino deixa de ser o único e obrigatório referencial de masculinidade e quando as tecnologias de fabricação da realidade objetiva estão acessíveis para processos outros de generificação (PRECIADO, 2018), as engrenagens da história dão sinais de movimento na resignificação das corporalidades, como demonstra Albuquerque Jr:

Cada ser humano possui o corpo que sua cultura permite, que sua ordem social prescreve e possibilita. Possuir um corpo depende de um aprendizado, de processos educativos, de pedagogias que atuam no cotidiano e nos vários âmbitos da vida social. Portanto, uma visão meramente biológica, meramente naturalista do corpo humano não se sustenta. A biologia, a genética, a neurociência dão conta das carnes, mas nunca dos corpos, nunca dão conta daquilo que fazemos, que fabricamos com as carnes, que nos foram dadas no nascimento. (ALBUQUERQUE JR, 2020, p.261).

Desse modo, percebemos que as representações do Superman¹⁶ nas HQs, enquanto artefatos da cultura de massas, estiveram durante quase 70 anos atreladas a um modelo de masculinidade e corporeidade lida como masculina que, por oposição, condicionam os lugares das mulheridades e corporeidades lidas como femininas já que, como salienta Scott (1995), o processo de generificação se dá mutuamente, nas relações sociais travadas e hierarquizadas entre homens e mulheres.

Ao mesmo tempo, conforme nos mostra Gallas (2011), pesquisas realizadas na década de 1970 por Spriegelman, no livro *Bande Desinée et Figuration Narrative*, dão conta de que 72% dos personagens das histórias em quadrinhos eram do gênero masculino, e que os valores mais apreciados eram a inteligência, 84% e a força, 73% (GALLAS, 2011). Não bastassem os lugares de enunciação serem majoritariamente masculinos, homens brancos cisheterossexuais, das classes médias urbanas estadunidenses representavam, na ficção, o universo simbólico masculino, repleto de auto valoração, de modo que positivassem a si mesmos, replicando modelos de masculinidades que se retroalimentavam.

Responsável por forjar uma ambiência propícia para a proliferação dos super heróis, a propaganda política estatal, entre os anos 30 e 50 no ocidente, respirava

¹⁶Em 2021, o Superman no auge de seus quase 70 anos de existência, envolveu-se em polêmicas que inundaram as redes sociais após o anúncio feito pela DC Comics no qual o novo Superhomem (o personagem Jon Kent, seu filho que teria herdado o posto do pai Clark Kent), assumiria sua bissexualidade na próxima edição do quadrinho, a '*Superman: Son of Kal-El*', nova série do super-herói. As opiniões dividiram-se entre os que aplaudiram a inserção de um personagem LGBTQIA+ na narrativa e outros que reagiram negativamente, invocando uma identidade heterossexual "original" do super herói, acusando roteiristas de "profanarem" a memória do homem de aço. Marcos Roberto Heck, autor do site Jamesons, voltado para a cena dos quadrinhos, diagnosticou alguns desses comentários como parte de um fenômeno marcado pela superficialidade no conhecimento da narrativa, questionando se os questionamentos provinham de "leitores de quadrinhos ou leitores de manchetes?" (HECK, 2021), uma vez que grande parte dos comentários negativos pareciam aterem-se à manchete, sem se darem conta de que o personagem em questão era o filho do Clark Kent e não ele próprio. Nota-se que, no universo dos quadrinhos, o fenômeno dos leitores de manchetes que ignoram os contextos das narrativas em questão tem sido cada vez mais comum, sobretudo em interações nas redes sociais.

nacionalismo e atuava na sedimentação de uma cultura bélica e androcêntrica. Paralelamente, os movimentos sociais questionavam a ordem vigente reivindicando, a partir de seus lugares de enunciação, a ocupação de espaços de poder na esfera pública e privada por dizibilidades outras, que irão emergir também nas narrativas em quadrinhos.

3.2 "MIRA DE CABEÇAS-PALAVRA": a polifonia identitária no alvo da cisheteronormatividade.

A publicação de *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir, a herança do movimento sufragista e a articulação feminista em torno da plena emancipação e empoderamento das mulheres nos anos 40, tensionaram os debates também no universo das HQs com o surgimento de personagens que refletiam esses embates na ficção. Mulheres como a emblemática Mulher Maravilha de William Moulton Marston (1941), personificaram as irreversíveis transformações sociais em curso.

Embora não seja considerada a primeira super heroína (Miss America, Miss Fury e Phantom Lady lhe precederam), a Mulher Maravilha agitou a cena da superaventura por romper, como nenhuma de suas antecessoras, com uma série de papéis de gênero e protagonizar uma narrativa intencionalmente pensada como recurso pedagógico para disseminar ideias feministas. (LIMA, 2019). Contextualizarmos o surgimento da personagem, passa necessariamente por lançar luz às aproximações de Marston junto aos feminismos bem como às suas defesas públicas da homossexualidade, transgeneridade, fetichismo e sadomasoquismo. (LIMA, 2019). No entanto, pensamos ser tão fundamental quanto, visibilzarmos a influência, em sua escrita, de mulheres como Elizabeth Sadie Holloway, Marjorie Wilkes Huntley e Olive Byrne, ativistas feministas com as quais o autor manteve relacionamentos afetivo sexuais.

Enquanto Sadie engajava-se na luta pela inserção das mulheres no espaço acadêmico e destacava-se como médica, Byrne pós graduava-se em estudos da contracepção e adotava uma performance masculina, o que em si era suficientemente disruptivo à época. Wilkes, por sua vez, "a quem Sadie Elizabeth atribuiu bastante importância na construção da mulher maravilha" (LIMA, 2019, p.69), compartilhou com o casal Sadie e Marston além da militância feminista, a preferência sexual pela prática

de *bondage* em esporádicos envolvimento afetivo sexuais com o casal. Mais tarde, Sadie, Marston e Byrnes formarão uma família que fugia às configurações tradicionais da família nuclear ocidental.

Detalhes das preferências sexuais de Marston, Sadie e Byrnes merecem nota, não por indicarem qualquer associação automática com a temática feminista, senão por transparecerem, com frequência, nas histórias da personagem, em referências BDSM (Bondage, Dominação, Sadismo e Masoquismo), que vão desde a estética, à frequência em que a Mulher Maravilha aparece amarrada nos quadrinhos. (LIMA, 2019).

Psicólogo de formação, Marston dedica-se à escrita dos roteiros da Mulher Maravilha com ilustrações de Henry George Peter, em 1941, recorrendo à mitologia grega, precisamente às amazonas, para dar vida à personagem, como nos mostra Lima (2019):

O Doutor Marston se inspira nessas famosas mulheres para criar uma sociedade feminina perdida de onde nasce a Mulher Maravilha, porém, longe de serem 'terríveis guerreiras' sem seus seios direitos 'viris amazonas' (como está no terceiro livro da *Ilíada*), Marston transmuta valores dessas mulheres para o que ele mesmo acredita ser uma naturalidade do gênero: o poder do amor. São uma utopia feminina do começo do século XX, principalmente por influência da obra *Woman and the New Race*, da Margareth Sanger. (LIMA, 2019, p.81).

Inspirado em teorizações dos movimentos feministas à época, a ode ao amor, considerado característica inata ao gênero feminino, era um discurso difundido por alguns segmentos do próprio feminismo, marcado pelos essencialismos e pela busca em delimitar fronteiras que localizassem o sujeito mulher, como parte do processo natural de amadurecimento do movimento, como vimos no capítulo 2.

É na edição de verão de 1942 publicada nos Estados Unidos que a narrativa de origem da personagem é apresentada, sendo replicada no Brasil apenas em 1975. (LIMA, 2019). Assim como na lenda grega, as amazonas, das quais a Mulher Maravilha descende, eram guerreiras, vivendo isoladas do mundo exterior na ilha de Themyscira (ou Ilha Paraíso) onde a presença masculina era vetada. Moldada do barro, a personagem ganhou vida a partir dos apelos de sua mãe, a rainha Hypólita. Os deuses então concederam à sua filha super poderes inspirados em outras divindades do panteão grego - a velocidade de Mercúrio, força de Hércules, sabedoria de Atena e a beleza de Afrodite (WESCHENFELDER; COLLING; 2011). O isolamento da super heroína, que passou a se chamar Diana, é interrompido quando a Ilha

Paraíso recebe um visitante inesperado:

Steve Trevos, piloto da Força Aérea Americana colidiu com seu avião na Ilha Paraíso. A Rainha Hipólita decretou que a amazona que vencesse diversas provas, teria a incumbência de levar Steve de volta aos EUA, e se tornaria uma campeã em nome das amazonas em território americano. Proibida de participar por sua mãe, Diana se disfarçou e ganhou a disputa que incluía lutas armadas sobre kangoos (espécies de canguru nativos da Ilha Paraíso), competição de corrida, e aparar balas com seus braceletes. A Mulher Maravilha adotou a identidade secreta de Diana Prince, uma enfermeira da Força Aérea norte-americana (WESCHENFELDER; COLLING, 2011, p.443).

O protagonismo da Mulher Maravilha destoa de representações femininas anteriores que comumente relegavam-nas à coadjuvância, esvaziadas de interesses e vontade própria. Característica de ampla iconografia que retrata a mulher em condição apenas figurativa, os quadrinhos refletiam, desde o seu surgimento, concepções sobre o feminino marcadas pela naturalização da sua subalternização. O fato de haver super-heroínas na nona arte anteriores à Mulher Maravilha, não desemboca necessariamente em narrativas empoderadoras e representativas. Para Lima (2019),

A República, a Opinião Pública, a Imprensa Livres, todas essas categorias foram representadas por imagens femininas bastante semelhantes entre si [...] Essas mulheres, não nos enganemos, eram símbolos especializados e não exemplos a serem seguidos, pois os exemplos eram outros. O comum e aceitável para as mulheres era de atender os papéis legitimados pela sociedade no século XIX: filha, esposa e mãe. De preferência que tivessem o adjetivo 'boa' lhe antecedendo em qualquer frase, qualificando seu comportamento e atendendo as expectativas de uma sociedade claramente sexuada. (LIMA, 2019, p.89).

Saindo de um lugar de fragilidade da mulher em apuros, a Mulher Maravilha era, de fato, a primeira personagem a romper com certos padrões de gênero. O sucesso era retumbante, entretanto, estava longe de ser uma unanimidade, incomodando alguns setores conservadores da sociedade estadunidense.

Em março daquele mesmo ano, a National Organization for Decent Literature, organização criada em 1938 por um grupo de Bispos Católicos, fez circular uma lista de publicações não recomendáveis a crianças e adolescentes, dentre elas estava a Mulher Maravilha, por não estar "suficientemente vestida". (LIMA, 2019, p.97). A autoridade conferida à época às ciências psi (psicologia e psiquiatria) ancorada nas palavras do próprio Marston, além do artigo basilar de Laretta Bender (psiquiatra

chefe do Hospital Bellevue) intitulado O Efeitos dos Quadrinhos na Ideologia das Crianças, agiram na dispersão temporária da contenda, mais tarde retomada nos contextos da Guerra Fria. (LIMA, 2019).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as disputas entre o bloco capitalista e socialista resultaram na repressão sistemática a artistas, acusados de difundirem ideias anticapitalistas, instaurando um clima de caça às bruxas nos Estados Unidos. (FEIJÓ, 1997). Ao mesmo tempo, a produção em quadrinhos europeia tentava se reerguer após o conflito e caminhava para a valorização do quadrinho nacional, tentando dissipar a presença massiva das publicações norte-americanas em seus territórios. A França, por exemplo, debruçava-se já em 1949 sobre projetos de lei que propunham uma produção em quadrinhos 100% nacional e embora a proposta tenha sido derrotada, a iniciativa transmutou-se na criação de uma comissão responsável por fiscalizar essas publicações para controlar a imprensa, impedindo que esta agisse "na corrupção da infância e da juventude" (FEIJÓ, 1997, p.46).

A preocupação com a corrupção de menores atribuída aos quadrinhos era compartilhada pelas elites intelectuais italiana, inglesa, alemã e mesmo a brasileira. (RAMA; VERGUEIRO, 2008, p.13). A ascensão de novas temáticas com narrativas engajadas como A Mulher Maravilha acentuou ainda mais a reprovação de certos setores da sociedade, dedicados a apontar as características nefastas dos quadrinhos que iam desde uma estagnação no desenvolvimento cognitivo de crianças e adolescentes até o inculcar de ideias subversivas nas mentes dos infantes, como aponta Feijó (1997) os quadrinhos,

Para muitos psicólogos americanos, era[m], junto com o tal de rock and roll, a causa da juventude transviada. Para os professores mais conservadores, uma preguiça mental, um meio de desestimular a leitura e empobrecer a cultura dos estudantes. Para os filósofos, uma forma de propaganda política ou de reforço de certos valores ideológicos (FEIJÓ, 1997, p.7).

A inabilidade em identificar os reais conflitos e contradições do capitalismo responsáveis pela delinquência juvenil nos Estados Unidos, levou à busca desenfreada por culpados, resvalando sobre os artefatos da indústria cultural. (FEIJÓ, 1997). Psiquiatras como Fredric Wertham, acusavam as HQs de gerarem, a partir do espelhamento inconsciente, comportamentos considerados marginais/patológicos, entre crianças e adolescentes.

Em seu livro, A Sedução do Inocente(1954), Werthan afirmava que essas

publicações representavam uma verdadeira ameaça à educação do público infanto-juvenil, a ponto de referir-se a elas como "crime comics" (FEIJÓ, 1997, p.56), com críticas que transitavam da delinquência e uso de entorpecentes, passando pelas orientações do desejo, papéis e identidades de gênero não hegemônicas, seu discurso moralizante e patologizador supostamente desmascarava possíveis mensagens homoeróticas subliminares contidas nas tramas de personagens como Batman e Robin ou entre a Mulher Maravilha e as amazonas da Ilha Paraíso.

Aclamadas por parte da opinião pública, as ideias de Wertham foram usadas para legitimar a censura imposta às HQs, como parte das estratégias de combate aos desvios de conduta juvenis e levadas ao senado norte americano, através do Comitê de Investigação da Delinquência Juvenil, transformando-se em política de estado (REBLIN, 2014). Tentando evitar que a perseguição acirrasse ainda mais uma censura institucionalizada, a cúpula dos grandes editores de revistas em quadrinhos dos EUA decidiram no mesmo ano (1954) criar o Comics Code Authority. Responsável por prescrever uma série de orientações e restrições às narrativas em quadrinhos, o órgão atestava - através da concessão de um selo - quais publicações eram considerados adequadas para crianças e jovens (REBLIN, 2014), prática replicada posteriormente pelos editores brasileiros. (RAMA; VERGUEIRO, 2008).

No tópico casamento e sexo, na primeira versão do código de 1954, aquilo que fora chamado de perversões, relações sexuais ilícitas e anormalidades sexuais - entendam-se aqui quaisquer práticas antinormativas incluso performances de gênero e orientações do desejo não hegemônicas - estavam banidas, mesmo que aparecessem implicitamente, bem como a subversão à sacralidade do casamento e o desprezo aos valores do lar, além de quaisquer sinais de positivações ao divórcio. (REBLIN, 2014).

Na versão de 1974, a menção a cenas violentas de amor presente no tópico 2 foi suprimida, ao passo que no tópico relativo aos valores familiares, a proteção da vida da criança e da família surge agora textualmente como prescrição em substituição ao genérico "respeito aos pais, código moral e comportamento honroso" (REBLIN, 2014, p.20-21), além do aparecimento dos termos estupro e sedução no rol dos interditados.

Nesse período, embora a vigilância e censura a figuras femininas que não se adequassem às configurações hegemônicas de mulheridades transformassem algumas narrativas, em função da autonomia de suas protagonistas, em materiais não

recomendáveis a crianças e adolescentes, para além da Mulher Maravilha, outras personagens femininas conseguiram driblar essas conformações e romper com diversos estereótipos vigentes, é o caso da pata Margarida.

Sua trajetória na arte sequencial inicia-se em 1940 quando aparece nos quadrinhos pela primeira vez como a namorada do Pato Donald. No Brasil, estreou na revista *Seleções Coloridas* entre 1946 e 1948, mas é apenas entre as décadas de 1950 e 70, pelas mãos de Carl Barks e seu sucessor Tony Strobl, que a pata sai da coadjuvância e emerge protagonizando narrativas centradas em seus próprios interesses. De presidente do Clube Feminino de Patópolis (onde ensinava culinária, costura e bordado) a secretária do Tio Patinhas nos anos 60, Margarida ascendeu ao mercado de trabalho e alçou voos mais altos como repórter e policial. (BAETA, 2004).

Nesse período, a personalidade combativa, inteligente e independente da personagem já era marcante, acentuando-se nas publicações brasileiras posteriores ilustradas por Irineu Soares Rodrigues e Euclides Miayaura e roteirizadas por Gerson Teixeira e Arthur Faria Junior, quando ganha revista própria (1986), e torna-se a primeira personagem feminina da Disney a alcançar tal feito no país.

Baeta (2004) considera a Margarida, produzida no Brasil, um protótipo do sujeito pós-moderno, às voltas com questionamentos que instabilizam as identidades culturais no pós-guerra. Para a autora,

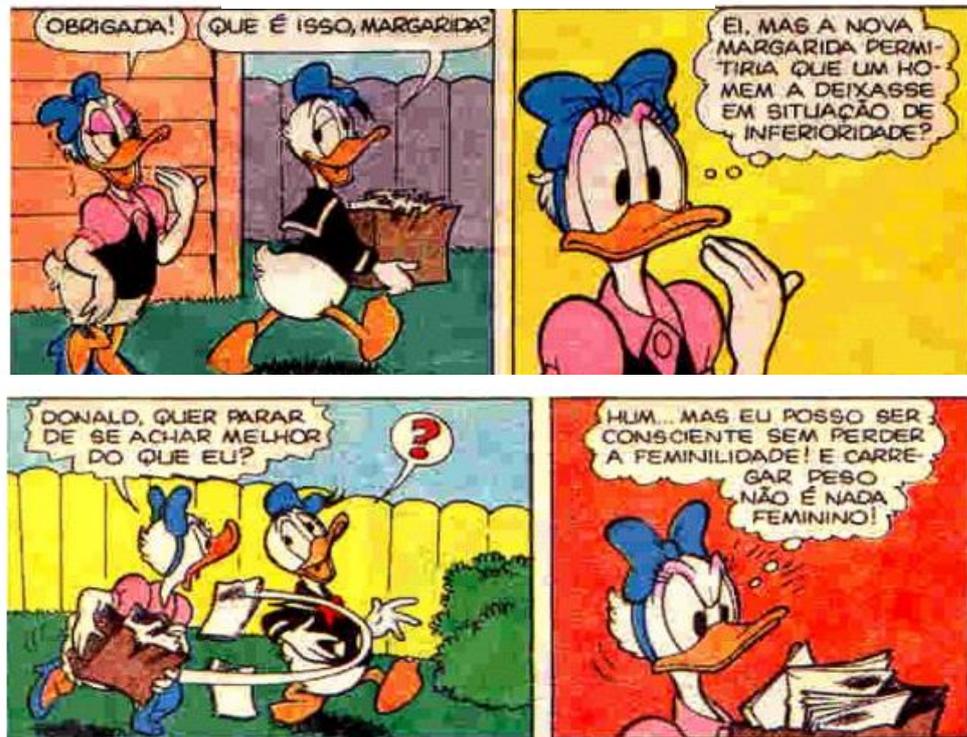
nas histórias desenvolvidas no Brasil, a Margarida fútil e consumista de antigamente, que centrava sua existência na relação com Donald, torna-se mulher independente e profissional competente. Luta pelos seus ideais feministas sem deixar de ser apaixonada por Donald. O reconhecimento desse pluralismo de identidades faz com que a pata perca o 'sentido de si' estável, vivenciando o deslocamento ou a descentração do sujeito. (BAETA, 2004, p.38).

Baeta utiliza-se de algumas sequências da Margarida, como objeto analítico, nas quais a personagem vê-se diante de sentimentos contraditórios, que antagonizam a velha e a nova Margarida. Em um deles, instaura-se um conflito interno na pata, quando Donald se propõe a ajudá-la (Figura 2).

Ao aceitar o auxílio, o balão de pensamento no quadro seguinte denota a reflexão da pata diante do ocorrido, quanto ao que pareceria aceitável ou não para a nova Margarida. Reflexão que a faz inquirir imediatamente o namorado: "Donald, quer parar de se achar melhor do que eu?". (BAETA, 2004, p.38). Para além do descentramento do sujeito pós-moderno levantado pela autora, com o qual temos acordo, lançamos, antes de mais nada, a reflexão sobre os lugares de enunciação

dos roteiristas (dois homens), ao debruçarem-se sobre as inquietações instauradas no sujeito mulher pela emergência do feminismo.

Figura 2 - Uma nova Margarida



Fonte: Margarida, Nº 1. Editora Abril, 1986.

O conflito, supostamente comum à Margarida e a outras mulheres do seu tempo, que, por um processo de identificação, podem ser pensadas como público alvo da publicação, é sublinhado nas expressões 'consciente sem perder a feminilidade' ou ainda, 'carregar peso não é nada feminino' que são mobilizadas para dar introspecção e dúvida à sequência. Entretanto, essas expressões, em certa medida, prosseguem preconizando ideais de feminilidade que soam desejáveis de manutenção a qualquer custo pelas mulheres, mesmo às que, através das reflexões feministas, passam pelo processo de desconstrução, descortinando sua origem culturalmente construída.

Cabe então aqui uma reflexão: nos roteiros das histórias de uma Margarida feminista, nascida nos anos 70 do século XX, a ausência de autoria feminina nos leva a indagarmos sobre a pertinência desses questionamentos, quanto às subjetividades que se pretendem representar na narrativa, inquietações assentadas na manutenção de uma suposta feminilidade hegemônica desejável e que não deve ser perdida pelas

mulheres. A ideia não reside no inflexível preconizar de vozes ilegítimas diante de certas vivências e sim na importância do lugar de enunciação atrelado à experiência de uma dada realidade que se deseja retratar, quando da representação de vivências humanas, como ressalta McCloud (2006):

quando se trata de uma condição social ou física, que somente uma minoria experimenta, os membros dessa minoria terão vantagem em retratá-la. O máximo que os outros fazem é presumir. E embora pressupostos sejam inócuos em matéria de dragões e naves estelares, eles podem criar uma visão distorcida na cultura popular, quando membros de uma dada minoria por qualquer razão tem pouco ou nenhum foro próprio. (McCLOUD, 2006, p.106-107).

Sem pretendermos nos ater a aprofundarmos aqui essas questões, sobretudo, por considerarmos a polifonia no tocante às diversas vivências de mulheridades, observamos, por outro lado, que em inúmeras sequências da Margarida, são inegáveis as contestações a papéis de gênero preconizados para mulheres e homens ao longo do século XX. A secundarização, e por vezes a negação de desejos apregoados socialmente como inatos e fundamentais à vida plena de uma mulher, como por exemplo, o casamento e a maternidade, fazem de Margarida uma pata autônoma e crítica à imposição de modelos de mulheridades compulsórios.

Entre momentos de ruptura e inflexão - como quando a personagem resolve voltar a vestir suas antigas roupas apenas para agradar ao Donald -, as temáticas feministas são amplamente verbalizadas, levando à problematização da inserção feminina no mercado de trabalho e sua persistente objetificação, à divisão do trabalho doméstico, à (in)subordinação da mulher ao controle de seus parceiros, dentre outras diversas temáticas que atravessam vivências de mulheres.

Personagens femininas como Margarida andavam em sentido oposto aos instrumentos de regulação, como o Comics Code que incidiram sobre os quadrinhos. As censuras ao divórcio e à sacralidade do casamento só serão suprimidas - como um reflexo das mudanças sociais ocorridas - ao fim dos anos 80, provocadas pela ascensão não só dos movimentos feministas como também dos movimentos LGBTQIA+.

Em vigor até o ano de 2011, é apenas a partir de 1989 que o Comics Code terá sua redação alterada significativamente passando a mencionar de forma explícita a homossexualidade (através da expressão estilo de vida homossexual), determinando que esses segmentos devessem ser "retratados em um enfoque positivo" (REBLIN,

2014, p.22-23) assim como passa a considerar condenáveis abordagens pejorativas acerca de preferências sexuais, rechaçando condutas humilhantes e por fim apelando à sensibilização na retratação dessas personagens.

No Brasil, a perseguição às HQs também teve seus inquisidores nos anos 50. Muitos educadores à época, desaconselhavam a leitura entre os/as jovens, advertindo sobre os perigos que representavam para seu desenvolvimento intelectual e moral. Nesse contexto, é emblemático o relato de Maurício de Souza, ao descrever a experiência de assistir à condenação dessas publicações, literalmente, à fogueira, na paulista Mogi das Cruzes. A queima das HQs, doadas pelas crianças para sacrifício, marcou a infância do quadrinista, hoje um dos maiores sucessos de vendas do gênero no mercado editorial brasileiro. (BONIFÁCIO, 2005, p.19).

As criações em quadrinhos de Maurício de Sousa voltadas para o público infantil estreiam em publicações brasileiras em 1959, sendo o cachorro Bidu o primogênito. A primeira personagem feminina do quadrinista, inspirada na sua primeira filha, nasce em 1963. Mônica, ao lado de Cebolinha, Cascão e Magali, dentre outros tantos personagens acrescentados ao longo dos anos, formará a Turma da Mônica, o maior sucesso editorial de Maurício de Souza.

Em sua primeira aparição, Mônica não teve fala, apenas inaugurou o gesto - coelhada - que lhe caracterizaria nos anos posteriores. Sua presença, impondo-se com violência à hostilidade de Cebolinha demarcará um traço da sua personalidade combativa frente às sucessivas tentativas de enquadrá-la e subalternizá-la por parte dos garotos em diversas tirinhas da personagem (Figuras 3 e 4).

Figura 3 - A primeira aparição da Mônica



Fonte: Folha de São Paulo. 3 de março de 2018. Disponível em: <https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2018/03/03/monica-completa-55-anos-de-sua-primeira-vez-em-tirinhas-na-folha/>

Figura 4 - Coelhada



Fonte: Mônica 30 anos. São Paulo. Editora Globo, 1993, p.39

Tal qual ocorrera com a pata Margarida, a remissão a uma feminilidade totemizada, que perpassa a performance lida como feminina seja nas vestimentas, como no quadro 1 da figura 4 em que Magali diz 'nós meninas usamos saias', seja nas atitudes, como no quadro 2 onde se lê 'procure conversar com ele sem se exaltar' são aqui mobilizadas como recurso à comicidade, uma vez que Mônica não se enquadra nesses padrões ao sentir-se desrespeitada por ser chamada de sexo frágil.

Se aqui, a alcunha de sexo frágil é negada com veemência pela personagem, em uma outra sequência de 1998 (Figura 5), é invocada como forma de angariar apoio de Cebolinha para conseguir um álbum de figurinhas. Enfatizando supostas fragilidade e doçura naturais negadas outrora, Mônica usa desses atributos, pretensamente femininos, para, por oposição, cobrar ao amigo que assuma um papel masculino de proteção socialmente imposto. Ao fim, diante dos desentendimentos, Mônica acaba por intervir com coelhadas, dispersando os homens aglomerados. A história encerra-se com a fala da Magali que se diz reflexiva sobre quem é na verdade o sexo frágil.

Figura 5 - Sexo Frágil



Fonte: SOUZA, Maurício de. Gibi Mônica Número 143. Editora Globo. Outubro de 1998 (montagem nossa)

Notemos que nas duas sequências com a temática sexo frágil, o objetivo final parece ser desconstruir os estereótipos de gênero, mas isso se dá de forma ambígua à medida que, na narrativa dos anos 90, a fragilidade, ao final, parece replicar e naturalizar condicionamentos generificados passados de mãe para filha, como podemos observar na fala de Mônica no quadro 7 da figura 5 'é o que minha mãe sempre diz', referindo-se aos papéis sociais masculinos. Paralelamente, o recurso à amiga por parte de Magali denota uma percepção das diferentes mulheridades e performances femininas possíveis, já presente na fala 'quem troca as lâmpadas lá em casa é minha mãe mesmo' e reforçada ao adjetivar Mônica como 'grossa, truculenta e bronca'.

Embora seja evidente a sagacidade de Mônica em driblar esses mesmos estereótipos, aproveitando-se deles para alcançar seus objetivos e tentar colocar-se em uma condição de equidade perante os meninos, esse mesmo protagonismo está sempre atrelado à violência com a qual a personagem se impõe. Para Silva e Santos Neto (2010):

A menina Mônica desde 1963 até hoje se impõe no grupo de crianças

de sua Turma, através de suas 'coelhadas', símbolo do seu poder, camuflando ainda o preconceito e a discriminação que os meninos possuem em relação a ela (Santana, 2005), por ser baixa, gorda e possuir dentição proeminente, características que não condizem com os padrões de beleza presentes em nossa sociedade. Em algumas histórias se fará presente a preocupação de Mônica com seu peso e sua aparência. (SILVA, SANTOS NETO, 2010, p.199).

Além da violência física, a gordofobia, traço marcante nas histórias da Turma da Mônica, emerge também como dispositivo regulador da corporeidade feminina, já que, desde a infância, é evidenciando o lugar de abjeção (BUTLER, 2019) ao qual a personagem é empurrada a todo momento por não corresponder ao padrão de beleza feminino hegemônico. A rejeição à corporeidade gorda, usada como ofensa para marcar a condição de outridade da personagem, (baixinha, gorducha, dentuça) é internalizada e salta aos olhos em outras sequências nas quais a menina mostra-se nitidamente incomodada com sua condição. Na edição n. 24, Mônica é retratada frente a uma balança rezando a Deus antes de encará-la: "Deus me ajude, se eu estiver muito gorda, vou ter um ataque!" O desfecho se dá com a mão de Deus dando uma 'ajudinha', puxando-a para cima ao aliviar o peso da personagem na balança.

A rejeição à corporeidade gorda é inserida nas histórias da Turma da Mônica como um dispositivo disciplinar que a uma menina de oito anos já impõe condicionantes à sua inserção social, estigmatizando-a. Como aponta a pesquisadora Maria Luiza Jimenez: "O estigma da gordura é uma forma de condicionar as pessoas a nunca engordar ou seguirem gordas, pois, dessa maneira, seríamos pessoas que fracassaram como indivíduos sociais". (JIMENEZ, 2020, p.59).

É curioso observarmos que no formato Turma da Mônica Jovem, revista destinada a adolescentes e jovens, a personagem ressurgiu, agora magra, sem os marcadores que lhe caracterizaram durante a infância. Respondendo à pergunta "porque a Mônica aparece magra?" Barros (2015, p. [5]) aponta os dois papéis sociais femininos em constante alternância nas representações de Maurício de Sousa: "Ou ela é alvo de diversão ou objeto de desejo. E aqui temos Mônica adolescente e completamente sensualizada". E necessariamente magra.

Quando o assunto é orientação do desejo, Maurício de Sousa colocou-se publicamente como 'cauteloso' diante de temas considerados tabus para setores conservadores de nosso país. Em entrevista dada ao jornal O Estado de São Paulo em março de 2020, quando questionado sobre rumores do surgimento de um

personagem gay na Turma da Mônica, o autor afirmou:

Acho que nós não estamos prontos. Nós aqui no Estúdio, que fazemos histórias, não observamos ainda uma transformação e uma aceitação geral desse tipo de comportamento que, para mim, é natural, embora muita gente não ache[...] É preciso estar junto com o leitor. Quando você está junto, está protegido e em consonância com o público. (RODRIGUES, 2020, p. [2]).

Sua fala evidencia o compromisso político em seguir perpetuando um modelo único de sociedade, que só se deixa reformular diante das pressões sociais que tornam a manutenção do discurso hegemônico insustentável. Fenômeno semelhante ocorreu na inserção de personagens negras, e pessoas com deficiência em suas histórias. Desse modo, a cisheterossexualidade compulsória presumida e propagada nas narrativas da Turma da Mônica imperou durante os quase 57 anos da publicação.

A subversão a esses direcionamentos ou são recentes (como a sequência Família publicada em 2020 na qual Chico Bento apresenta diversos modelos de família dentre eles uma família composta por um casal homoafetivo e seu filho) ou habitam a implicitude. Desse modo, é apenas em 2009 na revista da Tina, desde muito tempo com um elenco jovem e adolescente, que surge o primeiro personagem supostamente gay de Maurício de Sousa. Caio, nome inspirado no escritor Caio Fernando Abreu, desperta ciúmes em Miguel, então namorado de Tina, devido à relação de amizade muito próxima entre os dois. Em um dado momento, Caio esclarece não haver porque se preocupar já que é comprometido, afirmação corroborada por outro personagem ao qual Caio solicita confirmação.

A homossexualidade do personagem ocupa o lugar de implicitude suscitada pelo espanto nas expressões dos demais personagens presentes na cena, argumento corroborado pelo próprio Sousa que delegou a conclusão pela homo, bi ou heterossexualidade de Caio ao público leitor. (MIORANDO, 2019).

E quando o implícito pode ser lido como metáfora à transgeneridade? Na sequência intitulada Sem torneirinha, publicada originalmente em 1992 (Figura 6), ao notar a praticidade com a qual Cebolinha faz xixi em qualquer lugar, Mônica passa a se questionar porque ela e Magali não têm 'torneirinha'.

Ao indagar a amiga pela ausência da torneirinha, Mônica recebe como resposta que, dada sua presença, elas deixariam de serem meninas ao que a personagem reage no quadro 8 da figura 6, prontamente dizendo não ser esse o atributo exclusivo que lhe confere mulheridade já que 'uma torneirinha a mais ou uma a menos não

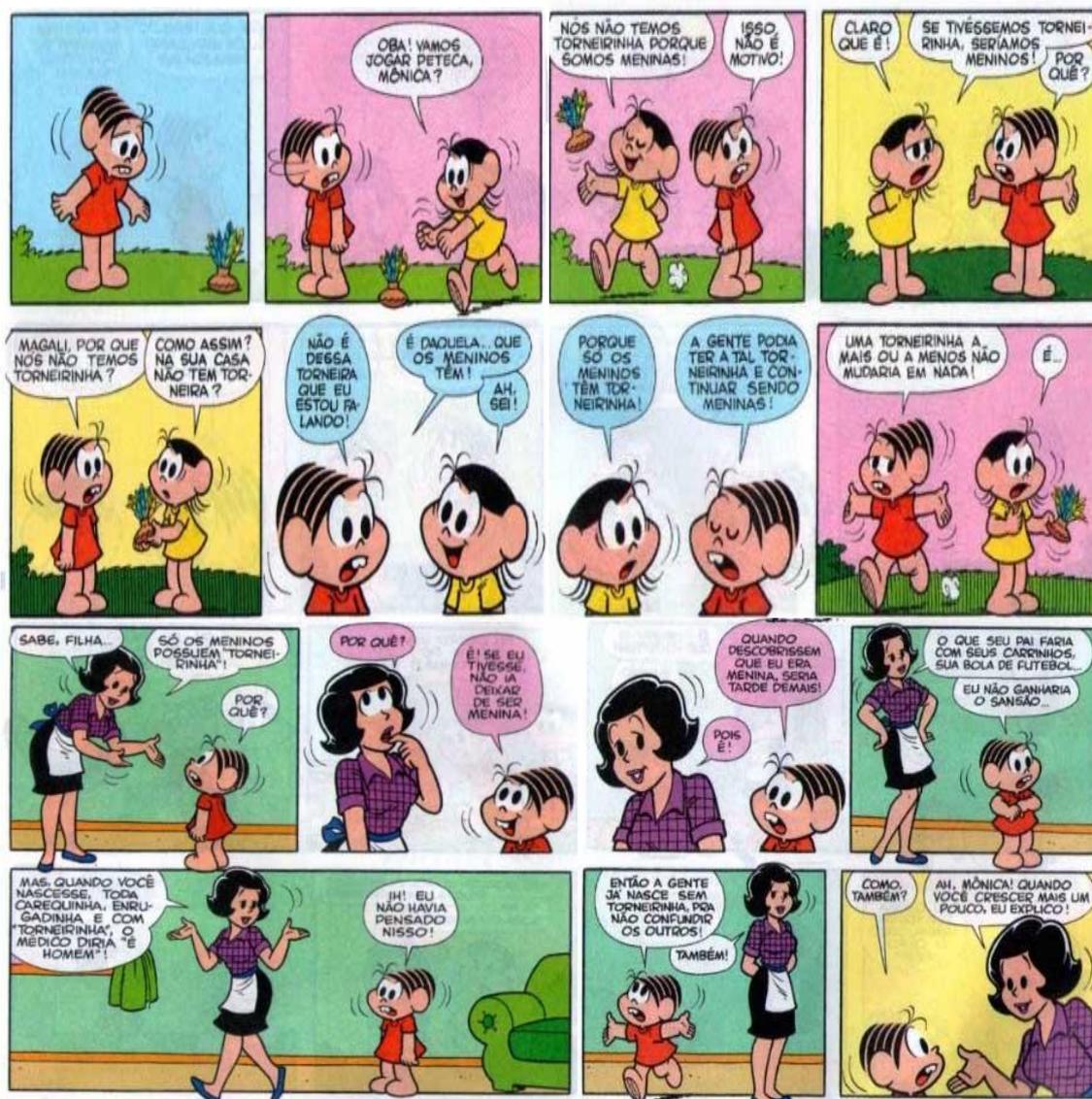
muda nada'.

Em contrapartida, no diálogo com sua mãe, Mônica é informada acerca do entendimento médico, no qual a simples presença ou ausência de torneirinha é elemento suficiente para classificar indivíduos como mulheres ou homens, ao que Mônica responde: 'quando percebessem já seria tarde'. O processo de conformação dá-se ainda pela ameaça à perda de seus brinquedos classificados como pertencentes ao gênero feminino.

Notemos como aqui, os dispositivos da cisheteronormatividade (VERGUEIRO, 2015) se fazem inculcar a partir da biologização do gênero na relação automatizada sexo-gênero (RUBIN, 2017) corroborada pela ciência. Como enfatiza Letícia Nascimento,

O sexo não é anatômico, hormonal, cromossômico, pois essa suposta natureza é discursivamente construída pela cientificidade médica. Os modos como as funções reprodutivas são desenvolvidas são eminentemente culturais, e seu uso como justificativa para o binarismo congruente entre sexo/gênero também é político (NASCIMENTO, 2021. p. 53-54)

Figura 6 - Sem torneirinha



Fonte: SOUSA, Maurício. Mônica, nº 61. Editora Globo. 1992. (montagem nossa)

Logo, ao perceber a ausência de torneirinha, definições de gênero que não localizadas em consonância com a matriz binária, são prontamente descartadas, impossibilitadas pelo discurso científico (NICHOLSON, 2000). Ao mesmo tempo, a apresentação desses enquadramentos já na infância obedece ao que Bento (2011) chamou de Heteroterrorismo, um conjunto de conformações que normatizam as performances de gênero e orientações do desejo.

Ao ser apresentada às possíveis punições decorrentes de uma equivocada atribuição de gênero não conforme à presença de torneirinha, Mônica é vítima do heteroterrorismo, que segundo Bento, conforma o gênero: "Quando se afirma que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições".

(BENTO, 2011, p.554). A ameaça de perda de seus brinquedos, na infância, artefatos carregados de afeto e identificação pelas crianças, disciplina Mônica ao binômio sexo-gênero (RUBIN, 2017) imposto no nascimento mesmo em uma relação hipotética, imaginária.

A sequência Sem torneirinha rendeu polêmica quando foi republicada em 2013 no Almanaque Mônica. Stella Caymmi, jornalista e filha de famosos cantores da música popular brasileira, fez uma publicação em sua página do Facebook usando a narrativa como exemplo de que as histórias da Turma da Mônica estariam “incutindo a ideologia de gênero nas nossas crianças. As historinhas tentam fazer a cabeça delas, tudo é feito subliminarmente”. (GUIMARÃES, 2017). A jornalista classificou o fato da presença de torneirinha não caracterizar o gênero das personagens como “Infâmia!”.

Contemporâneas, latinoamericanas, meninas e crianças, Mônica e Mafalda são constantemente comparadas embora tenham características e intencionalidades narrativas que diferenciam significativamente as duas personagens. Enquanto Maurício de Souza dá vida à Turma da Mônica entre 1959 e 1961 no Brasil, na Argentina, Mafalda, uma criação de Quino, irá de 1964 a 1973 povoar jornais portenhos como tira diária, tornando-se um ícone do pensamento crítico latinoamericano.

Ao contrário dos quadrinhos da turma da Mônica, Mafalda não costuma ser pensada como uma produção destinada ao público infantil, e embora ela seja uma garotinha, os conflitos vividos pela personagem surpreendem exatamente por apresentarem reflexões existencialistas e sociopolíticas pouco convencionais à sua faixa etária. (SANTOS, 2009).

Com Mafalda, Quino trata da representação feminina a partir de um discurso que positiva o empoderamento ao passo que o contrapõe a outras personagens menos afeitas ao movimento emancipatório e crítico proposto por ela. É o caso da sua amiga Susanita, personagem que nutre sonhos, em certa medida, apresentados como anacrônicos para o contexto histórico em que vive.

A dimensão do simbólico em Mafalda é latente, como assevera Santos (2009), para quem Susanita, apesar de ser uma criança, apresenta elementos imagéticos que lhe localizam em um paradigma estético ultrapassado, caso da aparência do seu corte de cabelo, remetendo a mulheres mais velhas quase sempre retratadas por Quino como conservadoras. A mãe de Mafalda, por sua vez, personifica as consequências

da opressão imposta às mulheres pelo casamento e pela maternidade, obstaculizando a entrada delas no mercado de trabalho e levando-as à exaustão com a inexistente divisão de tarefas domésticas.

Mafalda tornou-se um fenômeno editorial e embora tenha antevisto novas gerações de mulheres autônomas e críticas, Quino negritou, ao mesmo tempo, que processos emancipatórios femininos não são homogêneos ou objetivamente desejáveis por todas as vivências de mulheridades.

As reflexões existenciais presentes na narrativa de Mafalda são compartilhadas por outros personagens em outras narrativas características do período pós-guerra. O mundo exterior, antes foco das narrativas, se transmuta para o mundo interior das personagens, dos quais são exemplos os *Peanuts* ou *A turma do Charlie Brown* e *Pogo*, de Walt Kelly, histórias marcadas pelas reflexões filosóficas existencialistas e pelo questionamento sociopolítico. (CAMPOS; LOMBOGLIA, 1985; FURLAN, 1985).

Na conjuntura internacional de fins dos anos 50, 60 e início dos anos 70, enquanto o mercado editorial norte americano buscava solucionar a crise nas vendas provocadas por tantas polêmicas, a resistência ao neocolonialismo, à guerra do Vietnã, às posturas imperialistas atreladas à militância do movimento negro e hippie, evidenciavam a necessidade de problematização de questões marginalizadas até então: "drogas, grupos minoritários, liberdade sexual, consumismo, movimento feminista, homossexualismo etc.". (FURLAN, 1985, p.31).

Além da Mulher Maravilha que desde os anos 40 lançava luz sobre as pautas feministas, narrativas européias emergiram incitando debates em torno do livre exercício da sexualidade feminina nos anos 60 como *Barbarella*(1962), do francês Jean Claude Forest e *Valentina* obra do italiano Guido Crepax lançada em 1965 (CHINEN, 2014). Alguns artistas, mesmo fora da cena underground e atrelados a editoras comerciais trouxeram em suas narrativas verbo-visuais (XAVIER, 2017) referências a algumas dessas questões.

Diante da crise dos super heróis nos anos 50, algumas editoras passaram por um processo de renovação: a antiga *Timely* transmuta-se em *Marvel* e com a chegada de Stan Lee, no início dos anos 60, surgem não apenas novos personagens masculinos mas uma nova forma de concebê-los, mais humanos e falhos, anti-heróis em suas batalhas cotidianas, (FEIJÓ, 1997; CHINEN, 2014). Lee é responsável por dar vida ao *Incrível Hulk*, *Thor*, *Homem de Ferro*, *Os Vingadores*, *Demolidor* além das releituras de personagens clássicos como *Tocha Humana* e *Capitão América*. Mas é

com a criação de O Homem Aranha ao lado de Steve Ditko, do Surfista Prateado e dos X-Men junto a Jack Kirby que os temas incômodos, da ordem do dia, insistirão em aparecer nas obras do artista, como evidencia Feijó (1997):

Algumas vezes, no final da década, a revista Homem Aranha saiu sem o selo de aprovação do Comic Code Authority[...]. Histórias com críticas às falhas no sistema penitenciário norte-americano ou com referências negativas à Guerra do Vietnã não eram bem aceitas pela censura.[...] O alienígena Surfista Prateado deu ao movimento hippie a sua chance de brilhar nos quadrinhos de aventura. Várias vezes ele salvou a humanidade da catástrofe e fez de tudo para seu discurso pacifista e ecologista ser ouvido, mas continuou incompreendido e até temido. (FEIJÓ, 1997, p. 64-65).

Note-se que a visibilização dessas pautas no universo dos quadrinhos evidencia a impossibilidade de descolamento da realidade objetiva que cerca sua produção, além de uma tomada de posição da qual muitos autores não se abstiveram. Percebemos que os anos 60 e 70 foram, antes de mais nada, anos de tensionamentos e disputas de poder em torno das narrativas quadrinísticas, com espaço para censura e punição mas também para subversão e resistência. Entretanto, algumas críticas recaem sobre a obra de Lee, no tocante à representação feminina apontada por vezes como hipersexualizada ou mesmo quanto ao uso do masculino universal no título de obras como os X-Men, problematização apresentada pela mais nova Presidente de Produção Física e Pós-Produção, Efeitos Visuais e Animação da Marvel, Victória Alonso que em 2019, durante a divulgação do filme Capitã Marvel, questionou: “Eu não sei aonde iremos no futuro. É engraçado que as pessoas chamem [a equipe] de X-Men, há muitas personagens femininas nos X-Men, e eu acho que [o nome] é datado”. (HECK, 2021. p.[4]).

Encarnando a metáfora da diferença, os X-Men, criados em parceria com Jack Kirby, por exemplo, eram marcados pela desumanização e exclusão social em virtude de sua fuga a uma suposta normalidade e sua concepção é apontada por alguns autores, como referência aos preconceitos raciais, trazidos à tona pelo movimento negro nas lutas por direitos civis, materializados nos personagens Professor Xavier e Magneto, inspirados em Martin Luther King e Malcom X, respectivamente. (FEIJÓ, 1997).

Em grande medida devido ao impacto dos golpes militares e dos anos de chumbo que se seguiram na América latina, essas temáticas em seus recortes locais foram majoritariamente abordadas pela cena marginal ou underground, visibilizando

uma pluralidade temática, estética e político-social nessas publicações, que apesar de efêmeras, multiplicavam-se a cada ano. Alguns exemplos brasileiros são a revista *Balão*, primeira revista marginal editada em São Paulo, responsável por revelar artistas como Laerte, Luís Gê e os irmãos Chico e Paulo Caruso; o semanário *O Pasquim* e, no contexto nordestino, a revista *Cabramacho*, publicada pela primeira vez em 1974 e difundida em seis dos nove estados da região. (LACHTERMACHER; MIGUEL, 1985).

O surgimento do *O Pasquim*, que inicia sua circulação em 1970, agregou uma infinidade de artistas e narrativas de cunho político em franca oposição à postura repressora e conservadora instaurada no Brasil pelo golpe cívico-militar. Pelo semanário passaram figuras icônicas do quadrinho nacional como Jaguar, Fortuna, Ziraldo e Henfil. No tocante às questões de gênero e sexualidades, entretanto, *O Pasquim* muitas vezes reproduziu concepções machistas e reacionárias diante de temáticas levantadas pelo feminismo além da frequente objetificação das mulheres em charges e anúncios.

Nesse contexto, a charge de Ziraldo *O piche*, publicada em outubro de 1980 (Figura 7) é um exemplo das tentativas de invalidação de pautas feministas, como o direito ao corpo. O movimento das mulheres era condenado por amplos setores da esquerda como um movimento desagregador diante de um inimigo maior, qual seja, o regime ditatorial e a luta de classes (SOIHET, 2007). Essa invalidação, associada à política sistemática de objetificação das mulheres é latente na obra que marcou o tensionamento entre o autor e os movimentos feministas no período. Ziraldo não foi o único e podemos perceber essas concepções acerca do feminismo compartilhadas pelo semanário em tantas outras charges, ou mesmo a exemplo da capa da edição n. 314 de 1975 (Figura 8).

A revista *Cabra Macho*, por sua vez, não tinha pretensões 'expressas' de abordar as temáticas de gênero e sexualidades. No entanto, como assevera Scott (1995) se todas as esferas da vida humana são atravessadas pelo gênero, não é difícil encontrar elementos simbólicos que dão pistas sobre a concepção da revista no tocante a essas questões. O título em si, mobiliza um modelo de masculinidade exaltado na região nordeste (ALBUQUERQUE JR., 2003) e demarca um espaço discursivo predominantemente masculino.

Já na sua publicação inaugural, como podemos observar (Figura 9), o macho, enquanto performance masculina, é retratado como uma imposição aos homens e a

frustração com essa não conformação à expectativa social é evidente na expressão de decepção do personagem apresentada no último quadro.

No entanto, os exemplos citados não representam a totalidade da cena marginal que, por sua vez, é em sua maioria, um espaço onde reverbera certa polifonia. Nos anos 80, despontam publicações como Chiclete com Banana, Geraldão, Piratas do Tietê, e a revista Los Três, inicialmente formada por Laerte, Glauco e Angeli acrescida de Adão Iturrusgarai um pouco mais tarde. A pluralidade de vivências e os diversos lugares de enunciação desses artistas enriqueceram sobremaneira as narrativas explorando de forma única as temáticas de gênero e sexualidades nessas publicações.

Figura 7 - O Piche



Fonte: ZIRALDO. O piche. O Pasquim, n. 588, Rio de Janeiro, 3 a 9 out. 1980, p. 8.

Figura 8 - Capa Pasquim



Fonte: PASQUIM, n. 314, Julho de 1975, capa. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=124745&pagfis=10453>>

Figura 9 - Cabra macho



Fonte: GRUPEHQ produções. n. 1 março 1974. Gentilmente cedido por Onomatopeia. <https://onomatopeia.home.blog/?fbclid=IwAR2D6WbfXwCzROIGBTuFdJSQzenrzNFSSIUwFDyE0OtqRrDkJWPfVGSsHqk>

3.3 "TRATO DIÁRIO MANUSCRITO": dizibilidades trans e travestis e o transfeminismo nos quadrinhos latinoamericanos.

Como vimos, o monopólio masculino hegemônico nos quadrinhos teve seu auge entre os anos 30 e 60 chocando-se com dizibilidades múltiplas que emergiram na nona arte a partir dos anos 70 e lançaram luz a narrativas e protagonismos outros. No tocante às questões de gênero e sexualidades no Brasil, a figura de Laerte é inegavelmente icônica, seja pela perenidade e polissemia de suas obras, seja pelo lugar de enunciação que ocupa, até então inédito na cena dos quadrinhos brasileiros.

Iniciando seu envolvimento profissional com a arte sequencial a partir do Curso Livre de Desenho e Fundação concluído em 1968, Laerte ingressou na Escola de Comunicação e Artes na Universidade de São Paulo em 1969. Nesse contexto universitário, a artista participou da criação da revista *Balão* ilustrando inclusive a capa da sua segunda edição. Engajada, atuou em 1974, junto à militância do Partido Comunista Brasileiro, na criação da revista sindical *OBORÉ* que circulou até 1986, período no qual a autora também produziu para a *Gazeta Mercantil* e *Folha de São Paulo*, além de contribuir com diversas outras publicações no decorrer da década de 90 como *O Bicho*, *Placar*, *Correio Braziliense*, *Zero Hora*, para a revista *Chiclete* com

Banana e mais tarde, em revista própria dos Piratas do Tietê. (JUDES, 2018).

Ao lado de Glauco e Angeli, Laerte envolve-se na criação dos personagens Laerton, Galuquito e Angel, personificação caricaturada de seus autores, formando o Los três Amigos, posteriormente acrescidos de Adón, em referência a Adão Iturrugary. Como parte da Chiclete com Banana, o trio-quarteto migrou para a revista Circo, criada com a participação ativa da artista em parceria com o amigo Luiz Gê. Com seus sombreros em um cenário desértico mexicano, Los três Amigos satirizava a ordem e os temas tabus do momento dentre eles, questões de gênero e sexualidades temperadas com muito humor nonsense (Figura 10).

Embora o personagem Laerton fosse uma caricatura da artista (que à época reconhecia-se como homem cisgênero bissexual), Hugo e Muriel, possivelmente foram as personagens que protagonizaram os diálogos mais disruptivos no tocante às questões de gênero e sexualidades na obra da autora. Nascido em 1993 dentro da Piratas do Tietê, Hugo Baracchini foi publicamente lido e reafirmado por Laerte como uma espécie de alter ego seu, que em voo solo, povoaria a seção de informática da Folha de São Paulo em 1995.

Às voltas com credores mafiosos no seu encalço, o personagem adicto às tecnologias, recorria ao universo digital como escape para suas crises existenciais (incluindo o acesso desenfreado a conteúdos de pornografia na web) o que fez de Hugo um representante estereotípico do público alvo desse segmento, à época majoritária, mas não exclusivamente, composto por homens cisheterossexuais. A pornografia, as dívidas e estratégias mirabolantes para fugir delas dividiram a cena, em alguns episódios, com outras inquietações e experimentações de Hugo, inclusive, no tocante à sua orientação sexual (Figura 11).

Figura 10 - Los 3 amigos



Fonte: República Los 3 amigos. Disponível em: <http://www.los3amigos.com.br/quadrinhos/cniclete>. Acesso em: 12 de set. 2021.

Figura 11 - Hugo Baracchini



Fonte: COUTINHO, Laerte. Hugo para principiantes. São Paulo: Devir, 2005. p.26

As experiências homo/bissexuais de Hugo falam com leveza, humor e naturalidade sobre sexualidades masculinas dissidentes, e embora o teor reflexivo do balão de pensamento no terceiro quadro da figura 12 esteja evidente, as cenas subsequentes reforçam positivamente a experiência vivida, tudo isso apresentado a um público leitor masculino, hegemônico, marcado pela heteronormatividade. Não podemos, entretanto, perder de vista a tentação enganosa de pensarmos que não houvesse resistências e críticas da audiência, materializadas nas cartas de leitores insatisfeitos com os novos caminhos trilhados pelo personagem. (CASTRO, 2017).

As incursões de Hugo cruzando as fronteiras de gênero, terão correspondência com o processo de transição da própria Laerte, que manteve na narrativa em quadrinhos um espaço de experimentação e encontro com a sua transgeneridade ao longo dos anos 90 e 2000. Como afirmou em 2010, as digressões de Hugo representavam "uma forma de refletir, como para mim a atividade de me travestir é uma coisa nova e misteriosa, e também cheia de informação que não tenho; eu uso o Hugo para fazer essa prospecção". (COUTINHO *apud* JUDES, 2018, p.56).

Entendendo-se no princípio como crossdresser¹⁷, a performance feminina ganha contornos de identidade de gênero em Laerte, concomitantemente ao nascimento, na ficção, de Muriel. Se não, vejamos.

Com uma dívida bancária transformada em milhões (consequência do depósito e saque indevido de 40 centavos), Hugo vê-se diante da possibilidade de usar elementos lidos como pertencentes ao universo feminino pela primeira vez, quando, camufla-se para fugir de um dos seus credores, o Gorila mafioso. Na sequência (Figura 12), a ambiguidade instaura-se à medida que a fuga da máfia é mobilizada como justificativa para o uso de indumentária associada ao feminino ao passo que no último quadro, a personagem refere-se a si mesma no feminino - jovem, cheia de vida, na flor dos meus encantos. Note-se a expressão da namorada Beth, que em um primeiro momento, parece divertir-se com a situação e circunstância. (BULLA, 2018; CASTRO, 2017). Na tirinha seguinte (Figura 13), agora visivelmente incomodada, Beth afirma: nunca houve mulher assim, aludindo à invalidação de mulheridades travestis e trans. A provocação é prontamente contornada, ao transformar a negação em elogio, reafirmando-se no último quadro: 'Obrigada. Pode me chamar de Gilda'. O incômodo da namorada contrasta com a tranquilidade com a qual Gilda reitera sua identidade feminina, fato evidenciado com a chegada da notícia de que o gorila da máfia foi embora. Assim, apesar de estar desobrigada a manter o disfarce, Gilda apenas ignora a informação e prossegue confortável nesse lugar, que entendemos como um lugar de fronteira por denotar, nesse caso específico, uma iminente transição de gênero na personagem.

Figura 12 - Hugo: disfarce contra a máfia



Fonte: COUTINHO, Laerte. Hugo para principiantes. São Paulo: Devir, 2005. p.41

¹⁷A vivência crossdresser está associada ao uso de elementos lidos como pertencentes ao gênero oposto como vestimentas, adereços, dentre outros sem necessariamente incidir sobre a identidade de gênero de seus praticantes. (JESUS, 2014a).

Figura 13 - Gilda



Fonte: COUTINHO, Laerte. Hugo para principiantes. São Paulo: Devir, 2005. p.42

A performance feminina em Hugo é inicialmente assentada na prática crossdresser, o que por si só, não invalidaria necessariamente a identidade de gênero masculina do personagem. Entretanto, com o tempo, essa linha tênue que separa uma vivência da outra será gradativamente diluída na vida e na obra de Laerte. Emblemática nesse processo de transição, a entrevista concedida à revista Bravo em 2010 intitulada O masculino e o feminino na vida e na obra de Laerte Coutinho, sinalizava à opinião pública a subversão à cisheteronormatividade também na vida da autora, para além da obra. Na reportagem, Laerte expõe-se menos para anunciar uma eventual transição de gênero como processo pessoal e mais como agente mobilizadora para reflexões acerca dos binarismos e compulsoriedades das definições de gênero.

Em resposta às acusações recebidas de que a performance feminina adotada nos últimos anos fosse uma forma de dar vazão a um fetiche sexual seu, a autora afirmou, no mesmo ano em entrevista à Folha de São Paulo que:

O travestimento é uma questão de gênero, não de sexo. São coisas independentes, autônomas, [...] O que tenho feito é investigar essa parte de gênero. O que tenho descoberto é que isso é muito arraigado, essa cultura binária, essa divisão do mundo entre mulheres e homens é um dogma muito forte. Não se rompe isso facilmente. Desafiar esses códigos perturba todo o ambiente ao redor de você. (FINOTTI, 2010. p.[2]).

Laerte aponta para o questionar dos parâmetros cisheteronormativos sedimentados socialmente e que aturdem o entendimento quanto às identidades de gênero não hegemônicas. Acompanhando essas reflexões, é com a sequência Overture (Figura 14), (palavra que pode ser traduzida para o português como abertura), que Laerte afirma ter se dado conta - com auxílio de uma amiga travesti - de que a prática crossdresser poderia significar a incipiência de um processo de transição de gênero. A tirinha, que pode ser entendida como a primeira aparição arquetípica e estética - mesmo que não nominada - de Muriel, apresenta a performance feminina não mais atrelada a contextos de fuga, disfarce ou quaisquer justificativas do gênero, senão apenas à vontade genuína, gratuita e não condicionada da personagem.

Figura 14 - Overture



Fonte: <http://murieltotal.zip.net/images/muriel1417.jpg>. Disponível em: <https://www.facebook.com/Muriel-Total-105426406276818/photos/a.105893436230115/108832695936189>

A atmosfera de autoafirmação é evidente e o ritual que mobiliza artefatos icônicos associados ao universo feminino (depilação, maquiagem, etc.) ambienta o exercício performativo disruptivo de criadora e criatura. Dali pra frente, Muriel figurará nas publicações com demandas próprias, trazendo à tona vivências e questionamentos que circundam as existências trans/travestis no Brasil.

Em um dado momento de sua produção artística, Laerte abandonou muitos de seus personagens por considerá-los ciclos encerrados, com exceção de Hugo e Muriel que permaneceram na obra da artista, mesmo após uma virada que a autora classifica como mais filosófica e introspectiva, marca de seus trabalhos mais recentes. As tirinhas de Muriel continuaram trilhando o caminho percorrido até aqui por Hugo, publicadas na seção de informática da Folha de São Paulo de 2009 a 2014. Além disso, a criação em 2009 do blog Muriel total (atualmente indisponível) no qual a artista

compilava todas as aparições da personagem e apresentava outras inéditas, chegou a acumular 180 tirinhas disponibilizadas no universo digital. (CASTRO, 2017).

Característica de alguns artistas revelados no contexto marginal brasileiro, o que Laerte chamou de humor esquemático, perpassa várias de suas personagens e evidencia uma abordagem cômica de contestação a valores e práticas sociais naturalizadas e normatizadoras. Nessa perspectiva, como vimos, a obra de Laerte é explicitamente situada e, sobretudo em Hugo e Muriel, convida à reflexão acerca dos padrões cisheteronormativos visíveis nas sequências das personagens como figuras emblemáticas no atravessamento das fronteiras binárias de gênero e sexualidade.

Nesse sentido, a temática transfeminista irrompe com frequência no trabalho da autora, especialmente em Muriel, à medida que as problematizações acerca da performance e performatividade feminina e de concepções várias de mulheridades possíveis são apresentadas, para além de um interdito genitizador que tenta normatizar suas existências (JESUS, 2014b), como podemos notar nas sequências a seguir (Figuras 15, 16, 17).

As alusões aos diversos dispositivos da cisheteronormatividade (VERGUEIRO, 2015) acionados contra pessoas trans e travestis dão conta das vivências e enfrentamentos diários que incidem sobre essas subjetividades. Nas sequências abaixo, a negação à identidade feminina é acionada enquanto dispositivo normatizador que disciplina corporeidades às definições de gênero atribuídas de forma compulsória no nascimento (JESUS, 2014; KOYAMA, 2003).

Figura 15 - Proibido embarcar



Fonte: <http://murieltotal.zip.net/images/muriel702.jpg>. APUD DOROW, PINTO, 2017.

Figura 16 - Bichona



Fonte: <http://murieltotal.zip.net/images/muriel713.jpg>. APUD DOROW, PINTO, 2017.

Figura 17 - Restaurante familiar



Fonte: <http://murieltotal.zip.net/listArchive.html>. Disponível em:
<http://www.incautosdoontem.com/2012/07/com-que-roupa-comentarios.html>

Através da linguagem perpetuam-se os interditos que evidenciam a condição de abjeção atribuída a essas mulheres reiterando-se os não lugares reservados às dissidências (BUTLER, 2019). Na figura 17, é a família cishetero patriarcal que é invocada, como totem sacralizado e exclusivamente legitimado a ocupar certos espaços de socialização.

Da misoginia que atenta contra indivíduos lidos como masculinos por não performarem a masculinidade esperada (CORNEJO, 2012; BENTO, 2012) ao Heteroterrorismo (BENTO, 2012), as violências de gênero são, através do humor, problematizadas pela autora que lança luz sobre nosso processo de socialização a todo momento reafirmando quais corpos importam e quais não (BUTLER, 2000) como na figura 16 e na sequência abaixo (Figura 18).

Figura 18 - Clube do tranco



Fonte: <http://murieltotal.zip.net/listArchive.html>. APUD MOURA, 2015.

Em outras duas sequências, (Figuras 19 e 20), as referências satíricas aos parâmetros biologicistas que nos séculos XIX e XX, já citados no capítulo 2, patologizaram existências trans e travestis classificando-as, na esfera das ciências psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise), como transtornadas e disfóricas, ganham comicidade com as atitudes deslegitimadoras de Muriel esvaziando de sentido quaisquer tentativas de enquadramentos impostos a ela.

Figura 19 - Freud



Fonte: Muriel Total, 20 de setembro de 2012. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/105426406276818/photos/a.105893436230115/112067632279362/>

Figura 20 - Manual de psicologia



Fonte: Muriel Total, 19 de setembro de 2012. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/Muriel-Total-105426406276818/>

Merece destaque, como podemos observar tanto na sequência apresentada acima (Figura 20) quanto na Overture, o papel icônico do espelho na narrativa verbo-visual de Laerte. Como aponta Bulla (2018), ao mapear seu aparecimento, a autora percebe ser cada vez mais frequente sua aparição nas tirinhas de Muriel se comparadas às de Hugo. Entendemos que o espelho mobiliza no imaginário social um cenário psico-emocional de auto conhecimento, auto-identificação, com todas as contradições e inquietações incluídas nesse processo de (des/re)construção identitária, quase sempre atrelada ao ato de transicionar. Na linguagem icônica dos quadrinhos, mobilizar esses referenciais e ressignificá-los sob a ótica trans e travesti é uma forma de positivar essas vivências potencializando seu protagonismo e representatividade.

Assim, Laerte mostra-se como uma autora que, a partir de seu lugar de enunciação, tensiona o sistema desde os anos 70 do século XX no Brasil, apresentando-se como pioneira em visibilizar pautas transfeministas e questionar os dispositivos da cisgeneridade e da heteronormatividade ao apontar o caráter compulsório desses enquadramentos. Enquanto vida e obra se tocam, Muriel e Laerte desfilam liberdade, resiliência e auto afirmação frente às normas sociais que caducam na colisão com mulheridades múltiplas.

Para Coan (2018), narrativas em quadrinhos produzidas por mulheres trans e travestis que conversam com referências autobiográficas, podem apresentar-se de duas formas: ora como processo terapêutico, associado à transição de gênero das autoras - no qual Laerte é citada como um exemplo -, ora como resistência política transfeminista propriamente denominada, como seriam as narrativas de autoras como Binder e Carvalho, das quais falaremos mais adiante. (COAN, 2018).

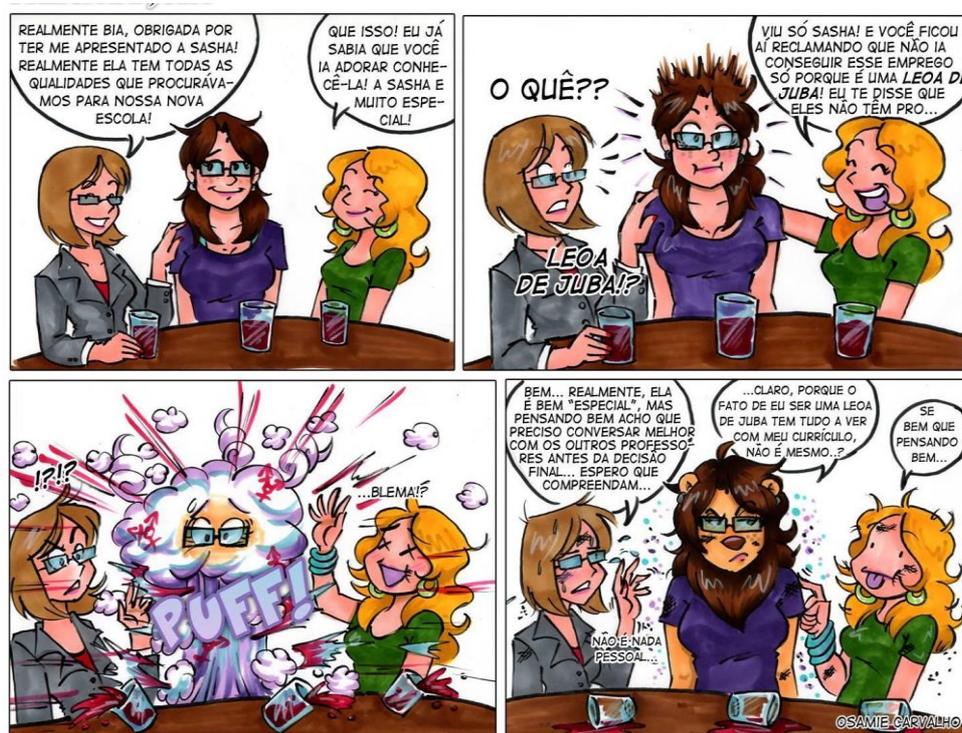
Nos afastamos em certa medida desse entendimento, uma vez que, embora não tenhamos acesso a registros de afirmações de Laerte quanto às tirinhas de Muriel serem nomeadamente transfeministas, entendemos que a abordagem da autora dialoga francamente com os referenciais teórico-políticos propostos pelo movimento, como demonstramos anteriormente. Da mesma forma, acreditamos que o clássico mote feminista o pessoal é político reflete a forma como entendemos o potencial narrativo de Hugo e Muriel, para além de um relato individual da transição de gênero da autora, enquanto ato político contestatório visibilizando pautas coletivas de mulheres trans e travestis no combate à transfobia no aspecto material e simbólico.

Assim como o movimento transfeminista nasceu no mundo digital, como um locus singular de disseminação e articulação política, muitas artistas transfeministas lançaram mão das webcomics veiculadas em redes sociais, sites e blogs ou mesmo através de financiamentos coletivos para difundir seus questionamentos e problematizar a ordem cisheteronormativa através das narrativas em quadrinhos. Fugindo à reprodução de estereótipos típicos de produções comerciais, o surgimento orgânico dessas narrativas confere-lhes um ritmo próprio e recorte temático rarissimamente visibilizado em outras publicações do gênero.

Tal qual demonstramos em Muriel, fundamentos teórico-políticos do transfeminismo como é o caso da problematização do gênero baseado em um conceito limitado e biologizante (KOYAMA, 2003; JESUS, 2014b), podem ser apontados em diversas publicações de mulheres trans e travestis e são evidentes em narrativas como Sasha, A Leoa de Juba, de autoria de Samie Carvalho. Veiculada na rede social Facebook em 2012, a webcomic migrou para a plataforma de blogs Tumblr e seguiu sendo publicada semanal e simultaneamente nas duas plataformas até 2016. (COAN, 2018).

Com roteiros permeados pelas vivências trans de sua autora, Sasha, a protagonista, é de fato uma leoa de juba, com traços antropomórficos, em uma alegoria da diferença nos marcadores da transgeneridade. No título da sequência, Nada Pessoal, apresentada abaixo (Figura 21), os dizeres qualquer semelhança com a realidade não é mera coincidência, fazem referência ao processo de exclusão no mercado de trabalho vivenciado por pessoas trans e travestis, aqui metaforizado na corporeidade da leoa de juba. Ao passo que a qualificação profissional as habilita a ocuparem esses espaços, é apenas quando condicionadas a um processo de apagamento identitário que essas oportunidades são passíveis de materializarem-se. O preconceito contra a leoa de juba espelha vivências transfóbicas diárias contra mulheres nesses espaços profissionais.

Figura 21 - Nada Pessoal



Fonte: CARVALHO, Samie. Nada Pessoal. Facebook, 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/SashaTheLioness/photos/325231080955759>

Em outra sequência, intitulada Criada para oprimir a autora evidencia o caráter compulsório de uma socialização cissexista que violenta e oprime identidades de gênero inconformes já na primeira infância em um processo infinito de retroalimentação (Figura 22). Note-se que em ambas as histórias, a educação ocupa o centro de debate: ao passo que uma mulher trans não é legitimada a adentrar o espaço escolar, sobretudo ocupando cargos de poder, em relação sinônima, é também a escola, aqui retratada, o locus privilegiado para uma socialização cisheterossexista, a responsável por disciplinar e enquadrar essas subjetividades. (LOURO, 1997). Vivências semelhantes são compartilhadas por mulheres trans e travestis, espelhadas em relatos pessoais como o de Sara Wagner York, professora e pesquisadora, autodenominada uma travesti da educação e na educação, para ela:

O período escolar foi marcado por infinitos abusos de professores, diretores e colegas, uma vez que toda a simbologia do feminino era identificada nos meus primeiros passos, seja nos afetos, ou no comportamento, nas expressões (de gênero). O ser doce, educado, cortês, amigável, empático e todas as características do mundo sensível ganhavam significados de feminilidade diante da demanda heteronormativa ali estabelecida. Deste modo é perceptível que todo desejo/compreensão de sexo, sexualidade e identidade de gênero

deveriam se dimensionar dentro dos moldes da heteronormatividade, sendo esta a única orientação sexual considerada 'normal' e aceita. (GONÇALVES JR, 2018, p.81).

A biologização do gênero também ocupa lugar central na narrativa de Samie. Assentado nesses argumentos biológicos, o feminismo radical é constantemente referenciado, uma vez que esse segmento, dentro do movimento, é o que de forma mais explícita ataca e nega legitimidade às mulheridades trans e travestis. Conforme resgatamos no capítulo 2, essa problematização entre as fileiras do feminismo é parte fundante do movimento transfeminista, como assevera Letícia Nascimento:

Nossas experiências diversas exigem diferentes teorizações e demandas políticas dentro do feminismo. Manter essa pluralidade de vivências no caleidoscópio feminista significa entender que, apesar de diferentes, conectamo-nos com estruturas de opressão semelhantes, tais como o patriarcado, o machismo e o sexismo, que, no decorrer da história, vêm subjugando socialmente as experiências femininas. (NASCIMENTO, 2021, p.125).

Da mesma forma, a desnaturalização da performance feminina hegemônica presente na sequência Coisas artificiais (Figura 23) salienta o caráter postivo do gênero à medida que, na cena, a personagem dissecar o argumento do interlocutor apresentando-lhe todos os caracteres fabricados artificialmente também na performance masculina hegemônica. Aqui, a performatividade do gênero (BUTLER, 2019) e o eterno vir a ser generificado é desmascarado e evidenciado.

Na sequência seguinte, intitulada Oroboros (Figura 24), a representação da transfobia em um ordenamento cronológico, ao lado de uma cadeia de opressões historicamente edificadas sobre diversas configurações de mulheridades, sublinha o caráter cultural e construído em diversos contextos sociohistóricos da tentativa de subalternização do feminino. Ao mesmo tempo, o fato de essas violências provirem de uma mulher cis contra uma mulher trans, desnuda a fragilidade de preceitos feministas, como a sororidade, quando se tratam de mulheridades empurradas à condição de outridade (RIBEIRO, 2016). Além disso, o recorte temporal do presente, no último quadro, atua de modo a historicizar e contribuir para uma resignificação dessas violências na (des/re)construção de consciência histórica de leitoras e leitores (CERRI, 2001).

Figura 22 - Criada para oprimir



Fonte: CARVALHO, Samie. Criada para Oprimir. Facebook, 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/SashaTheLioness/photos/516335695178629>

Figura 24 - Coisas artificiais



Fonte: CARVALHO, Samie. Coisas artificiais. Facebook, 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/SashaTheLioness/photos/562166980595500>

Figura 23 - Oroboros



Fonte: CARVALHO, Samie. Oroboros. Facebook, 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/SashaTheLioness/photos/433514850127381>

Além de Samie Carvalho, outras artistas trans e travestis brasileiras constroem suas narrativas em quadrinhos assentadas no referencial transfeminista (de forma auto afirmada ou não), das quais podemos citar Alice Pereira (Pequenas Felicidades Diárias, 2018), Luiza Lemos (Transistorizada, 2016), Diana Salu (Então você quer escrever personagens trans?, 2021), dentre outras. No cenário latino americano destacamos a argentina Gabriela Binder, criadora da página Chicatrans no Facebook, que desde 2014 traz publicações em quadrinhos com temáticas centradas nas vivências trans e contribuem para o debate público problematizando questões da

ordem do dia na cena portenha, como o combate à ideologia de gênero.

Assim como no Brasil, na Argentina, a ideia concebida pelo senso comum de ideologia de gênero que tanto permeou os debates em torno do PNE e da BNCC no Brasil, é arrastada por movimentos reacionários que, aqui e lá, recrudesceram o debate democrático na garantia de direitos fundamentais para a população LGBTQIA+. No Brasil, os que combatem a ideologia de gênero pretendiam enfrentar, no campo educacional, quaisquer concepções claramente contrárias aos fundamentos religiosos impostos às identidades de gênero e sexualidades dissidentes, baseados em princípios biologizantes sobre o sexo e gênero atribuídos ao nascer do indivíduo.

Os tensionamentos em torno dos avanços nas legislações que garantem direitos à população LGBTQIA+ na Argentina ocupam o debate público mais intensamente a partir de 2010, quando da resistência da igreja católica (com o então bispo de Buenos Aires, o atual Papa Francisco), colocando-se claramente contrário à aprovação do casamento entre pessoas do mesmo gênero no país. Em 2012, a aprovação de leis, com garantias à identidade de gênero e direitos do paciente, acirrou ainda mais o clima beligerante entre religiosos conservadores resvalando na eleição de Maurício Macri em 2015, considerado por setores religiosos um ideólogo de gênero. (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

As censuras e violências do combate à ideologia de gênero que recaem sobre as populações trans e travestis foram problematizadas por Binder na sequência postada em 12 de janeiro de 2019 (Figura 25) na página Chicatrans na qual o combate à ideologia de gênero é representado com contornos nazifascistas (com referências iconográficas a Hitler), além de sublinhar o pânico moral, imposto pela cruzada anti diversidade, como aponta Miskolci: "[...] a gramática política que envolve a noção 'ideologia de gênero' opera na lógica dos fenômenos que a sociologia denomina de pânicos morais, reconhecíveis quando emerge a retórica da sociedade sob ameaça". (MISKOLCI; CAMPANA, 2017. p.739-740).

Ao mesmo tempo, a narrativa transfeminista de Gabriela Binder além de priorizar o protagonismo trans alterna momentos de sensibilização para a dura realidade dessas mulheres latinoamericanas com momentos de posituação dessas vivências, visibilizando um mundo possível com acesso pleno a *ocupos laborales* diversos e postos de poder, não restritos apenas à prostituição compulsória (temática bastante presente em sua obra), imposta pelo *cístera*. O humor mobilizado na

sequência publicada em 27 de dezembro de 2017 (Figura 25) naturaliza o uso do nome social legitimando e, em certa medida, fazendo-se pedagógico quanto ao entendimento do que representa o nome social para mulheres trans, evidenciando a obsolência do nome e do gênero atribuídos no nascimento, no processo de autoafirmação identitária.

Notemos que a representatividade trans nos quadrinhos traz à tona características próprias, com um humor apreensível das vivências provenientes desse lugar de enunciação, bem como de um potencial artístico criativo subaproveitado já que, nos moldes tradicionais das produções em quadrinhos, a presença de mulheres trans e travestis compondo as equipes de criação de grandes editoras é de forma geral um fenômeno recente e quantitativamente ainda pouco significativo.

Ao afirmar que o universo dos quadrinhos ainda é um universo de "dominação masculina" Mccloud (2006, p.68), lançava luz sobre a exclusão de parcelas significativas da população (mulheres, LGBTQIA+ dentre outras minorias sociais) passíveis de figurarem na narrativa em quadrinhos de forma menos estereotipada e mais orgânica. Nesse sentido, a linguagem quadrinhística atua de forma peculiar na (des/re)construção de sentidos de modo que a representatividade de autoras e personagens trans e travestis protagonizando essas histórias impacta sobremaneira na apreensão da realidade generificada pelo público leitor, como ressalta Mccloud (2006):

A diversidade da produção de quadrinhos refletirá inevitavelmente as experiências diversas das pessoas que os produzem, já que no contato entre criador e leitor as características daquele cuja mão segura a caneta afetarão a percepção daqueles cujas mãos seguram a obra. (McCLOUD, 2006, p.98).

Figura 26 - Una de cal una de arena...



Fonte: Chicatrans, 12 de janeiro de 2019. Facebook. Disponível em: <
<https://www.facebook.com/Chicatrans-1392287807660234/photos/2263526853869654>>

Figura 25- Firma



Fonte: Chicatrans, 27 de dezembro de 2017. Facebook. Disponível em: <
<https://www.facebook.com/Chicatrans-1392287807660234/photos/a.1617515025137510/2013555515533457/>>

3.4 "RITOS DE CONVIVÊNCIA MAL E MAL DEMOCRÁTICA": o pacto narcísico da masculinidade hegemônica nas HQS.

Como vimos, como qualquer outro artefato da indústria cultural, as narrativas em quadrinhos são indissociáveis dos contextos históricos de sua produção e refletem escolhas políticas em consonância ou resistência a tais conjunturas, além de espelharem uma atmosfera que caracteriza o imaginário de uma época, como evidencia Feijó (1997):

Na década de 30 os gibis captaram e refletiram esperança e confiança, nos anos 50, medo desconfiança e intolerância; nos anos 60 o desejo de grandes mudanças políticas e sociais; nos anos 90, desilusão

quanto ao presente e pessimismo quanto ao futuro (FEIJÓ, 1997, p.72).

A desilusão citada pelo autor, marca a chegada dos anos 90 e 2000, como consequência do avanço do neoliberalismo e da reciclagem das contradições do capitalismo evidenciando a melancolia e frustração dos jovens, levados à supervalorização do agora. Já não se experienciam grandes expectativas com o futuro, naquilo que Hartog (2014) chamou de presentismo, o regime de historicidade inaugurado no pós guerra. Essa ambiência psico-emocional dará o tom das narrativas comerciais desse período, impactando até nos clássicos super heróis, que serão, se não substituídos por outros, renovados em suas formas de agir sobre a realidade que já não corresponde mais àquela quando dos seus nascimentos. Com o aprofundamento da globalização e a consequente popularização dos computadores e acesso à internet nos anos 2000, testemunhamos o retorno dos super heróis resgatados pelo cinema e de seu êxito comercial, gerando, a exemplo da relação entre mangás e animes¹⁸, uma retroalimentação de consumo. Ao mesmo tempo, a expansão nos meios de comunicação amplificou a difusão das HQs em formato digital, seja por meio de comercialização, seja pela disponibilização gratuita ou mesmo através da pirataria, presente nas redes. Por outro lado, a concorrência com diversas modalidades de entretenimento leva a uma diminuição no ritmo das vendas dessas publicações.

Nesse contexto, têm se destacado as produções independentes e financiamentos coletivos, pluralizando o diálogo e visibilizando uma infinidade de temáticas e autores/as com diferentes lugares de enunciação que escapariam à produção mercadológica pasteurizada. Note-se a profusão de grupos sociais invisibilizados, fetichizados e estereotipados nas narrativas hegemônicas que tem se mobilizado em torno dessas formas de financiamentos com o objetivo de materializar demandas culturais de seus segmentos (negros, indígenas, LGBTQIA+, dentre outros), construindo narrativas contra hegemônicas que confrontam um mercado editorial excludente.

A política de universalização do masculino, branco, europeu, cishetero

¹⁸A forma como as questões de gênero e sexualidades são abordadas nos quadrinhos japoneses (os mangás) obedece a dinâmicas culturais próprias que, em certa medida, diferem da abordagem ocidental hegemônica e portanto demandam espaço analítico cuidadoso, difícil de contemplar plenamente no curto espaço dessa pesquisa.

defronta-se cada vez mais com uma infinidade de identidades, socialmente articuladas e, sobretudo, para os interesses de uma produção inserida na dinâmica capitalista de mercado, capazes de alavancar vendas. Para aqueles dispostos a digerirem as profundas transformações acumuladas até a virada do século XXI, abre-se um novo filão que demanda não apenas representação como também a visibilização de suas próprias vozes: diversas atrizes e atores sociais lançam seus olhares sobre a nona arte a partir de seus lugares de enunciação: mulheres cis, trans e travestis, lésbicas, homens trans, gays, negras/os, pessoas não binárias, pessoas com deficiência, dentre outras antes invisibilizadas, passam a provocar tensionamentos nesses espaços produzindo narrativas potentes e inovadoras.

Entretanto, as sucessivas baixas nas vendas das HQ 's acentuadas em fins da primeira década do século XXI, desencadearam um curioso novo/velho movimento que se apresentava compromissado em supostamente salvaguardar uma essência da nona arte. Os protestos provinham de grupos que se auto intitulavam consumidores assíduos - de quadrinhos ou de manchetes? (HECK, 2021) - dispostos a diagnosticar, baseado exclusivamente em suas experiências subjetivas, as causas do fracasso editorial das HQs nos últimos anos, associando-o a uma suposta queda na qualidade das publicações.

Como principal responsável pela tal crise de qualidade, estaria a inserção de mulheres, negros e LGBTQIA+ nesse cenário, seja protagonizando as narrativas¹⁹ ou mesmo enquanto criadoras e criadores, profissionais que integram as equipes de grandes editoras do gênero. O movimento de resistência à diversidade e representatividade nos quadrinhos ficou conhecido como Cosmic Gate e aglutina seguidores nos Estados Unidos e fora dele desde os idos de 2017. Filho das redes sociais, o movimento difundiu-se rapidamente na esfera digital (twitter, instagram, facebook, youtube, fóruns especializados em quadrinhos, dentre outros) e embora não haja consenso sobre uma espécie de marco inicial, a imprensa norte americana, alguns estudiosos do tema, além de muitos amantes da nona arte, tem algumas pistas.

¹⁹Quando falamos de transgeneridade na narrativa em quadrinhos, personagens trans muitas vezes se mesclaram com gênero fluido e queer nessas narrativas, pairando no ar certa ambiguidade quanto à identidade de gênero ou expressão de gênero levando leitores a demandarem uma autoafirmação das personagens que só ocorrerá de fato bem mais tarde na cena da superaventura em grandes editoras comerciais como a Marvel (2013) e a DC Comics (2009).

Três anos antes do Cosmic Gate ser nominado nas redes sociais, um movimento intitulado Gamergate surgia, orbitando o jornalismo dos games nos Estados Unidos, com contornos semelhantes aos replicados posteriormente no contexto dos quadrinhos. Suas origens podem ser identificadas na publicação, carregada de misoginia e inaptidão em lidar com a rejeição de uma mulher, feita pelo programador norte americano Eron Gjoni, direcionada à sua ex companheira, Zoe Quinn, desenvolvedora de jogos (GAGLIONI, 2019). Na ocasião, o programador recorre à exposição da vida sexual de Quinn, que teria supostamente se relacionado com o jornalista do segmento gamer, Nathan Grayson, expondo a possível traição sofrida por ele em seu blog pessoal.

O que foi noticiado inicialmente como uma polêmica conjugal, atravessada pela defesa de uma suposta ética no jornalismo gamer, denotava certo favorecimento à Quinn, e desencadeou uma sucessão de episódios misóginos que recaíram não apenas sobre ela mas estenderam-se a diversas criadoras feministas ou mesmo a quaisquer mulheres que discutissem as temáticas nesse universo, a exemplo de Anita Sarkeesian, mestre em política pela Universidade de York que em seu canal do youtube, *Feminist Frequency*, propôs-se a problematizar os estereótipos femininos nos games e fora igualmente atacada. (GAGLIONI, 2019).

Os discursos de ódio continham marcas explícitas de sexismo, acompanhados de ameaças de morte e estupros, e amplificaram-se como uma reação à inserção de pautas feministas e temáticas progressistas no cenário gamer, como atesta Gaglioni: "Indo além dos ataques pessoais, os membros do Gamergate divulgavam mensagens pregando que haveria uma movimentação para que a 'ideologia politicamente correta' se infiltrasse no universo dos games" (GAGLIONI, 2019. p.[5]). Do discurso de combate à ideologia do politicamente correto à demanda por uma despolitização dos games, o Gamergate disseminou suas ideias entre jovens de 16 a 30 anos, com posicionamentos políticos à direita e extrema direita, distendendo suas concepções a outros segmentos do entretenimento como as histórias em quadrinhos (GAGLIONI, 2019).

Embora alguns autores se debrucem sobre o Comicsgate como uma ramificação do Gamesgate, a gênese do movimento nos quadrinhos tem sido atrelada à postagem de uma *selfie* (Figura 27) - e à enxurrada de comentários que surgiram em função dela. Publicada pela editora da Marvel Heather Antos, em sua conta no twitter, a foto catalisou raivosas reações de usuários da rede social (FRANCISCO,

2018). É possível que estejamos todas e todos, nesse momento imaginando, o que de tão chocante poderia haver em uma selfie, capaz de provocar tamanha polêmica no cenário das HQs? Vejamos:

Figura 27 - Equipe Milkshake Marvel



Fonte: ANTOS, Heather. (@HeatherAntos). "It's the Marvel milkshake crew! #FabulousFlo". 28 de julho de 2017. 3:35 pm. Tweet.

Resgatemos o contexto da fotografia e os gatilhos para tanta revolta: reunidas em homenagem à também funcionária da editora, Flo Steinberg, a posteriormente denominada equipe de milkshake da Marvel, composta apenas por mulheres (entre roteiristas e ilustradoras), decide registrar o encontro e partilhá-lo nas redes sociais (FRANCISCO, 2018). Os discursos de ódio, ao que parece, já engatilhados, irromperam em uma enxurrada de comentários:

Os tweets públicos incluíam muitos dos insultos usuais e misoginia: 'garotas geeks falsas', 'a coleção mais assustadora de SJWs estereotipadas que alguém poderia imaginar' e 'Puxa, não consigo imaginar por que as vendas da Marvel estão no banheiro'. Outros começaram a assediá-la por mensagem direta. (JASPER, 2017.

p. [4]).²⁰

A menção ao "SJW" ou *Social Justice Warrior*, refere-se ao termo pejorativo usado contra pessoas que defendem pautas progressistas ligadas ao feminismo, ao movimento LGBTQIA+, movimento negro e aos direitos humanos, demonstrando, nesse caso, uma alusão direta à presença feminina nas HQs, como podemos perceber no tweet do usuário Hal Jordan que questionava: "Podemos simplesmente sair do feminismo e da justiça social e realmente publicar histórias. Deus, a DC parece cada vez melhor". (JORDAN, 2017)²¹.

O incômodo com o feminismo e a justiça social parecem pautar as reivindicações dos usuários, e embora o Cosmic Gate seja disperso e não haja muita clareza quanto ao que reivindicam, algumas pessoas, e o que elas defendem publicamente, nos dão pistas ao personificarem o movimento. É o caso de Richard C. Meyer. Identificado como seu principal expoente, administrava a conta @DiversityAndCmx no twitter, responsável pela replicação massiva dos discursos de ódio direcionados à Antos no episódio dos milkshakes. (ELBEIN, 2018). Além disso, Meyer possuía um canal no youtube, também chamado Diversity & Comics, no qual se propunha a folhear HQs ridicularizando-as quanto aos seus conteúdos, acumulando mais de 57.000 assinantes no ano de 2018. (FRANCISCO, 2018).

Ex soldado nas guerras do Iraque e Afeganistão nos anos 2000, Meyer publicou em 2009 a HQ *No Enemy, But Peace*, também com foco na temática militarista. Incomodado com a forma como as questões de gênero e sexualidade vem sendo representadas nos quadrinhos, Meyer afirmou ao site norte americano Daily Beast ter notado coisas estranhas nos últimos anos, dentre as quais:

Feminização dos homens, masculinização das mulheres, basicamente, todos os casais heterossexuais clássicos sendo destruídos ...você percebe que isso é uma tendência, e você começa a se perguntar por que eles estão fazendo isso. Por que Luke Cage, o cara durão de blaxploitation por excelência, por que ele está empurrando um carrinho de bebê e ele é o mais covarde, de fala mais mansa - isso não é feito por acaso. (ELBEIN, 2018. p.[8] tradução nossa)²².

²⁰ The public tweets included plenty of the usual insults and misogyny: "fake geek girls," "the creepiest collection of stereotypical SJWs anyone could possibly imagine," and "Gee, I can't imagine why Marvel's sales are in the toilet." Others took to harassing Antos via direct message. (JASPER, 2017. p.[4]).

²¹JORDAN, Hal. (@pSLAMS38_7). "Can we just get off of feminism and social justice and actually pront stories.God DC looks better and better" 30 de julho de 2017. 11:21 pm. Tweet

²²Feminization of men, masculinization of women, basically, all the classic heterosexual pairings being destroyed... you realize this is a trend, and you start wondering why they're doing it. Why is Luke Cage,

Notemos, a evidente insatisfação com a subversão de papéis de gênero e a resistência a sinais de cruzamento das fronteiras do binômio masculino/feminino. Além disso, o recurso ao pânico moral através da narrativa da imposição conspiratória de um paradigma contra hegemônico (variantes da ditadura gay e ideologia de gênero no Brasil), é usado para justificar a resistência às mudanças socioculturais gestadas nos séculos XX e XXI. A intolerância em lidar com configurações de corporeidades e performances de gênero que não as cisheteronormativas, rendeu a Meyer o envolvimento em episódios de transfobia contra mulheres como Magdalene Visaggio, artista trans que desponta entre grandes editoras comerciais de quadrinhos como a Marvel e a DC Comics, agredida por Meyer nas redes sociais, além dos ataques racistas que proferiu ao cartunista Darryl Ayo. (FRANCISCO, 2018).

Percebemos que os ressentimentos com o aumento na visibilidade de mulheres na indústria dos quadrinhos (sua presença não é recente porém seu silenciamento foi sistemático), foram o aperitivo para o banquete misógino a ser servido, acompanhado por outros pratos indigestos: homofobia, transfobia, racismo e xenofobia. Embora muitos não estivessem dispostos a digerirem as transformações sociais fervidas no caldo de cultura dos séculos XX e XXI, outras tantas pessoas se posicionaram em suas redes sociais, prontas para fazerem do milkshake identitário o prato principal.

Ao passo que alguns comentários e postagens reproduziam discursos retrógrados, outros tantos tweets de editores e editoras, ilustradoras e ilustradores, roteiristas e nomes de peso no cenário de HQs, posicionaram-se contra o ataque gratuito sofrido pelas quadrinhistas. Além disso, milhares de usuárias e usuários do twitter em apoio à presença das mulheres nos quadrinhos aglutinaram-se em torno da hashtag *#makeminemilkshake*, em referência ao slogan da Marvel *Make mine Marvel*, gerando ilustrações icônicas sobre a contenda. Dentre as milhares de imagens que brotaram nas redes sociais, muitas miraram na desconstrução dos estereótipos de gênero através de personagens clássicos como o Superhomem (Figura 27) e o Homem Aranha, dentre outros (JASPER, 2017; SCHIMKOWITZ, 2017; FRANCISCO, 2018).

the quintessential blaxploitation tough guy, why is he pushing a baby carriage and he's the wimpiest, most soft-spoken—this is not done on accident. (ELBEIN, 2018).

Figura 28 - Super milkshake



Fonte: RAAFAT, Ahmed. ([@TheAhmedRaafat](https://twitter.com/TheAhmedRaafat)). I had planned to draw a mustachioed Superman all week, so thought I'd give him a milkshake too [#MakeMineMilkshake](https://twitter.com/MakeMineMilkshake)[#superstache](https://twitter.com/superstache). Twitter. 10:23 AM. 1 de Agosto de 2017. Disponível em: <https://twitter.com/theahmedraafat/status/892375231045791744>

A DC Comics, concorrente direta da Marvel no mercado de quadrinhos de super aventura e citada como parâmetro de comparação em inúmeros comentários de usuários, postou em seu twitter uma imagem de sua equipe de "mulheres maravilhas" com os braços cruzados, símbolo característico da super heroína da casa, em apoio às mulheres da Marvel.

O Cosmic Gate embora tenha perdido adeptos e visibilidade nos últimos anos nos Estados Unidos, ganhou corpo ao longo de 2018 culminando com a publicação em agosto daquele ano de uma lista de artistas a serem boicotados pelos seus seguidores, seja pelas identidades de gênero, seja pelas origens e posições políticas das/dos artista, dentre os quais figuravam Larry Hama, Mark Waid, Alex de Campi, Kelly Sue DeConnick, Matt Fraction, Ta-Nehisi Coates. O avanço da extrema direita com a eleição de Donald Trump marcou um momento de inflexão nas pautas progressistas favorecendo a saída do fascismo do armário também na cena das HQs norte-americanas. (FRANCISCO, 2018).

No cenário brasileiro, a patrulha sobre a nona arte, tem atentado, nos últimos anos, contra a liberdade de expressão e marchado ao lado de bandeiras duvidosas trazidas pela extrema direita, como o combate à ideologia de gênero e a doutrinação

ideológica, supostamente presentes nos espaços de educação formal e nos artefatos da cultura de massas. Para além de uma disputa restrita aos ambientes virtuais, baseada na desenfreada propagação de *fake news*, essas temáticas adentraram as câmaras legislativas com a criação de projetos de lei, como o Escola sem Partido, julgado como inconstitucional em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal.

No centro desses tensionamentos no Brasil esteve a última Bienal Internacional do Livro, evento realizado no Rio de Janeiro em 2019, na qual o então prefeito Marcelo Crivella tentou impor o recolhimento da HQ Vingadores - A Cruzada das Crianças, lançada em 2016 pela Marvel Comics, por supostamente difundir conteúdo impróprio para crianças. Referindo-se ao beijo entre o casal gay Wiccano e Hulkling, presentes na trama, as justificativas para a retirada da HQ de circulação foram publicadas por Crivella em um post seguido de vídeo, veiculado em seu twitter, no qual o político declarava agir em nome da proteção às crianças:

Pessoal, precisamos proteger as nossas crianças. Por isso, determinamos que os organizadores da Bienal recolhessem os livros com conteúdos impróprios para menores. Não é correto que elas tenham acesso precoce a assuntos que não estão de acordo com suas idades. (CRIVELA, 2019)²³.

Em nota, a prefeitura seguiu alegando basear-se no Estatuto da Criança e do Adolescente para justificar a ação:

No caso em questão, a Prefeitura entendeu inadequado, de acordo com o ECA, que uma obra de super-heróis apresente e ilustre o tema do homossexualismo a adolescentes e crianças, inclusive menores de 10 anos, sem que se avise antes qual seja o seu conteúdo. (ROUVENAT *et. al.*, 2019. p[9])²⁴

Percebamos o teor homofóbico na fala de Crivella e na nota técnica, ao classificarem um beijo gay como conteúdo sexual para menores e exposição precoce ao 'homossexualismo'. Sem estabelecerem paridade, no entanto, com os milhares de beijos entre casais heterossexuais difundidos livremente e naturalizados nas narrativas em HQ voltadas ao público infantil, a pretensa proteção às crianças e adolescentes foi apresentada e assentada, nesse caso, em um referencial

²³CRIVELA, Marcelo (@Mcrivella): 5 de setembro de 2019. 8:25 p.m. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/mcrivella/status/1169752491178831873>

²⁴Rouvenat *et. al.* Livro que Crivella mandou recolher se esgota na Bienal do Rio. G1 Rio. 06/09/2019. 09:52 p.m. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/06/livro-que-crivella-mandou-recolher-se-esgota-na-bienal-do-livro-do-rio.ghtml>

cisheteronormativo excludente, já que a menção ao ECA denota uma tentativa de apagamento institucional das famílias LGBTQIA+.

Na manhã seguinte à postagem, a prefeitura realizou uma fiscalização na feira através da Secretaria de Ordem Pública a fim de confiscar outras publicações semelhantes, concluindo a ação sem encontrar quaisquer irregularidades. A repercussão do caso na esfera jurídica garantiu a permanência da referida HQ na Bienal e surtiu o efeito contrário ao pretendido pelas autoridades já que as vendas daquela publicação foram impulsionadas após a polêmica, e todos os exemplares encontravam-se esgotados entre os expositores no dia seguinte à fala do prefeito.

A mobilização nas redes sociais de inúmeros coletivos LGBTQIA+ que se colocaram em franca oposição à medida, pressionando os poderes públicos contra a postura arbitrária e LGBTfóbica, contou ainda com a colaboração de diversas figuras públicas, dentre elas o youtuber Felipe Neto, que dispôs-se a debater a questão em seu canal no youtube - no alto de seus 42.500.000 seguidores, dos quais a maioria pertencente ao público infante juvenil. O youtuber, na ocasião, adquiriu 10.000 livros com temáticas LGBTQIA+ e os distribuiu gratuitamente no evento. Em um ato simbólico, aludindo às queixas do então prefeito que reclamava a ausência de lacre preto nessas publicações e alertas sobre o seu conteúdo "impróprio", as publicações distribuídas por Neto além de embaladas em plástico preto, contavam com uma advertência: "Este livro é impróprio para pessoas atrasadas, retrógradas e preconceituosas. Felipe Neto agradece sua luta pelo amor, pela inclusão e pela diversidade". (ESTADÃO, 2019. p.[1]).

A luta contra a censura LGBTfóbica na produção em quadrinhos no Brasil contou ainda com o apoio do movimento Quadrinhistas Antifascistas que circulou nos espaços da bienal, nos corpos de artistas em broches que estampavam a logomarca do movimento. Reafirmando a posição situada de muitos profissionais do gênero, o combate ao recrudescimento do cenário, nos últimos anos, tomou conta de debates em espaços midiáticos diversos nos dias subsequentes à Bienal. Paralelamente, e em resposta aos Quadrinhistas Antifascistas, emerge nas redes sociais e fóruns do gênero, a logomarca do que seria o movimento Quadrinhos sem Política, no contexto pós bienal internacional do livro em 2019. (FANTINI, 2020).

Figura 29 - Logomarca Quadrinhistas antifascistas e quadrinhos sem política



Fonte: Balaio Pop. Disponível em: <http://balaipop.com.br/politica-e-quadrinhos-ser-isentao-nao-te-redime-da-miseria-sua-volta/>

Assemelhado ao Cômics Gate e assim como ele, difuso e com pautas no mínimo contraditórias, o movimento Quadrinho sem Política propunha-se a combater a inserção nas HQs de temas políticos e, à reboque, da chamada pauta de costumes que inclui as temáticas de gênero e sexualidades. Criando uma falsa dicotomia com o movimento Quadrinhistas Antifascistas, o Quadrinhos sem Política arregimentava seguidores com posicionamentos à direita e extrema direita, afeitos aos já citados embates em torno do combate à ideologia de gênero e à doutrinação ideológica. (FANTINI, 2020).

Nesse contexto, ganham força no Brasil pós-jornadas de julho de 2013, produções em quadrinhos feitas por, e pensadas para, um público que se apresenta como de direita e conservador. Apesar de alegarem serem contra a inserção - que julgam doutrinatória - das temáticas progressistas nesses produtos culturais, os quadrinhos de direita, como ficaram conhecidos, contraditoriamente replicam, às avessas, o modelo que recriminam, como veremos nas duas publicações mais representativas do gênero: Doutrinador, de Luciano Cunha, e Destro - o martelo da direita, de Luciano Cunha e Michel Gomes.

Veiculado como webcomic no auge das agitações político-sociais de 2013 no Brasil, a criação o Doutrinador do ilustrador e roteirista Luciano Cunha, é protagonizada por um anti-herói, soldado aposentado que decide canalizar suas frustrações com a corrupção no país assassinando, um a um, àqueles que elegeu como inimigos públicos, dentre os quais, figuram pastores, dirigentes de futebol e, sobretudo, políticos, alguns implicitamente remetidos, como o ex presidente Fernando

Henrique Cardoso ou José Sarney, a então presidenta Dilma Rousseff (Figura 29) e o senador Renan Calheiros. Mobilizando simbologias que remetem à extrema direita (roupas camufladas e a bandeira do Brasil apropriada como símbolo de patriotismo entre os conservadores), o protagonista, em sua saga de vingança, tem a mídia televisiva, ora como espelho para deleite ora como amparo para suas ações. (CHERINI, 2017).

As primeiras publicações do Doutrinador foram feitas na página oficial do autor no Facebook e eram apresentadas em fragmentos, com páginas publicadas ao longo da semana. Embora Cunha aponte que a HQ tenha surgido em 2008 e fora publicada apenas naquele ano, a atualidade do roteiro, saindo do forno com textos literais de manchetes de jornais publicadas naquela mesma semana, demonstram como o contexto político e social do período reverberaram na narrativa (CHERINI, 2017). Quando questionado quanto às suas influências artísticas, (o autor carrega no currículo trabalhos com Ziraldo em *O Menino Maluquinho*), Cunha aponta personagens como Batman, O Justiceiro e o Rorschach, de *Watchmen*. Por outro lado, diante da problematização quanto ao caráter político ideológico do Doutrinador, o artista afirmou em entrevista ao jornal *El país* que:

O viés que as pessoas tomam para ele é político, mas pro Batman, porque é o Batman, é o viés de entretenimento, de diversão. Em *O Cavaleiro das Trevas*, ele é um milionário que caça bandidos pobres. Usa todo o seu aparato, força e dinheiro para fazer justiça com as próprias mãos. Mas dizem: 'ah, isso é só quadrinho'. Porra, mas o meu também é só um quadrinho! (BETIM, 2015).

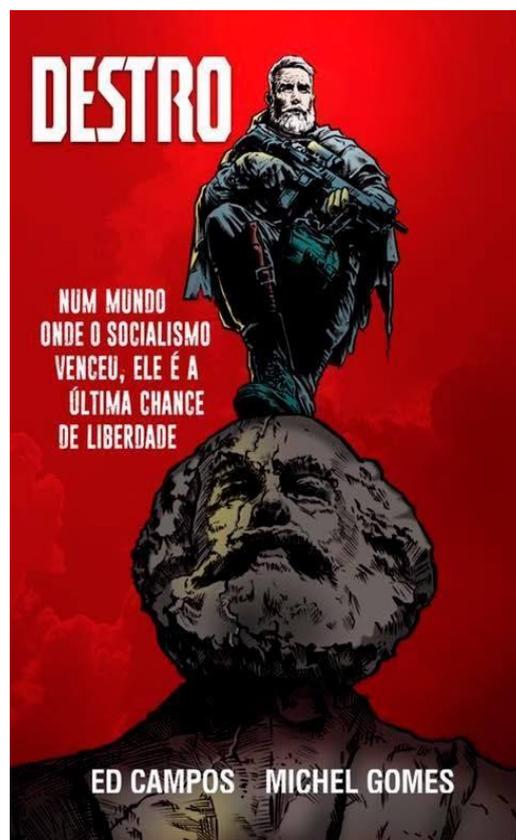
Embora haja um esforço inicial de Cunha para dirimir conclusões que atrelem o quadrinho a uma narrativa com contornos político-ideológicos explícitos, nos parece questionável a intencionalidade com a qual ele mobiliza referências iconográficas capazes de nos conduzirem a uma leitura, em certa medida, maniqueísta da realidade, evidenciando suas escolhas políticas que perpassam inegavelmente a narrativa. Além disso, a tentativa de esvaziar o caráter político intrínseco a todo e qualquer artefato da cultura de massas, sinaliza para uma postura parcial diante de um modelo de sociedade que, estabelecido como hegemônico, torna-se naturalizado, embora nesse caso, os juízos de valor nos pareçam explicitados em cada trecho da narrativa.

Figura 30 - O Doutrinador



Fonte: CUNHA, Luciano. O Doutrinador. Redbox, 2013. p. 36

Figura 31 - Destro



Fonte: CAMPOS, Edson; GOMES, Michel. Destro o martelo da direita. Vide Editorial, 2020

Algumas constatações acerca desses posicionamentos políticos e intencionalidades podem ser observadas em outras declarações dadas pelo artista para o site TAB Uol, em 2020, nas quais, ao anunciar a criação de sua própria editora, como resultado do expressivo sucesso alcançado pela publicação, Cunha afirma que a editora Super Prumo nasce com a intenção de consolidar-se como a casa das ideias dos títulos de direita no Brasil e arremata afirmando: "Será uma editora de quadrinhos brasileiros com foco na variedade e excelência de tramas e personagens. Sem lacação, sem 'mimimi'. Apenas boas histórias que merecem ser contadas". (FANTINI, 2020. p.[111])²⁵.

O sucesso do Doutrinador rendeu-lhe números expressivos no mercado

²⁵Termos como "lacação" e "mimimi" circulam nas redes sociais como formas pejorativas com as quais conservadores brasileiros referem-se às já citadas pautas progressistas atreladas ao feminismo, às pautas LGBTQIA+, ao movimento negro além do combate a representações estereotipadas e preconceituosas no universo da cultura de massas.

editorial nos anos subsequentes, além de garantir seu financiamento (cerca de 1 milhão de reais captados pela Lei Rouanet), para a adaptação aos cinemas, com produção da Paris Entretenimento e distribuição da Downtown Filmes, além do lançamento da obra também no Japão e na Coreia do Sul (FANTINI, 2020). Ventilado no contexto eleitoral de 2018, com o discurso anticorrupção como principal bandeira da extrema direita circulando na mídia brasileira, a estréia do filme ocorre, assim como o seu nascimento nos quadrinhos, associada a momentos de instabilidade político-social e de inflexão do regime democrático no país.

Assim como o Doutrinador, Destro - o martelo da direita, é uma HQ criada por Luciano Cunha e Michel Gomes, com título auto evidente: ambientada em um futuro distópico no qual o comunismo torna-se hegemônico no mundo, as implicações para o Brasil impactam diretamente na vida de seu protagonista, o ex fuzileiro naval João Destro. Nesse universo, os conservadores são massacrados e perseguidos pelos comunistas, que controlam os meios de comunicação digital e difundem a ideologia esquerdista.

Como um desertor, um dos únicos sujeitos que escapou à implantação do chip de controle comunista, Destro partirá em busca dos autores de direita censurados e desprezados nessa sociedade, enfrentando assim uma ditadura digital globalizada. Replicando as mesmas referências na construção visual do personagem Doutrinador, Destro apresenta-se como um homem de meia idade, com vestimentas militares e uma surrada bandeira brasileira atada ao corpo conferindo-lhe uma espécie de capa. Com armas em punho, o herói da direita brasileira está pronto para "pisar" na doutrinação marxista (Figura 30).

Embora possa parecer anacrônica, remetendo-se a supostas ameaças comunistas aventadas nos anos 60 e 70 no Brasil, o resgate descontextualizado dessas narrativas é atualizado na sociedade brasileira, pós manifestos de 2013, marcada por um momento histórico de polarização entre a extrema direita, que lança mão de fake news e teorias conspiratórias dignas de roteiros de ficção contra os segmentos que exigem o aprofundamento nos avanços sociais conquistados nos últimos anos. Ao contrário do Doutrinador, Destro lançou-se no mercado a partir de um financiamento coletivo que objetivava angariar 10.000 reais para sua produção e acabou arrecadando 486% além do previsto, segundo o site de financiamento coletivo Catarse.

Na descrição do projeto, a HQ apresenta-se aos seus apoiadores como

uma obra que já nasce histórica. E essa afirmativa é baseada numa pergunta muito simples: você se lembra de alguma história em quadrinhos brasileira que se assume positivamente como uma criação de perfil conservador, anti-marxista e de direita?[...] Pois é isso mesmo: seu autor tem a coragem de desafiar o establishment cultural brasileiro para adentrar a um terreno espinhoso e reforçar que a cultura é o campo crucial para a guerra política em que vivemos. Vamos usar as próprias palavras de um líder socialista: 'Para qualquer ação política que não tenha os fuzis de Mao, o terreno gramsciano é o único possível'. Ou seja, a mensagem é clara: é na cultura, no sistema educacional, na mídia e nas redes sociais que eles querem e precisam determinar o que as pessoas pensam. A hegemonia da esquerda na cultura brasileira tem conduzido a sociedade numa direção que só serve aos seus interesses e isso, pela primeira vez em quase 40 anos, foi quebrado! (CAMPOS; CUNHA, 2019)

O posicionamento dos autores é evidente quanto à guerra de narrativas que pretendem travar contra uma suposta doutrinação de esquerda que, na descrição, ultrapassa o terreno da ficção e parece transmutar-se para a realidade objetiva, como se vivêssemos de fato um paradigma comunista hegemônico incrustado nos artefatos culturais e nos processos educativos. Mesmo antes de sua concepção, o caráter pedagógico intencionado e verbalizado por seus autores reforça a relação intrínseca entre os quadrinhos de direita e as disputas na formação de consciência histórica a partir dos artefatos da cultura de massas, direcionadas nesse caso, ao nicho dos consumidores de quadrinhos com posição política à direita e extrema direita. (CHERINI, 2017).

Em entrevista concedida ao portal TAB Uol, Luciano Cunha, ainda usando o pseudônimo Edson Campos (com o qual submeteu a proposta de financiamento coletivo ao site Catarse), justifica o sucesso do Destro, como consequência da inserção das pautas progressistas nas narrativas comerciais de grande alcance editorial, para ele, "As novas histórias são péssimas, baseadas numa agenda política progressista clara. Por isso, elas não encontram respaldo nos antigos fãs e não cativam novos leitores". (FANTINI, 2020. p.[5]). Chama-nos atenção no discurso do autor, o alinhamento com os argumentos reproduzidos pelos seguidores do Cosmic Gate, evidenciando que a perda de exclusividade na representação de grupos hegemônicos no cenário das HQs parece gerar uma reação ressentida e repleta de discursos de ódio, disseminando intolerâncias nas narrativas do gênero também no Brasil.

O pacto narcísico da masculinidade hegemônica (DINIZ, 2019) encontra nas

vozes de mulheres e LGBTQIA+ um sinal claro de crise, uma vez que já não monopolizam os espaços de dizibilidade, mesmo que neles ainda sejam majoritários. Para Débora Diniz, no contexto brasileiro atual, o pacto da masculinidade arregimenta entre suas fileiras "homens barulhentos e ressentidos, alguns armados, outros à espera das metralhadoras prometidas, para ver se reconquistam a honra que jamais tiveram, porém imaginam ter sido confiscada pelas mulheres ou gays" (DINIZ, 2019. p.[4]). Referindo-se aqui aos militantes de um extrema direita que se naturalizam nos últimos anos no Brasil, em um paralelo de inteligibilidade, percebemos semelhanças entre eles e os leitores ressentidos com a inserção de pautas e sujeitos, para além de si mesmos, nas narrativas em quadrinhos. Em ambos os casos, a mera cogitação de perda de privilégios de dizibilidade parece gerar reações violentas e ressentidas.

Para além do nicho dos quadrinhos abertamente posicionados à direita, as pressões empreendidas pelos movimentos sociais e usuários de redes sociais sobre editoras e autores vêm problematizando questões diversas no cenário das HQs e tem demandado maior cuidado na abordagem de temas sensíveis nessas narrativas. Esse ambiente de atenção tem exigido posicionamentos cada vez mais contundentes de empresas do segmento e artistas quanto à responsabilização por condutas antidemocráticas nesse universo, como ocorreu com o ilustrador brasileiro Joe Bennett.

Como parte do quadro de ilustradores da Marvel há 24 anos, Bennett envolveu-se em polêmicas recentes, sendo acusado de antisemitismo, LGBTfobia, nazifascismo, além de posturas antidemocráticas que lhe custaram a permanência na editora. Responsável por produzir atualmente a revista do Imortal Hulk, o histórico de publicações problemáticas do artista remetem a 2017, no contexto dos lançamentos de candidaturas para as próximas eleições presidenciais em 2018 no Brasil. Na ocasião, Bennett publicou em suas redes uma ilustração na qual vê-se um homem em um cavalo empunhando uma espada, em uma referência clara ao então candidato Jair Bolsonaro, decapitando verdadeiras caricaturas de políticos brasileiros, semelhantes a ratos, mas com feições humanas, como Lula, Dilma Rousseff, Antônio Palocci e Michel Temer, este último, destoando dos demais por apresentar-se com asas de morcego e capa de vampiro. A ilustração era introduzida pelo texto: "Força meu capitão!! O Brasil precisa de ti". (NEXO, 2021. p[3]).

A publicação, postada na página do autor no Facebook, voltou à tona apenas em 2021, quando um de seus parceiros de trabalho, o roteirista norte americano Al

Elwing, resgatou a imagem e posicionou-se publicamente contrário às condutas do colega, uma vez que a ilustração foi rapidamente relacionada à propaganda nazista no processo de desumanização dos judeus. A estratégia semelhante mobilizada por Bennett gerou pressões à Marvel vindas de usuários das redes sociais, fãs da nona arte e mesmo figuras de renome do cenário, como o brasileiro Mike Deodato Jr., que tweetou: "Muito triste isso tudo. Quadrinista, mais que qualquer um, deveria saber a diferença entre o bem e o mal". (DEODATO JR, 2021). As pressões levaram a editora a anunciar, dias depois do ocorrido, o desligamento do artista de seu corpo de funcionários.

Em 2019, Bennett já havia se envolvido em outra polêmica na qual o ilustrador, em suas redes sociais, referendou as agressões sofridas pelo jornalista Glenn Greenwald, desferidas pelo também jornalista Augusto Nunes, com motivações LGBTfóbicas em um programa de rádio brasileiro. Em sua página no Facebook Bennett escreveu: "Augusto Nunes, seu caboclo foda! Esse tapa foi meu também! Devia ter dado era um soco!". Diante do questionamento de vários fãs na página do artista, a postagem foi apagada e seguida por nova publicação, com um pedido de desculpas endereçado a Glenn e seu companheiro, o então deputado federal David Miranda.

Como vimos, o caráter pedagógico das HQs constatado pela incomparável capacidade de produzir identificação e conexão, foi captado e mobilizado em diferentes momentos, acentuando sua indissociabilidade de compromissos políticos de autores e artistas, seja na disseminação dos ideais feministas por Marston e suas companheiras, Elizabeth Holloway e Olive Byrne, seja na propaganda antisemita, nazifascista e antidemocrática de Joe Bennett ou na distopia anticomunista de Luciano Cunha.

Assim, as histórias em quadrinhos surgem e seguem durante toda sua trajetória histórica cercadas por uma atmosfera de vigilância e suspeição, inseparáveis de tensionamentos político-sociais que orbitam sua produção. Acusadas de imbecilizar e obstaculizar o bom desenvolvimento cognitivo de crianças e adolescentes, as HQs foram lidas como uma perigosa ameaça, como instrumentos capazes de atuarem no inconsciente juvenil e desmontar automaticamente as estruturas éticas e morais estabelecidas. De perigosos artefatos na corrupção de menores pela suposta eficiência e sedução, essas publicações passaram ao usufruto da propaganda político ideológica de estado, pela mesma razão.

Apartar a produção em quadrinhos dos processos históricos que lhes cercam e atravessam, torna quaisquer tentativas de silenciar artistas enquanto sujeitos históricos, frustradas diante da impossibilidade de negar-se seus lugares situados de enunciação e a intencionalidade de suas obras em consonância ou contraposição aos modelos de sociedade em disputa no contexto de sua concepção. Além disso, a nona arte, como vimos, é marcada historicamente pelo engajamento, característica indispensável à formação do senso crítico e da consciência histórica que perpassa os artefatos da cultura de massas.

Evidencia-se assim, a real natureza da censura que em diferentes períodos históricos seguiu e segue pairando sobre a produção em quadrinhos: a capacidade de representar narrativas outras, vivências disruptivas, de anarquizar o *status quo* e materializarem, na ficção, novos modelos possíveis de sociedade; ao mesmo tempo que servem à sedimentação de referenciais simbólicos incrustados no imaginário coletivo. O primogênito *Yellow Kid* escandalizava a intelectualidade norte-americana porque lançava luz à existência marginal, a qual se desejava, na impossibilidade de aniquilar, ao menos condicionar à coadjuvância exemplar.

O Superhomem perturbou a supremacia alemã ao replicar um modelo liberal e individualista de sociedade contrário ao discurso nazista, ao passo que estabelecia um referencial heteronormativo de masculinidade no ocidente (ECO, 1984). A Mulher Maravilha, Mafalda, Mônica, Margarida e Muriel fizeram nascer na ficção outras configurações de mulheridades e as masculinidades hegemônicas questionadas em Hugo e Chiclete com Banana problematizaram poderes estabelecidos em um cenário autoritário e androcêntrico.

E se tudo é político, a nona arte historicamente resiste em deixar que esses sujeitos habitem apenas as sarjetas.

3.5 "LUTAS CONTORNADAS, CONTRA INSTINTO": o ensino de história e as narrativas de memória em HQs como recurso didático na formação da consciência histórica

A instituição do ensino de História no Brasil ancorou-se, inicialmente, nas concepções de transposição didática atreladas à formação da identidade nacional sob o regime de historicidade moderno que nos conduziria pretensamente ao progresso

social. Pensar o ensino de História como locus para a didatização do conhecimento acadêmico gerado pela historiografia desembocou na construção de uma hierarquização que parecia abraçar o conhecimento produzido nas universidades ao passo que rechaçava conhecimentos de origem popular, não-erudita.

Esses princípios viram-se espelhados nos aparelhos reguladores de estado, tendo se tornado o Regulamento de 1838 do Colégio D. Pedro I, um marco que instituiu o ensino de História no Brasil, assentado sobre esses preceitos. Como um replicador de parâmetros franceses, tratava-se de uma suposta história total como foco central, sob lentes eurocêntricas, enquanto a história nacional corria às suas margens. (SCHMIDT, 2012).

Paralelamente, nas histórias em quadrinhos, certa hierarquização cultural refletiu-se também no início de sua trajetória histórica no país, como vimos. Desde a replicação de narrativas importadas à condenação enquanto suposto mecanismo limitador do desenvolvimento cognitivo, notava-se uma nítida deslegitimação das HQs como produtos da cultura de massas. Essas concepções sobre os quadrinhos reverberaram igualmente na educação básica, que só passa a acolher a nona arte como recurso educacional entre fins da década de 70 e meados dos anos 80, ampliando-se de fato, apenas com o advento os PCNs em 1997. (LIMA, D., 2017).

Um traço marcante desse período foi a adaptação de clássicos da literatura para a linguagem quadrinhística na busca por legitimidade, respondendo às demandas de uma elite intelectual para quem os roteiros deveriam popularizar uma literatura clássica. Nesse contexto, é sintomático que a inserção de títulos em HQ pelo PNBE (Programa Nacional Biblioteca na Escola), tenha se dado apenas em 2006, nove anos após a sua criação. (BAHIA, 2012). Nos últimos anos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no intuito de regular e planificar os currículos, destaca os quadrinhos como um gênero literário e portanto, preconiza sua utilização, análise e familiarização de modo a inseri-los na "dieta literária" (McCLOUD, 1995) de crianças e jovens enquanto manifestação artística apreendida em suas especificidades.

O fato de os quadrinhos no Brasil serem ofertados como ferramentas auxiliares no processo de alfabetização infantil lhes confere um lugar no imaginário social, associado ao entretenimento, bem como costumam remeter a uma memória afetiva na qual a leitura apresentava-se para desfrute, em espaços não formais de educação, e a relação com essas publicações era de não obrigatoriedade e deleite, como enfatizam Margonari e Braga Jr (2015).

são produtos de entretenimento que contém uma cultura muitas vezes tachada historicamente como 'cultura inútil' e por isso mesmo, despertadora de interesse no alunado. Não há muito esforço ou convencimento na hora de pedir a leitura de uma HQ (ou congênere) (MARGONARI; BRAGA JR, 2015, p.34).

Os quadrinhos, por ocuparem esse lugar de transição, e a resistência à sua entrada enquanto elemento da cultura popular e de massas no espaço escolar evidenciam o caráter segregador que não só atravessa o fazer educativo, como é produto de sua ação direta. Na construção de desigualdades sociais, a escola é peça chave, uma vez que, a tentativa de homogeneização empreendida pela educação formal passa pela atribuição de valor ou não a determinados artefatos culturais de origens diversas, como aponta Bonifácio (2005):

Essa concepção de cultura, como um patamar produzido por poucos e a ser atingido por outros tantos, tem sustentado e legitimado, de certa forma, a existência da instituição escolar. E, quanto a isso, a escola tem exercido a histórica atribuição de pré-determinar os limites entre uma cultura considerada adequada, verdadeira e universal, em relação àquela que seria concebida como uma subcultura, inferior qualitativamente, sendo normalmente atribuída como originária ou destinada às classes trabalhadoras. À escola caberia a função de transmitir, a todo e qualquer indivíduo, essa cultura superior, ignorando as vivências e percepções subjetivas, além das questões específicas da condição de pertencimento a uma classe, a um gênero, e não a outro, a uma etnia, quer seja dominada, ou dominante. (BONIFÁCIO, 2005, p.11).

Dessa forma, o entrelaçamento que nos parece fundamental, entre a escola e os espaços não formais de educação ainda é frágil, em parte, pelos resquícios dessa hierarquização - cultura erudita versus popular - a rondar o processo de ensino aprendizagem. Entretanto, com a democratização do acesso à educação básica na segunda metade do século XX no Brasil, o ingresso de diversas atrizes e atores sociais nesses espaços, a articulação dos movimentos sociais além da entrada da cultura de massas enquanto objeto de pesquisa no espaço acadêmico tem impactado no uso dessas narrativas como recurso didático.

No ensino de História, mesmo quando os roteiros não são necessariamente orientados por temáticas que remetam a conteúdos abordados pela historiografia ou pela história escolar, as narrativas em quadrinhos refletem o contexto histórico de sua produção, demandas sociopolíticas e mercadológicas do período, bem como os lugares de enunciação de suas/seus criadores/criadoras e editoras. Antes de mais,

essas publicações encarnam demandas e intencionalidades características do seu tempo e assim, carregam sentidos que de alguma forma atravessam, pelo capital simbólico que mobilizam, a leitura do mundo pelos estudantes.

Atreladas à construção de consciência histórica por crianças e adolescentes, esses artefatos por vezes mediam - ocupando esse lugar de fronteira entre a educação não formal e a institucionalizada - o contato com noções de historicidade e temporalidade na apreensão da realidade. Nesse sentido, ao adentrarem as aulas de História, as HQs evidenciam a potência no diálogo entre a cultura de massas e o ensino escolar como dimensões distintas de certa cultura histórica, uma vez que são as histórias em quadrinhos "portadoras de um conhecimento histórico circulante". (BONIFÁCIO, 2005, p.18).

Se pensarmos o ensino de História em sua dimensão narrativa (como o é a própria historiografia), as bifurcações apontam para um caminho comum quanto à construção de sentido na experiência vivida e no exercício da alteridade, como aponta Monteiro (2012), em pesquisa realizada com estudantes e docentes da rede básica de ensino. A autora, buscando investigar o que caracterizaria um bom professor pelo olhar de estudantes do ensino médio, identificou o 'explicar bem' como presença recorrente nos relatos. Assim, a trama particularmente elaborada no ensino de História na qual lançamos mão de metáforas e conceitos, mirando na construção de pontes de acronia, auxilia na apreensão de dado contexto histórico por sujeitos localizados no presente. (MONTEIRO, 2012).

Desse modo, o que seria uma boa professora/or que explicasse bem senão profissionais capazes de (re)construírem a narrativa histórica escolar na elaboração de sentidos inteligíveis no tempo vivido e compartilhado por suas interlocutoras e interlocutores, promovendo o diálogo entre o passado-presente e o presente-passado? Diálogos que aproximem a dimensão narrativa do ensino de História às narrativas em quadrinhos podem ainda auxiliar na apreensão da multisensorialidade do conhecimento histórico (linguagem escrita e iconográfica).

Em uma sociedade multimidiatizada como a que vivemos desde fins do século XX, esse processo passa necessariamente pela imagem. A construção da identidade, indissociável da apreensão de processos históricos, e portanto, associada à construção de consciência histórica, está em estreita relação com a representatividade, autoimagem e auto afirmação. Atrelado a isso, o uso frequente das redes sociais, jogos e programas televisivos tem desembocado na exposição aos

apelos visuais, com discursos acerca do conhecimento histórico de toda sorte, povoando o ambiente virtual ao qual têm acesso crianças e adolescentes.

Como afirma Mccloud (1995), sendo o cartoon, por exemplo, um conceito dotado de sentido e significação apenas quando submetido ao espelhamento que fazemos de nós mesmos, o apelo emocional contido nas imagens está ancorado de algum modo, na capacidade de rememoração e familiaridade que algumas delas desencadeiam em seus/uas leitores/as, mobilizando o universo simbólico comum a autoras e autores e a leitoras e leitores. Como enfatiza Eisner (1989):

A compreensão de uma imagem requer uma comunidade de experiência. Portanto, para que sua imagem seja compreendida o autor sequencial deverá ter uma compreensão da experiência de vida do leitor. É preciso que se desenvolva uma interação, porque o artista está evocando imagens armazenadas nas mentes de ambas as partes. O sucesso ou fracasso desse método de comunicação depende da facilidade com que o leitor reconhece o significado e o impacto emocional da imagem. (EISNER, 1989, p.13-14).

Desse modo, pensando na sua multidimensionalidade, as histórias em quadrinhos ativam competências não só relativas à leitura de textos e imagens como ao uso da imaginação, remissão à memória coletiva e ao apelo emocional recrutados simultaneamente. A força simbólica do ícone na narrativa em quadrinhos recupera e/ou institui concepções culturalmente produzidas, localizadas e disseminadas em dado contexto sociocultural.

Ocupando assim um lugar de mediação como recurso metodológico, com sua linguagem própria, as HQs de alguma forma podem materializar o enfrentamento e legitimação de conhecimentos outros, para além do repertório acadêmico. Uma vez que a linguagem dos quadrinhos é compartilhada por docentes e estudantes, a capacidade de promover essa interlocução, ultrapassando fronteiras sociais e mesmo geracionais, pode contribuir para o rompimento de barreiras e disputas de poder consolidadas também no ambiente escolar. O próprio ato de utilizar HQs no ensino de História representa (com toda a carga simbólica que carrega) um convite à ruptura às práticas empregadas costumeiramente, o que pode proporcionar um deslocamento do lugar institucionalizado, racional e repressivo para o lugar do intuitivo, emocional, interpretativo e subjetivo.

Ainda, a linguagem dos quadrinhos pode dialogar de forma peculiar com o ensino de História se fizermos um paralelo na relação com o tempo em ambas as narrativas. Ao ensino de História cabe a condução crítica no manejo do tempo (dos

passados-presentes aos presentes passados), enquanto na narrativa em quadrinhos, a relação passado, futuro e presente se dá no espaço do agora a cada quadro e cada página (McCLOUD, 1995). Além disso, o que Vilela (2007) chamou de recordatórios, expressões como enquanto isso, alguns anos depois, dentre outras, imprimem referenciais de temporalidades passíveis de problematização no uso dos quadrinhos nas aulas de História.

Pensar a construção, e em se tratando do ensino de História, a didatização do conhecimento histórico, passa necessariamente pelo intercruzamento apontado por Ricoeur no qual ocorre o que o autor chamou de refiguração do tempo, elaborado a partir da

sobreposição recíproca, quando o momento quase histórico da ficção troca de lugar com o momento quase fictício da história. Desse entrecruzamento, dessa sobreposição recíproca, dessa troca de lugares, procede o que se convencionou chamar de tempo humano, em que se conjugam a representância do passado pela história e as variações imaginativas da ficção, sobre o pano de fundo das aporias da fenomenologia do tempo. (RICOEUR, 1997, p.332).

A representância desse tempo humano enquanto domínio privilegiado da História dá-se de forma inescapável pela narrativa histórica e mais ainda em nosso enfoque específico, pela narrativa histórica escolar. Ao passo que a narrativa histórica escolar elenca elementos do passado, recorre a referenciais simbólicos apreensível no contexto do presente e se faz inteligível à medida que remete a um imaginário coletivo. Ao mesmo tempo, a relação causal que se pode estabelecer no tecer das intrigas na narrativa histórica escolar contém em si a potencialidade de conduzir à apreensão de sentidos pela conjunção da narração, problematização e crítica, sobretudo, quando atreladas à imaginação histórica e à subjetividade tanto de estudantes quanto de docentes (ANHORN; COSTA, 2011).

Apostar na narrativa como norte para o ensino de História na construção de consciência histórica é indissociável da percepção polifônica na produção do conhecimento histórico, desde lugares de enunciação, dizibilidades a intencionalidades múltiplas. Além disso, a narrativa aqui proposta dispõe-se a ambientar cenários socioemocionais que acreditamos serem fundamentais na apreensão da realidade, em se tratando de temas sensíveis como o que nos propusemos a abordar.

No ensino de História, talvez em função da condenação pela escola dos

Annales a uma história narrativa ancorada no positivismo, a palavra narrativa parece ter tomado contornos pejorativos de obsolescência e descompromisso com o método de investigação histórica. Como resquícios de uma tradição que ainda deixa rastros no ensino de História, quando se trata da Educação Básica a concepção de que história narrativa é sinônimo de romantizada e ultrapassada, enquanto história-problema é sinônimo de cientificidade (ANHORN; COSTA, 2011), ainda afasta docentes do entendimento da narrativa histórica escolar enquanto narrativa, invariavelmente. Como aponta Anhorn e Costa (2011):

Percebe-se que essa visão dicotômica no âmbito da historiografia escolar não deixa de reproduzir o binarismo que se instaurou no seio dos debates historiográficos a partir do século XIX. Com efeito, essa dicotomização mobiliza, na área, outras oposições como narratividade versus cientificidade; subjetividade versus objetividade, interpretação versus explicação, estabelecendo cadeias de equivalências e cortes antagônicos cujos efeitos epistemológicos e políticos se fazem também sentir no plano pedagógico, e particularmente [...] na fixação de sentidos de passados, presentes e futuros em contextos escolares. (ANHORN; COSTA, 2011, p.200).

Nessa perspectiva, com a qual dialoga também Monteiro (2007), a tentativa de supressão do paradigma narrativo pela história-problema promovida pelos Annales mirava na concepção de que o acontecimento continha em si significância isolada, enquanto a longa duração debruçava-se sobre as estruturas que circundavam o evento. Como reflexos desses ordenamentos replicados na formação inicial de docentes, nas licenciaturas em História, narrativas diversas da historiográfica, oriundas de outras esferas do conhecimento têm sido majoritariamente mobilizadas apenas como recurso motivador.

Advogar pelo resgate nominado da narrativa na escrita da História e sobretudo, no ensino de História objetiva marcar sua dimensão simbólica e situada, enquanto discurso, um recorte subjetivo da realidade, produto da agência de pesquisadores e, por isso, incapaz de fornecer verdades testáveis absolutas e imutáveis por si mesmas senão representações parciais de uma dada realidade (MONTEIRO, 2007; HARTOG, 1998), inscrita em uma teia de disputas de poder e silenciamentos. Nota-se nesse sentido, a aproximação estreita entre o ensino de História e o exercício narrativo, uma vez que, como aponta Monteiro:

Na história escolar percebe-se, assim, que a estrutura narrativa pode ser reconhecida numa dupla dimensão: como estrutura discursiva de expressão do conhecimento histórico e como estrutura de sustentação da construção didática que tem uma finalidade própria. (MONTEIRO,

2007, p.130).

Dessa forma, mesmo ao pensarmos uma história-problema, há uma condução narrativa que pode ser mais ou menos perceptível, mas que de alguma forma orienta o fazer pedagógico na apreensão de sentidos acerca da realidade objetiva. O que seria a contextualização de dado momento histórico senão a construção de uma ambiência que através da condução narrativa situada dá um sentido conduzido ao que se deseja conhecer?

A potência de um currículo narrativo que oriente o processo de ensino aprendizagem e problematize o currículo prescritivo, reside, dentre outras coisas, no resgate de narrativas e dizibilidades outras que por vezes têm no contar histórias a base da transmissão de conhecimentos de uma dada cultura (GOODSON;CRICK, 2019). Ruth Crick admite a existência de três dimensões narrativas a serem articuladas nos processos de ensino e aprendizagem: as narrativas do aprendiz, da comunidade da qual faz parte, e a narrativa produzida em conjunto na construção de conhecimentos (GOODSON; CRICK, 2019). Nessa perspectiva, com a qual temos acordo, a aprendizagem passa necessariamente por uma articulação entre as vivências individuais e coletivas na apreensão da realidade objetiva, articulando-se (e não hierarquizando-se), diferentes formas de conhecimento e leituras de mundo.

Nesse sentido, o engajamento de estudantes, assentado na multidimensionalidade da experiência humana, fica por vezes comprometido em parte pelo engessamento do currículo prescritivo, sobretudo quando nos referimos a atrizes e atores sociais que não experienciam uma conexão mínima com o currículo de História em função do silenciamento de suas identidades não hegemônicas nessa narrativas, como vimos em capítulos anteriores.

Aqui, o recurso à narrativa de memória proposta, enquanto arcabouço teórico metodológico aponta para o entendimento de que a aprendizagem de fato significativa, aquela na qual se articulam sentidos diversos à realidade vivida e observada, torna-se indissociável dos processos de construção identitária. Como afirmam Goodson e Crick (2019),

Comunidades culturalmente carentes e marginalizadas são fundamentalmente carentes de ricas histórias e do senso de identidade que vem com elas. Jovens ocidentais crescem com as histórias do progresso ocidental e do capitalismo, com seu individualismo e seu materialismo científico, assim como com suas histórias de democracia e de justiça social. Os jovens para os quais essas histórias 'não prestam' (usualmente porque eles são

marginalizados de alguma maneira) buscam histórias e formas de pertencimento alternativas. (GOODSON; CRICK, 2019, p.110).

Desse modo, pensar o currículo narrativo no qual perspectivas não hegemônicas possam emergir no ensino de História nos parece um recurso capaz de atuar na positivação de vivências múltiplas, ao passo que visibiliza, empodera e legitima atores e atrizes sociais no resgate e construção de conhecimentos ancorados no legado cultural que carregam. Ao mesmo tempo, o exercício recíproco que advém do deslocamento nessas posições de poder, ou seja, dada a condição de outridade de certas subjetividades no ensino de História, essas narrativas de vida subvertem a centralidade e unicidade propostas pelo discurso cisheterossexual branco, do norte global.

Quando tratamos de estudantes trans e travestis ou mesmo LGBTQIA+, o protagonismo de figuras históricas que de alguma forma dialogam com vivências comuns a essas identidades no tempo presente podem atuar na auto percepção dessas atrizes sociais enquanto parte de uma coletividade, localizada no tempo e portanto, historicizável. Em alguma medida, isso pode contribuir tanto para as noções de consciência histórica, na sedimentação de sentimentos de pertencimento cultural quanto para a afirmação de lugares de enunciação enquanto atrizes e atores políticos que tensionam poderes historicamente estabelecidos. Desse modo, o currículo narrativo, como apontam Goodson e Crick (2019),

torna-se um 'caminho narrável' em direção à formação de identidade e agência, quando o 'saber como contação de história' é valorizado, promovido, e representado. Narrativas propiciam e criam espaço para 'momentos pedagógicos' nos quais as pessoas podem se conectar consigo mesmas, umas com as outras, com suas próprias cultura e tradição, com suas esperanças e aspirações e, em última instância, com uma construção de conhecimento intencional e orientada, que serve a suas trajetórias pessoais e públicas. (GOODSON; CRICK, 2019, p.114).

Assim como os corpos que importam (BUTLER, 2015), as narrativas passíveis de compartilhamento e legitimação institucional dizem muito sobre lugares privilegiados de enunciação bem como de apagamentos e silenciamentos no currículo de História, reproduzindo-se na escola a estrutura social excludente, homogeneizante e, sobretudo, colonialista.

Desse modo, apostar em narrativas que deem voz a atrizes e atores historicamente silenciadas na narrativa histórica escolar é um convite ao exercício da

representatividade e de alteridade, preceitos caros ao ensino de História que atua na construção de senso crítico e desnaturaliza, portanto, historiciza, processos culturalmente construídos. Compartilhando das ideias de Eco (1984) e Mccloud (1995) para quem os quadrinhos são, como "uma forma de mitologia moderna" (McCLOUD, 1995, p.188), pensar na visibilização de narrativas outras através das HQs ampliando-se o espectro de representatividade possível nessas publicações a partir da positivação identitária, permite-nos a construção de pontes presente-passado, frente ao alto nível de abstração demandada pela narrativa histórica escolar.

O apelo da HQ como potência comunicativa entre as camadas populares, como vimos, foi rapidamente identificado pelos agentes do estado que não hesitaram em utilizá-la em benefício próprio. Seja pela propaganda de guerra norte-americana ou pela China de Mao Tsé Tung, o uso dessas narrativas serviu a interesses diversos e em certa medida sedimentou referenciais e estabeleceu padrões normativos aos quais crianças e adolescentes foram expostos ao longo da vida. De forma recíproca também anarquizaram o status quo e apresentaram outros mundos possíveis.

Se essas publicações podem socialmente atuar na sedimentação de normatividades, através de sua capacidade ímpar de comunicação e identificação com a narrativa verbo visual - uma vez que a imagem pode mobilizar "memórias, culturas e tradições" (XAVIER, 2017, p.1) - elas podem, por que não, atuar na desnaturalização desses mesmos parâmetros socialmente construídos. Como afirma Veloso, "sob o primado do acontecimento discursivo, uma determinada memória é recuperada, relida e reformulada em seus sentidos tradicionais. O acontecimento atualiza os sentidos na história". (VELOSO, 2015, p.79-80).

3.6 "FOLHAS DE NARRATIVA SEQUESTRADA": construindo uma proposta didática transfeminista através da HQ Xica

No tocante às questões de gênero e sexualidades, como vimos em seções anteriores deste capítulo, mobilizamos a narrativa em quadrinhos apontando para a problematização de representações a partir de uma narrativa disruptiva, ancorada na desconstrução de narrativas hegemônicas que silenciam subjetividades e reforçam um ideal cisheteronormativo, masculino, branco e ocidental no ensino de História.

Assim, a proposta didática que apresentamos - uma narrativa em quadrinhos que se propõe transfeminista e inspirada em relatos históricos que visibilizem subjetividades LGBTQIA+ - fundamenta-se antes de mais nada, na representação - inclusive imagética - de identidades de gênero invisibilizadas na narrativa histórica escolar. Claro está que, longe de reproduzirmos um pensamento reducionista, e salvacionista que atribui ao instrumento a capacidade de transformar por si mesmo o ensino e as relações sociais, entendemos que os quadrinhos podem ser mais um recurso - em suas especificidades - disponível a ser mobilizado pelo sujeito (agência) para constituição e positivação de identidades de gênero ou orientações do desejo não hegemônicas, proporcionando um espaço de visibilização de contra narrativas no ensino de História. Na perspectiva apresentada por Vilela (2007),

uma história em quadrinhos pode mostrar um mesmo fato narrado do ponto de vista de diferentes personagens, o que pode contribuir para que os alunos compreendam mais facilmente a existência de diferentes versões da História assim como a subjetividade presente nelas. (VILELA, 2007, p.107).

Nesse sentido, objetivamos apresentar outros olhares sobre as fontes, mobilizando essas narrativas no intuito de provocarem a historiografia e a narrativa histórica escolar quanto ao seu caráter ainda majoritariamente cisheteronormativo, masculino, branco e cristão. É com esse entendimento que o roteiro da HQ Xica foi proposto: pautado no tensionamento entre a narrativa historiográfica tradicional e dizibilidades outras, trans e travestis sobre as fontes, construindo narrativas de memória que dialoguem com o conhecimento histórico.

Como uma narrativa de memória, que não se propõe a manter um compromisso rígido com fontes ou mesmo com verdades transitórias produzidas pela historiografia, na proposta apresentada, a HQ Xica seguida de suplemento didático, ancora-se na perspectiva defendida por Schmidt (2012) que considera o uso de HQs ficcionais como instrumento capaz de ambientar física emocional e socialmente vivências de um dado grupo social, para além da descrição impessoal dessa ambiência. Desse modo, o espelhamento entre as vivências de Xica e da protagonista Keron, uma adolescente que habita o tempo presente, objetivam atentar para rupturas e permanências nos processos de exclusão social que incidem sobre a população trans e travesti no Brasil e como essa exclusão impacta no sentimento de pertencimento e construção da consciência histórica entre jovens através do ensino de História.

Assim, a HQ Xica é recuperada sem pretender apresentar-se exclusivamente

como relato histórico, para a leitura do tempo presente no recorte sócio histórico brasileiro, senão como narrativa de memória do movimento de mulheres trans e travestis que deram vida à Xica Manicongo como a primeira travesti brasileira. Como dissemos anteriormente, embora ambientada no Brasil colônia e produzida inspirada nas fontes documentais, nosso intuito reside em sensibilizar para o aspecto simbólico e violento que marca uma ambiência física e emocional de exclusão em contraste com uma narrativa que positiva e visibiliza narrativas outras de si construídas por mulheres trans e travestis sob uma perspectiva transfeminista.

Na concepção apontada por Vilela (2007), da qual nos aproximamos na elaboração dessa proposta didática, as histórias em quadrinhos podem

servir como rico ponto de partida para discutir temas, conceitos e aspectos importantes, sempre atuais: o eixo dominação-resistência, o direito de autonomia dos povos, o conceito de etnocentrismo, o julgamento de outras culturas pelos valores e ótica da cultura do observador, as ideias de convivência pacífica entre os povos, o respeito à diversidade cultural, o respeito à diferença. (VILELA, 2007, p.112).

Pensar o enfoque narrativo no lugar de enunciação dessas mulheres nos permite centrar a HQ Xica na narrativa travesti a partir de seu olhar sobre o documento histórico e em certa medida, evidenciar a dimensão da resistência cultural dessas subjetividades, dos preceitos eurocentrados que recaem historicamente sobre povos colonizados, uma vez que Xica Manicongo fora escravizada e trazida do Congo, além de nos pautarmos no respeito à diversidade cultural. Pensarmos a fonte histórica como incapaz de conter sentidos em si mesma, nos aproxima do conhecimento histórico como produto do manejo e montagem ativa do pesquisador debruçando-se enquanto sujeito situado sobre as fontes.

Desse modo, acreditamos que os espaços de construção do conhecimento podem ser compartilhados e não necessariamente hierarquicamente construídos. Nessa perspectiva, a apresentação do quadrinho seguido de um suplemento didático no qual discutimos conceitos e categorias mobilizadas pelo transfeminismo, estudos de gênero e ensino de História, nos permitem trabalhar com as potencialidades e fronteiras do trabalho historiográfico em diálogo com potencialidades e limites da narrativa de memória dessas mulheres para o ensino de História. Se outrora a historiografia propôs-se a visibilizar uma "história vista de baixo" parece-nos cada vez mais necessário que essas atrizes sociais falem por si mesmas quando se trata do

ensino de História.

Como alerta Vilela (2007) é indispensável que estejamos atentos a alguns preceitos no uso dos quadrinhos no ensino de História. São eles a dimensão da memória, o anacronismo e a verossimilhança. Por tratar-se de uma narrativa de memória travesti, Xica é situada e assenta-se na sedimentação de uma memória coletiva desse segmento social, conforme abordamos no Capítulo 1. Entretanto, a narrativa não só assenta-se sobre fontes históricas como a coerência da construção literária confere certo nível de verossimilhança ao texto verbo visual. De toda forma, a ênfase no conteúdo do suplemento didático atrelado à HQ visa embasar docentes e estudantes na delimitação de fronteiras entre a memória e o historicamente produzido.

Notemos que dos caminhos mais curtos para atingir o respeito às diferentes culturas preconizados tanto na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), quanto nos Planos Nacionais de Educação (PNE) e no Currículo Pernambuco, está a positivação de expressões culturais diversas, além da desnaturalização das hierarquias sociais entre elas, com vistas a que

o respeito às diversidades culturais, religiosas, étnicas, raciais, sexuais e de gênero não seja[m] apenas um princípio, mas também uma estratégia formativa para o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos nas suas multidimensionalidades (PERNAMBUCO, 2019, p.21).

Como podemos perceber, no recorte acima, extraído dos princípios norteadores do Currículo de Pernambuco (2019), as expectativas formativas giram em torno do respeito à diversidade cultural dos indivíduos. Ora, o ensino de História seria então o lugar privilegiado para desconstruirmos preconceitos baseados na imposição de ideias construídas historicamente também sobre masculinidades, feminilidades e orientações do desejo, apoiadas em pensamentos que naturalizam opressões.

Diante dessas ausências e exigências, como ficam professoras e professores de História quando estudantes que se auto afirmam LGBTQIA + emergem no espaço escolar? Como lidar, enfrentar e não permitir que sejam perpetrados diversos tipos de violência (física, verbal e simbólica) que recaem sobre esses/essas estudantes? Como desnaturalizar concepções de normalidade/anormalidade que circundam as temáticas de gênero e sexualidade historicamente localizadas? Como professoras e professores de História podem atuar na promoção da experiência verdadeiramente

democrática em sala de aula quando nos debruçamos sobre as identidades de gênero e orientações do desejo dissidentes? Além disso, como fazê-lo tendo como principais desafios tantas ausências e um currículo repleto de conteúdos que impossibilitam a inserção de novas temáticas no já inflado currículo de História nos ensinos fundamental e médio?

Com vistas a auxiliar nessa tarefa, nos propusemos a construir uma proposta didática que possa oferecer a professoras, professores e estudantes subsídios históricos, artísticos, estéticos e políticos que permitam a visibilização de "narrativas sequestradas" (ALVES, 2018) dessas personagens com identidades de gênero e orientações do desejo dissidentes.

Tendo chegado ao Brasil nos idos de 1591, vinda da África, no contexto escravista colonial, Xica Manicongo tem nos registros da primeira visita da Santa Inquisição ao Brasil sua aparição documentada. Denunciada pelo crime de sodomia e por vestir-se com indumentária lida como feminina, oposta ao gênero que lhe foi atribuído ao ser capturada, Xica foi lançada à luz como ícone da resistência travesti e tem sido visibilizada em espaços de militância como um elo de ligação ancestral entre essas subjetividades. Nesse sentido, elegemos Xica como protagonista da narrativa pelo apelo simbólico que a personagem imprime sobre subjetividades trans e travestis no Brasil.

Atrelado à narrativa em HQ encontra-se um suplemento didático através do qual docentes e estudantes poderão apropriar-se, pela análise guiada, de fontes (que visibilizam outros segmentos da sigla LGBTQIA+ para além da transgeneridade), na problematização de conceitos próprios do método de investigação histórica abarcando assim de forma crítica, as duas esferas do conhecimento apresentadas nessa proposta: a memória e a História.

As escolhas temáticas foram pensadas com vistas a permitir a aplicação da proposta no transcorrer mesmo do currículo escolar, gestadas para contemplar os conteúdos já usualmente presentes nos ensinos fundamental e médio, quais sejam, o período colonial brasileiro e os contextos do comércio triangular escravista, dada a multiplicidade de enfoques a partir da temática em franco diálogo com os processos coloniais de imposição x resistência cultural negra no Brasil.

O projeto estético e artístico responde ao nosso compromisso político em dar visibilidade a artistas trans e negras na construção de uma narrativa ilustrada e roteirizada, pela ilustradora The Joco, adaptada dos artigos de duas outras

educadoras, igualmente trans e negras Jesus (2014a; 2014b) e Oliveira (2018).

Desse modo, desejamos instrumentalizar - a partir da sua utilização como recurso didático - educadores/as para que possam através da desnaturalização de referenciais eurocêntricos e cisheteronormativos, apresentar experiências pré-coloniais outras (de povos originários do Brasil e de África), positivar e promover a representatividade entre estudantes LGBTQIA+ historicamente silenciados na narrativa histórica escolar. Assim, oportunizando que estudantes LGBTQIA + possam ver-se finalmente enquanto sujeitos históricos ao passo que deslocam-se outras identidades da condição hegemônica de enunciação e representação na narrativa histórica escolar como única experiência legítima e possível de vivência humana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o gênero em uma perspectiva anti cisheteronormativa para o ensino de História apresentou-se como um desafio já no entendimento do conceito de lugar de fala que incide sobre nós enquanto professoras cisheterossexuais. Se pretendíamos falar de subjetividades trans e travestis nas aulas de História, caminhar sem elas, em sua polifonia e potências teórica e artística nos pareceu no mínimo perigoso e na prática impossível.

Daí partimos munidas de leituras que nos levaram aos debates acadêmicos em torno da categoria gênero na historiografia além do ensino de História. É no capítulo 1 que percebemos, no âmbito das pesquisas produzidas pelo ProfHistória, entre 2016 e 2018 a replicação sistemática de uma relação sinonímia entre gênero e história das mulheres, exclusivamente cisheterossexuais, paralelo à emergência do sujeito mulher na narrativa histórica escolar.

Historicizar os tensionamentos em torno da categoria gênero nos levou, no capítulo 2, a discutirmos a desconstrução do sujeito mulher assentado em definições biologizantes como amálgama residual dos movimentos feministas, arrastada ao longo do século XX. Observamos a emergência dos aportes teóricos trazidos por mulheres negras, lésbicas, do sul global, pelos estudos das masculinidades e estudos queers como pontes as quais nos levaram ao encontro com a perspectiva teórica transfeminista que atravessou nossas investigações e demarca a escolha teórico política da proposição didática apresentada. Resignificar o gênero sem essencialismos a partir das desigualdades impostas às diversas configurações de mulheridades sob o viés interseccional nos proporcionou um novo olhar sobre a escrita e o ensino de História, despertado pelas críticas e releituras da narrativa histórica protagonizadas por mulheres trans e travestis.

As suspeitas iniciais de que havia escassez na produção historiográfica quanto às temáticas LGBTQIA+ em partes não se confirmaram, ao contrário do que o ensino de História poderia fazer parecer, embora, se falássemos em proporcionalidade poderíamos apontar fragilidades. Notamos que desde fins do século XX essas questões vêm sendo problematizadas no espaço acadêmico, entretanto, quando falamos de mulheres trans e travestis enquanto atrizes sociais, percebemos com frequência uma subcategorização dessas subjetividades no rol das

homossexualidades e de forma majoritária, ambientadas nos séculos XX e XXI. Seja por certo rigor conceitual - com vistas a não cometer o pecado dos pecados, o anacronismo? - seja por limitações no entendimento atreladas ao período em que algumas obras foram gestadas, ou mesmo por um apagamento sistemático, observamos que, para além da figuração dessas atrizes sociais na historiografia, é a cisheteronormatividade branca e ocidental que figura como principal referencial ao qual se remetem pesquisadores e pesquisadoras incorrendo em leituras míopes dessas subjetividades.

Para o ensino de História, essas discussões chegam ainda mais lentamente e respondem a demandas diversas (igreja, família, estado) que obstaculizam o aprofundar dessas problematizações e permanecem à mercê do voluntarismo, sensibilização e compromisso político prévio de educadoras e educadores. Gênero e orientações do desejo no ensino de História, mesmo preconizados como temas transversais desde os idos de 1997 nos PCNs ou considerados princípios norteadores no Currículo de Pernambuco em 2021, seguem ocupando um lugar de facultatividade ou, quando essas temáticas emergem, seguem replicando referenciais cisheteronormativos ocidentais.

Por entendermos que a formação de consciência histórica se dá para além dos espaços formais de educação, traçamos um histórico das representações de gênero e orientações do desejo nos quadrinhos como artefatos da cultura de massas envolvidos em disputas de narrativas semelhantes às que incidem sobre o ensino de História.

Nos últimos dez anos movimentos de combate à ideologia de gênero bem como o Escola sem Partido no ambiente escolar andaram em paralelo ao surgimento do Comics Gate e Quadrinhos sem Política. Nos dois casos, grupos reacionários debruçaram-se sobre narrativas ficcionais ou históricas com vistas a frear a democratização dos espaços de dizibilidade e a emergência de novos protagonistas, sobretudo, no tocante às questões de gênero e sexualidades. Percebemos assim, que a ameaça à hegemonia do masculino universal na escrita da História e na cultura de massas vem instabilizando poderes estabelecidos fazendo da representatividade âncora na construção da identidade e pertencimento para crianças e jovens com identidades múltiplas não hegemônicas.

Dessa forma, percebemos a importância de promover dizibilidades outras no ensino de História passando por visibilizar escritas de si e narrativas de memória paralelas à leitura histórico-crítica da realidade linkando presentes-passados à carga

de simbolismo e ancestralidade que carregam atrizes e atores históricos silenciados na narrativa histórica escolar.

Assim, a aprendizagem significativa que acreditamos se realizar a partir da apreensão do conhecimento na multidimensionalidade humana - incluindo ambiências socioemocionais desnudadas pela experiência e compartilhadas pelas narrativas de si - foi o alvo para o qual direcionamos nossa proposta didática, a HQ Xica acompanhada de suplemento didático.

Se nossa pesquisa nasce em um banheiro escolar em função dos interditos típicos de uma ordem social cisheteronormativa que institui a escola como seu *locus* privilegiado de atuação, as problematizações aqui propostas demonstram que a construção de uma cultura escolar democrática e equânime está, para além dos aparatos reguladores de estado, indissociável do direito à memória, à ancestralidade e à História. Trilhar esses caminhos aliada à luta e protagonismo de mulheres trans e travestis que (re)existem no espaço escolar, no espaço acadêmico, instituindo epistemologias insurgentes e resgatando narrativas de si tornou nossa caminhada orgânica, poética e viva.

REFERÊNCIAS

ABJETO. *In*: MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. [São Paulo]: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/abjeto/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e sexualidades**. Brasília: UNESCO, 2004.

ADRIÃO, Karla Galvão. **Encontros do Feminismo**: uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia. 2008. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91612>. Acesso em: 03 dez. 2019.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. (MAIS)CULINOS: outras possibilidades de corpos e gêneros para as carnes sexuadas pela presença de um pênis. **Outros Tempos**, v.17, n.29, p.260-281, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/ot.v17i29.776>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo: uma história de gênero masculino (Nordeste-1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALVES, Ave Terrena. **Segunda queda**. São Paulo: Editora Kазuá, 2018.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/131976>. Acesso em: 12 jan. 2020.

ANHORN, Carmen Teresa Gabriel. Teoria da História, didática da História e narrativa: diálogos com Paul Ricoeur. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.32, n.64, p.187-210, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/LRMGRGLB75LdJj7gyg9cZyq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ANHORN, Carmen Teresa Gabriel; COSTA, Warley. Currículo de História, políticas de diferença e hegemonia: diálogos possíveis. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.36, n.1, p. 27-146, 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/issue/view/1354>. Acesso em: 03 dez. 2019.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.1, p.229-236,2000. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 03 dez. 2019.

ARAUJO, Denise Castilhos de. A questão do gênero nas histórias em quadrinhos de Mafalda (Quino). *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: INTERCOM, 2003. Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/113468361357369860725561284220617536080.pdf>. Acesso em: 10 out. de 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em:

<http://www.abgl.org.br/docs/IAE-Brasil.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira. [Campinas, SP]:Papirus, 2017.(Travessia do século).

BAETA, Agda Dias. Disney Pós-Moderna: o papel das histórias em quadrinhos da personagem Margarida na mediação dos valores pós-modernos. **Novos Olhares**, n. 14, p.32-46, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2004.51402>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BAHIA, Márcio. A legitimação cultural dos quadrinhos e o Programa Nacional Biblioteca da Escola: uma história inacabada. **Educação**, Porto Alegre, v.35, n.3, p.340-351, set./dez. 2012. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/11765/8391>. Acesso em: 20 set. 2021.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos subalternos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.25, n.3, p.1035-1054, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/gW3NgWK4bpj9VHJCNTxx96n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BARROS, Amanda. **O machismo e a gordofobia nos quadrinhos da Turma da Mônica**. Livros abertos. Blogspot. 7 de julho de 2015. Disponível em: <http://livrosabertosaquitodoscontam.blogspot.com/2015/07/o-machismo-e-gordofobia-nos-quadrinhos.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

BARZOTTO, Carlos Eduardo; SEFFNER, Fernando. Escola Sem Partido e sem gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação.**Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v.29, n.58, p.150-167, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/9043>. Acesso em: 05 ago. 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEIRAS, Adriano *et al.* Gênero e super-heróis: o traçado do corpo masculino pela norma. **Psicologia & Sociedade**, v.19, n.3, p.62-67, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/wf5NkZ7jR4TKj46yGmtDswG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BENTO, Berenice. Apresentação. *In*: COLLING, L. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer** [online]. Salvador: EDUFBA, 2015. p.13-19. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523220136.0001>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n.2, p.549-559, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA. 2017.

BETIM, Felipe. 'O Doutrinador': a revolta contra a corrupção chega aos quadrinhos. **El País**, São Paulo, 14 julho 2015. Caderno Educação. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/14/cultura/1436873600_368928.html. Acesso em: 20 jul. 2021.

BONIFÁCIO, Selma de Fátima. **História e(m) quadrinhos: análises sobre a História ensinada na arte seqüencial**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/6604>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 33, de 17 de janeiro 2018. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da Educação Básica do País, para alunos maiores de 18 anos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 13, p.10, 18jan. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1932471/do1-2018-01-18-portaria-no-33-de-17-de-janeiro-de-2018-1932467. Acesso em: 20 jul. 2019.

BULLA, Vera Maria. Gênero em Transição: Hugo e Muriel no Mundo Imaginário de Laerte. **Transverso**, v.6, n.6, p.31-52, dez. 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/transverso/article/view/4007/2177>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p.7-37.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. [Entrevista cedida a] Baukje Prins e Irene Costera Meijer. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p.155-167, jan. 2002. Disponível

em:<https://www.scielo.br/j/ref/a/vy83qbL5HHNKdzQj7PXDdJt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam/Bodies that matter*. **Sapere Aude**, v. 6, n. 11, p. 12-16, 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAIMI, Flávia Eloísa. O que precisa saber um professor de História? **História & Ensino**, Londrina, v.21, n.2, p.105-124, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23853/17741>. Acesso em: 16 set. 2021.

CAMPOS, Michel; CUNHA, Edson. **Destro HQ: num mundo onde o socialismo venceu, ele é a última chance para a liberdade**. Catarse, 2019. O Catarse é palco para uma comunidade de apoiadores e realizadores que transformam projetos em realidade. Disponível em: <https://www.catarse.me/destro>. Acesso em: 15 set. 2021.

CAMPOS, Maria de Fátima H.; LOMBOGLIA, Ruth. **HQ: uma manifestação de arte**. In: LUYTEN, Sonia M. Bibe (org.). **Histórias em Quadrinhos: leitura crítica**. 2.ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

CANALTECH. **Marvel e DC se unem em resposta contra comentários machistas**. São Bernardo do Campo, SP, 2017. Plataforma multimídia com foco na produção de conteúdo de tecnologia em texto, áudio e vídeo, incluindo análises de produtos, podcasts, temas corporativos e cobertura do noticiário diário. Disponível em: <https://canaltech.com.br/quadrinhos/marvel-e-dc-se-unem-em-resposta-contracomentarios-machistas-98830/>. Acesso 30 de outubro de 2021.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. *Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?: uma reflexão feminista sobre corpos negros e tecnologias da visualidade*. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (org.). **História e Teoria Queer**. Salvador: Devires, 2018.

CARVALHO. Samie. **Antinatural**. Sasha #36 "Coisas Artificiais". 26 de out. 2014. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/SashaTheLioness/photos/562166980595500>. Acesso em: 13 out. 2021.

CARVALHO. Samie. **Criada para Oprimir**. Sasha #34 1 de ago.2014. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/SashaTheLioness/photos/516335695178629>. Acesso em: 13 out. 2021.

CARVALHO. Samie. **Nada pessoal**: Sasha #30 "Nada pessoal". 28 ago. 2013.

CARVALHO, Samie. **Oroboros**. Sasha #31. 24 mar.2014. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/SashaTheLioness/photos/433514850127381>. Acesso em: 13 out. 2021.

CASTRO, Aline F. **Travesti é resistir**: lutas, microlutas e resistência nas linhas de Muriel. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/81199111-Universidade-paulista-programa-pos-graduacao-em-comunicacao-travesti-e-resistir-lutas-microlutas-e-resistencia-nas-tirinhas-de-muriel.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

CERRI, Luiz Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da História. **Revista da História Regional**, Ponta Grossa, v.6, n.2, p.93-112, set. 2001. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2133/1614>. Acesso em: 16 nov. 2021.

CHERINI, Aline Costa et al. **O Doutrinador**: disputas na formação da consciência histórica no contexto das Jornadas de Junho de 2013. 2017. TCC (Bacharelado e Licenciatura em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182353>. Acesso em: 30 jul. 2021.

CHINEN, Nobu. O século dos quadrinhos: década a década. *In*: ROSA, Franco. **Almanaque dos quadrinhos**: 120 anos de história. São Paulo: Discovery Publicações, 2014.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora**, São Paulo, v.1 n.15, p.134-161, jan. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283498905_Encontrando_o_transfeminismo_brasileiro_um_mapeamento_preliminar_de_uma_corrente_em_ascensao. Acesso em: 30 set. 2020.

COAN, Samanta. O transfeminismo nos quadrinhos autobiográficos: um estudo de caso sobre Sasha, a leoa de Juba e Chicatrans. **Educação Gráfica**, Bauru, v.22, n.3, p.63-77, dez. 2018. Disponível em: http://www.educacaografica.inf.br/wp-content/uploads/2019/02/8_O-TRANSFEMINISMO-NOS-QUADRINHOS.docx.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

CORNEJO, Giancarlo. A guerra declarada contra o menino afeminado. *In*: MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Cadernos da Diversidade).

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2020.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar**, Lima, v.12, n.1, p.35-46, 2016. Disponível em: <http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2017/07/3-Una-mirada-muy-otra-a-los-territorios-Cuerpos-femeninos.-Delmy-Tania-Cruz-Hern%C3%A1ndez.pdf>. Acesso em: 10mar.2020.

CUBAS, Caroline Jaques. Gênero e ensino de história: demandas de um tempo presente. *In*: CRESCÊNCIO, Cintia Lima; SILVA, Janine Gomes da; BRISTOT, Lídia Schneider (org.). **Histórias de gênero**. São Paulo: Verona, 2017.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v.1.

DEMETRI, Felipe Dutra. **Judith Butler filósofa da vulnerabilidade**. Salvador, Editora Devires, 2018.

DEODATO JR, Mike. **Muito triste isso tudo. Quadrinista, mais que qualquer um, deveria saber a diferença entre o bem e o mal**. 2 set.2021. Twitter: @mikedeodato. Disponível em: <https://twitter.com/mikedeodato/status/1433514277076406274>. Acesso em: 20 set. 2021.

DESCARRIÈS, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. **Textos de História**, Brasília, v.8, n.1, p.9-45. 2000. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27802>. Acesso em: 20 out. 2021.

DINIZ, Débora. "O pacto narcísico de masculinidade do governo Bolsonaro". **Revista Marie Claire**, 21 jun. 2019. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Blogs/Debora-Diniz/noticia/2019/06/debora-diniz-o-pacto-narcisico-de-masculinidade-do-governo-bolsonaro.html>. Acesso em: 20 out. 2021.

DOROW, Clóris Maria Freiere; PINTO, Laura Nunes. Senhor? Senhora? Assim?: a designação e a problemática do deslocamento da forma-sujeito e da função discursiva nas tirinhas da quadrinista Laerte. **Revista Língua&Literatura**, v.19, n.34, p.133-146, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/2766/2580>. Acesso em: 25 jan. 2019.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. Espanha: Editorial Lumen, 1984.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ELBEIN, Asher. **#Comicsgate: How an Anti-Diversity Harassment Campaign in Comics Got Ugly—and Profitable**. Daily Beast, 2 abr. 2018. Disponível em: <https://www.thedailybeast.com/comicsgate-how-an-anti-diversity-harassment-campaign-in-comics-got-uglyand-profitable>. Acesso em: 10 out. 2021.

ESTADÃO. Youtuber Felipe Neto distribui livros LGBT na Bienal contra a censura. **Exame**, set. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/youtuber-felipe-neto-distribui-livros-lgbt-na-bienal-contra-a-censura/>. Acesso em: 4 set.2021.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v.13, n.25, p.17-31, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6160270>. Acesso em: 15 nov. 2020.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n.3, p.54-81, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/41/468>. Acesso em: 05 set. 2020.

FANTINI, Marcos. Com polarização, quadrinhos de direita se consolidam como nicho no Brasil. **TAB UOL**, 07 maio 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/07/com-polarizacao-quadrinhos-de-direita-se-consolidam-como-nicho-no-brasil.htm>. Acesso em: 20 set. 2021.

FEIJÓ, Mário. **Quadrinhos em ação: um século de história**. São Paulo: Moderna, 1997.

FINOTTI, Ivan. Cartunista Laerte diz que sempre teve vontade de se vestir de mulher. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 nov. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/825136-cartunista-laerte-diz-que-sempre-teve-vontade-de-se-vestir-de-mulher.shtml>. Acesso em: 9 set. 2021.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História oral**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 125-141, 2006. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/193>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FRANCISCO, Erick. Comicsgate é a nova evolução horrível do Gamergate. **INVERSE**, 2 set. 2018. Disponível em: <https://www.inverse.com/entertainment/41132-comicsgate-explained-bigots-milkshake-marvel-dc-gamergate>. Acesso em: 16 out. 2021.

FREIRE, Eleta de Carvalho. Relações entre gêneros na teorização curricular tradicional crítica e pós-crítica. **Roteiro**, Florianópolis, v.44, n.2, p.1-26, 2019. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16505>. Acesso em: 12 out. 2021.

FREITAS, Aline de. **Ensaio de construção do pensamento transfeminista**. In: Mídia Independente, dez. 2005

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURLAN, Cleide. HQ e os “syndicates” norte-americanos. *In*: LUYTEN, Sonia M. Bibe (org.). **Histórias em Quadrinhos: leitura crítica**. 2.ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

GAGLIONI, César. O Gamergate 5 anos depois e seu papel para a extrema direita. **Nexo**, 22 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/08/22/O-Gamergate-5-anos-depois.-E-seu-papel-para-a-extrema-direita>. Acesso em: 8 set. 2021.

GALLAS, Ana Kelma Cunha. A função social do herói nos quadrinhos. *In*: JORNADAS INTERNACIONAIS DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, 1., 2011, São Paulo. **Anais[...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/jornadas/anais/1asjornadas/q_sociedade/ana_gallas.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

GOIDA;KLEINERT, André. **Enciclopédia dos quadrinhos**. [S. l.]: L&PM Editores, 1990. Goida é pseudônimo jornalístico de Hiron Cardoso Goidanich.

GONÇALVES JR., Sara Wagner Pimenta. No mar dos abandonos: suspiro entre a teoria e prática queer. **REBEH**, Cuiabá, v.1 n.1, p.79-90, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9074>. Acesso em: 24 jan. 2019.

GONZATTI, Christian; MACHADO, Felipe Viero Kolinski. Notas sobre o espalhamento da criança viada na cultura pop digital brasileira. **Periódicus** – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades, Salvador, v.1, n.9, p.248-267, maio/out. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25731/16115>. Acesso em: 22 jan. 2019.

GOODSON, Ivor F. **Currículo, narrativa pessoal e futuro social**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2019.

GOODSON, Ivor F.; CRICK, Ruth Deakin. Currículo como narrativa: conto dos filhos dos colonizados. *In*: GOODSON, Ivor F. **Currículo, narrativa pessoal e futuro social**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2019.

GREEN, James N. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cadernos AEL**, Campinas, v.10, n.18-19, p.13-41, set. 2003.

GROSSI, Miriam Pillar; ÁVILA, Simone. Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora queer. **Revista Brasileira de Estudos Jurídicos**, Montes Claros, MG, v.6, n.1, p.155-170, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://direito.fasa.edu.br/k/bej/8212858.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

GUIMARÃES, Cleo. Stella Caymmi critica histórias da Turma da Mônica por 'incutir ideologia de gênero nas crianças'. **Blog Gente Boa**. Rio de Janeiro, 19 de out. 2017. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/stella-caymmi-critica-historias-da-turma-da-monica-por-incutir-ideologia-de-genero-nas-criancas.html>. Acesso em: 18 out. 2021.

GUITZEL, Virgínia. **Poesiastrans: a arte da resistência II**. 2018. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Poesias-TRANS-A-arte-da-resistencia-II>. Acesso em: 08 maio 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf. Acesso em: 08 nov. 2020.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: HARAWAY, Donna J.; KUNZRU, Hari; SILVA, Tomaz Tadeu. (org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p.33-118.

HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. *In*: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: Editora da FGV, 1998. p.193-204.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HECK, Marcos Roberto. **FAKE NEWS! É mentira que nova CEO da Marvel quer mudar o nome dos X-Men**. Jamesons, set. 2021. Disponível em: <https://jamesons.com.br/fake-news-e-mentira-que-nova-ceo-da-marvel-quer-mudar-o-nome-dos-x-men/amp/>. Acesso em: 15 out. 2021.

HECK, Marcos Roberto. **O incrível fenômeno dos leitores que não lêem as revistas**. Jamesons, 2021. Disponível em: <https://jamesons.com.br/o-incrivel-fenomeno-dos-leitores-que-nao-leem-as-revistas/>. Acesso em: 18 out. 2021.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, p. 215-241, 2009.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v.20, n.2, p.97-128, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/18588>. Acesso em: 18 abr. 2021.

JASPER, Marykate. **A Marvel comics editor is being harassed because she posted a selfie with her coworkers the mary sue**. 30 jul. 2017. Disponível em: <https://www.themarysue.com/marvel-editor-harassed-for-selfie/>. Acesso em: 9 set. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismos: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas Humanística**, Bogotá, v.78, n.78, p.241-258, 2014b. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/6410>. Acesso em: 5 jun. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: A autora, 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 07 nov. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo**: teorias & práticas. Rio de Janeiro: Metanóia Editora, 2014a.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.250-260, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/viewFile/41817/29703>. Acesso em: 20 ago. 2020.

JIMENEZ, Maria Luiza Jimenez. **Lute como uma gorda**: gordofobia, resistências e ativismos. 2020. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea) - Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9252612. Acesso em: 22 ago. 2020.

JORDAN, Hal. (@pSLAMS38_7). "Can we just get off of feminism and social justice and actually pront stories.God DC looks better and better" 30 de jul. de 2017. 11:21 pm. Tweet.

JUDES, Thuanny Costa. **"Mulher possível"**: olhares sobre a transgeneridade nas tiras de Muriel/Hugo, de Laerte Coutinho. 2018. TCC (Bacharelado em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/190044>. Acesso em: 01 dez. 2019.

KOYAMA, E. Transfeminist Manifesto. *In*: DICKEY, Rory; PIEPMEIR, Alison (ed.). **Catching a wave**: reclaiming feminism for the twenty-first entury. Boston: Northeastern University Press, 2003.

KRISTEVA, Julia. **Pouvoirs de l'horreur**:essai sur l'abjection. Tradução de Allan Davy Santos Sena. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

LACHTERMACHER, S.; MIGUEL, E. HQ no Brasil:sua história e luta pelo mercado. *In*: LUYTEN, Sônia. M. Bibe (org.). **História em quadrinhos**: leitura crítica. 2.ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEMOS, Kaio. **Processos externalizadores: normas, práticas e tecnologias de gênero no universo transmasculino no Ceará.** 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) –Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/58416>. Acesso em: 25 dez. 2021.

LIMA, Carlos Henrique Lucas. **Linguagens Pajubeyras: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade.** Salvador: Editora Devires, 2017.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. História em quadrinhos e ensino de História. **Revista História hoje**, v.6, n.11, p.147-171, 2017. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/332/228>. Acesso em: 30 jul. 2019.

LIMA, Sávio Queiroz. **Mulher Maravilha para presidente!: história, feminismos e mitologia nas histórias em quadrinhos.** Salvador: Editora Devires, 2019.

LORDE, Audre. **Sou sua irmã: escritos reunidos e inéditos.** Tradução Stephanie Borges. [São Paulo]: Ubu, 2020.

LORDE, Audre. **Textos escolhidos.**[S. l.]:Herética Difusão Lesbofeminista, 2009. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/171382/AUDRE%20LORDE%20COLETANEA-bklt.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e reconstrução. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.101-132, jul./dez., 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722/40669>. Acesso em: 22 jul. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em: <https://www.ufpb.br/escolasplurais/contents/noticias/e-books/secao-1-10-32-de-definibus-bonorum-et-malorum-escrita-por-cicero-em-45-ac>. Acesso em: 13 maio 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.2. p.541-553, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2020.

LUCAS, Ricardo Jorge de Lucena. Para ler Mattelart/Dorfman, 50 anos depois: mas... e os quadrinhos?. **Matrizes**, São Paulo, v.14, n.3,p.235-259, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/175242/167680>. Acesso em: 18 ago. 2021.

MALUF, Sônia W. Políticas e teorias do sujeito no feminismo contemporâneo. *In*: SILVA, Cristiane Bereta da; ASSIS, Glaucia de O.; KAMITA, Rosana C. **Gênero em movimento**: novos olhares, muitos lugares. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

MARGONARI, Denise Maria; BRAGA JR, Amaro Xavier. O humor das tiras em quadrinhos na educação para a diversidade sexual. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, v.10, n. esp., p.1603-1621, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8339>. Acesso em: 03 fev. 2020.

MARIZ, Ketheryne. Banheiro feminino é motivo de confusão em escola de Camaragibe. **Diário de Pernambuco**, Recife, 04 nov. 2016. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2016/11/adolescente-trans-e-impedida-de-usar-banheiro-feminino-de-escola-em-ca.html>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MARVEL rompe com ilustrador brasileiro autor de obra pró-Bolsonaro. **Nexo**, 11 set. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2021/09/11/Marvel-rompe-com-ilustrador-brasileiro-autor-de-obra-pr%C3%B3-Bolsonaro>. Acesso em: 18 jul. 2021.

MASSON, Lucrecia. Un rugido de rumiantes, apuntes sobre la disidencia corporal desde el activismo gordo. *In*: SOLÁ, Miriam; URKO, Elena (coord.). **Transfeminismos**: epistemes, fricciones y flujos. Espanha: Txalaparta, 2014. p.225-233.

MATTOSO, Glauco. Manifesto coprofágico. *In*: POESIA Digesta. São Paulo: Landy, 2004.

McCLOUD, Scott. **Desenhando quadrinhos**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2006.

McCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. Tradução Helcio de Carvalho, Marisa do Nascimento Paro. São Paulo: Makron Books, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MIORANDO, Guilherme Sfredo. A representação queer nos quadrinhos: educação para a ampliação dos direitos culturais. **Quadrinhos & Educação**, v.5, p.147-162, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40781354/A_REPRESENTA%C3%87%C3%83O_QUEER_NOS_QUADRINHOS_EDUCA%C3%87%C3%83O_PARA_A_AMPLIA%C3%87%C3%83O_DOS_DIREITOS_CULTURAI. Acesso em: 10 ago. 2020.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Cadernos da Diversidade; v.6).

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v.32, n.3, p.725-747, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2020.

MOLINA, Luana Pagano Peres. Pluralizando a arte de amar: a homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **MÉTIS: história & cultura**, v.10, n.20, p.17-34, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/776/1067>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MONTEIRO, Ana Maria. Narrativa e narradores no ensino de história. *In*: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

MONTEIRO, Ana Maria. Tempo presente e ensino de história: o anacronismo em questão. *In*: GONÇALVES, Márcia de Almeida *et al.* **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p.191-214.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n.18, p.65-81, set./dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zXL3fYg89Xrh4jQRJWXGydd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MOREIRA, Euza Aparecida da Silva; MARCOS, Cristina Moreira. Breve percurso histórico acerca da transexualidade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.25, n.2, p.593-609, ago. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/15311/16589>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MOTT, Luiz. **Homossexuais da Bahia: Dicionário Biográfico** (Séculos XVI-XIX). Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2018/02/3-dicionario-biografico-dos-hxs-da-bahia.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

MOTT, Luiz. Relações raciais entre homossexuais no Brasil colonial. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.35, p.169-189, 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111359>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MOURA, Andréia Guimarães. Sobre corpos, sexo, desejo e performatividade: a desconstrução do discurso de gênero nos trabalhos de Laerte. **FRONTERAS**, v.1, n.2, p.5-22, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufro.cl/ojs/index.php/fronteras/article/view/170>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola sem Partido”**: relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de História. 2016. Dissertação (Mestrado em) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174584/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Fernanda%20Pereira%20de%20Moura.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. [São Paulo:]: Editora Jandaíra, 2021.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

NEXO. Marvel rompe com ilustrador brasileiro autor de obra pró-Bolsonaro. **Nexo**, 11 de set de 2021. 19h02. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2021/09/11/Marvel-rompe-com-ilustrador-brasileiro-autor-de-obra-pr%C3%B3-Bolsonaro>. Acesso em 15 out. 2021.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Tradução Luiz Felipe Guimarães Soares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.2, p.09-41, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>. Acesso em: 26 jun. 2020.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. Salvador: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados - A Localização e interseccionalidade dos saberes feministas. **Ex æquo**, n.22, p.25-39, 2010. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602010000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 out. 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47605>. Acesso em: 23 set. 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação! **Periódicus**, Salvador, v.1, n.9, p.161-191, maio/out.2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25762/16111>. Acesso em: 20 set. 2020.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. Currículos de história e expectativas de aprendizagem para os anos finais do ensino fundamental no Brasil (2007/2012). **Revista História Hoje**, São Paulo, v.1, n.1, p.269-304, 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/11/15>. Acesso em: 5 out. 2020.

OYEWUMI, Oyeronke. **Conceituando o Gênero**: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução Juliana

Araújo Lopes. Dakar: CODESRIA, 2004. p.1-8. (CODESRIA Gender Series; v.1). Disponível em: <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2019/06/conceito-genero.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Diferença no currículo. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, p.587-604, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/MnrBfYmbrZ4zfVqD3C5qkYp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2020.

PASQUIM. Rio, v.6, n.314, jul. 1975. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=124745&pagfis=10453>. Acesso em: 28 set. 2021.

PATROCLO, Luciana Borges. A Revista O Tico-Tico e O Bello Sexo: as meninas e suas representações nas narrativas em quadrinhos do Seminário Infantil. **Rev. Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades**, Teresina, v.2, n.1, p. 89-103, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/10020/pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.12, n.22, p.270-283, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/yy9vP5JS9VSb9MCmrxCWZBG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out.2020.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out.2020.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara-pálida?: apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v.2, n.2, p.395-418, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89/54>. Acesso em: 05 jun. 2020.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de história: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, v.7, n.13, p.14-33, jun. 2018. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/427/275>. Acesso em: 02 jun. 2020.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Currículo de Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação, 2019. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/17691/CURRICULO%20DE%20PERNAMBUCO%20-%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf>. Acesso em: 20 nov.2020.

POMBO, Cristiano Cipriano. Primeira tirinha da Mônica na Folha completa 55 anos. **Blog Folha de São Paulo**. São Paulo, 3 de mar. 2018. Disponível em:

<https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2018/03/03/monica-completa-55-anos-de-sua-primeira-vez-em-tirinhas-na-folha/>. Acesso em: 15 set. 2021.

PRECIADO, Paul B. Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino. Tradução Davi Giordano e Helder Thiago Maia. **eRevista Performatus**, Inhumas, v.7, n.20, p.1-5, abr. 2019. Disponível em <https://performatus.com.br/traducoes/lixo-e-genero/>. Acesso em: 13 jun. 2019.

PRECIADO, Paul B. Multidões queers notas para uma política dos anormais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n.1, p.11-20, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhxHdwk/>. Acesso em: 15 set. 2021.

PRECIADO, Paul B. **Testo junkie, Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro (orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

REBLIN, Iuri Andreas. Homossexualidade e superaventura: uma questão de conquista ou de mercado? *In*: BRAGA JR. Amaro X (org). **Questões de sexualidade nas histórias em quadrinhos**. Maceió: EDUFAL, 2014.

RIBEIRO, Djamila. A categoria do Outro: o olhar de Beauvoir e Grada Kilomba sobre ser mulher. **Blog da Boitempo**. 07 abr. 2016. Disponível em: goo.gl/TrX5WN. Acesso: 25 jul. 2020.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução Carlos Guilherme do Valle. **Revista Bagoas**, Natal, n.5, p.17-44, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso: 25 jul. 2019.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas, SP: Papyrus, 1997. v.3.

RODRIGUES, Maria Fernanda. **Maurício de Sousa descarta personagem gay em Turma da Mônica**. Terra, 07 mar. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/arte-e-cultura/mauricio-de-sousa-descarta-personagem-gay-em-turma-da-monica,7c1ac0ff99ad1b2646c5cfc60a07361bd3w6n0nq.html>. Acesso em: 01 out. 2021.

ROSA, Natalie. **O Doutrinador: conversamos com o criador da HQ brasileira que vai virar filme**. São Bernardo do Campo, SP: CanalTech, 2018. Disponível em: <https://canaltech.com.br/entretenimento/o-doutrinador-conversamos-com-o-criador-da-hq-brasileira-que-vai- virar-filme-20244-120244/>. Acesso em: 7 set. 2021.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do sexo. *In*: RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução Jamile Pinheiros Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SANTOS, Ana Paula dos. Mafalda e Susanita: a construção de identidades

femininas nas tirinhas de Quino. **Língua, Literatura e Ensino**, v.4, p.565-574, maio 2009. Disponível em: <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/lle/article/view/734>. Acesso em: 30 set. 2021.

SANTOS, Dayanna Louise dos. **“Sobrevivi para contar”**: experiências escolares transgêneras na educação de jovens, adultos e idosos (EJAI). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) –Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018.

SAXE, Facundo. Chicana, lesbiana y queer: Gloria Anzaldúa como pionera y precursora de la teoría queer. **Cuadernos de literatura del Caribe e Hispanoamerica**, Buenos Aires, n.22,p.37-51, jul./dez. 2015. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.10261/pr.10261.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

SCHIMKOWITZ, Matt. **#MakeMineMilkshake**. Know Your Meme, 2017. Disponível em: <https://knowyourmeme.com/memes/makeminemilkshake?page=10155>. Acesso em: 18 set. 2021.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação - RHE**. Porto Alegre v. 16 n. 37 Maio/ago. 2012 p. 73-91.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 13 mar. 2021.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. Tradução Ana Carolina E. C. Soares. **Projeto História**, São Paulo, n.45, p.327-351, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018/11212>. Acesso em: 13 mar. 2021.

SEFFNER, Fernando. **Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação**: tempos difíceis e novas arenas políticas. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, 11., 2016, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: UFPR, 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-18-G%C3%AAnero-Sexualidade-e-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SILVA, Leilane Assunção da; SOUZA, Emilly Mel Fernandes de. A epistemologia do barraco: uma breve história do movimento LGBTI em geral. **Inter-Legere**—Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, Natal, n.21, p.106-121, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/13539/9261>. Acesso em: 21 out. 2021.

SILVA, Marta Regina Paulo da; SANTOS NETO, Elydio. Relações de gênero nas histórias em quadrinhos infantis: desafios às práticas educativas na perspectiva da cultura visual. **Educação & Linguagem**, v13, n. 22, p.192-213, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas->

ims/index.php/EL/article/view/2445/2400. Acesso em: 21 out. 2021.

SILVA, Tomás Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. **ArtCultura**, Uberlândia, v.9, n.14, p.39-53, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1444/1293>. Acesso em: 15 set. 2021.

SOUSA, Maurício. **Almanaque da Mônica**. São Paulo: Editora Panini, 2013. (1ª Série, n.42).

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**. Tradução Heci Regina Candiani. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

VÁSQUEZ, Georgiane. Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v.3, n.6, p.167-181, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/472>. Acesso em: 20 mar. 2020.

VEIGA, Ana Maria; GUZZO, Morgani. "Trans-historizar" o espaço público dentro e fora da academia: desafios para a historiografia e para o feminismo? **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v.23, n.35, p.182-209, set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p182>. Acesso em: 20 mar. 2020.

VELOSO, Rafaela. Vestir-se de si: sobre identidade e representação nas tiras de Muriel/Laerte. **Línguas & Letras**, v.16, n.34, p.68-89, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/11840/9178>. Acesso em: 12 mar. 2020.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. Dissertação (Mestrado) Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

VERGUEIRO, Waldomiro. Uso das HQs no ensino. *In*: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro (org.). **Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p.7-30.

VILELA, Tulio. Os quadrinhos na aula de História. *In*: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro (org.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p.105-130.

WESCHENFELDER, Gelson Vanderlei; COLLING, Ana. As super-heroínas das histórias em quadrinhos e as relações de gênero. **Diálogos**-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v.15, n.2, p.437-454, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36207>. Acesso em: 24 jan. 2020.

WESCHENFELDER, Gelson Vanderlei; YUNES, Maria Angela Mattar; FRADKIN, Chris. Super-heróis na fase pré-capa/pré-máscara: inspiração para intervenções psicoeducacionais positivas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v.15, n.1, p.1-12, jan./mar. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v15n1/12.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Egales, 2006.

XAVIER, Glayci Kelli Reis da Silva. Histórias em quadrinhos: panorama histórico, características e verbo-visualidade. **Darandina Revisteletrônica**, v.10, p.1-19, 2017. Disponível em: <https://www.ufjf.br/darandina/files/2018/01/Artigo-Glayci-Xavier.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.